

ISSN: 2238-8788

Ano I

Volume I

Dezembro

2012

Revista Mundo Antigo



Editorial:

Prof. Dr. Julio Galha
UFF - ESR

Entrevista:

Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu
Funari

Resenha:

Prof Dr. Leonardo Soares dos
Santos

**Autores desta edição
(Ordem alfabética):**

Profa. Dra. Ana Lúvia Bomfim Vieira (UEMA)
Profa. Caroline de Castro Pires (UFRGS)
Prof. Dra. Celina Figueiredo Lage (Universidade
Helênica Aberta, Grécia)
Prof. Dr. Dominique V. C. Dos Santos (FURB)

Prof. Mndo Gregory da Silva Balthazar (UFPR)
Prof. Dr. Henrique Modanez de Sant'Anna (UNB)
Prof. Dndo. Josué Berlesi (Universidade Federal
do Pará)
Prof. Dr. Leonardo Soares dos Santos (UFF-ESR)

Prof. Dndo. Luciano Daniel de Souza (UNESP-
Assis)
Profa. Mnda. Patrícia Antunes Serieiro Silva
(UNESP-Assis)
Grad. Laércio Dias Guimarães (UEMA)
Prof. Dr. Pedro Paulo de Abreu Funari (UNICAMP)
Profa. Dra. Valéria Neto de Oliveira Monaretto
(UFRGS)

Número 02



NEHMAAT
Antiga, Medieval e Arqueologia





Revista Mundo Antigo

Revista científica eletrônica

Publicação semestral

História Antiga, Medieval e Arqueologia

Ano I - Volume II – Número II - Dezembro – 2012

Electronic journal

Biannual publication

Ancient History, Medieval and Archaeology

Year I - Volume II – Number II – December–2012



EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF

Reitor: Prof. Dr. Roberto de Souza Salles

INSTITUTO DE CIÊNCIA DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL – ESR

Diretor: Prof. Dr. Hernán Armando Mamani

DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE – SFC

Diretor: Prof. Dr. Walter Luiz Carneiro De Mattos Pereira

CURSO DE HISTÓRIA

Coordenador: Prof. Dr. Marcio Soares

NEHMAAT - UFF - ESR

NÚCLEO DE ESTUDOS EM HISTÓRIA MEDIEVAL, ANTIGA E ARQUEOLOGIA

TRANSDISCIPLINAR (NEHMAAT)

Coordenador: Prof. Dr. Julio Cesar Mendonça Galha

EDITOR

Prof. Dr. Julio Cesar Mendonça Galha (UFF – ESR)

EQUIPE EDITORIAL

Profª. Drª. Fabrina Magalhães (UFF – ESR)

Prof. Dr. Julio Cesar Mendonça Galha (UFF – ESR)

Prof. Dr. Leonardo Soares (UFF – ESR)



CONSELHO EDITORIAL

Profª. Drª. Adriana Zierer (UEMA)
Universidade Estadual do Maranhão

Profª. Drª. Adriene Baron Tacla (UFF)
Universidade Federal Fluminense

Profª. Drª. Ana Lúvia Bonfim (UEMA)
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dr. Celso Tompson (UERJ)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Profª. Drª. Claudia Beltrão da Rosa (UNIRIO)
Universidade do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Claudio Carlan (UFAL)
Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Marcus Cruz (UFMT)
Universidade Federal de Mato Grosso

Profª. Drª. Margarida Maria de Carvalho (UNESP)
Universidade Estadual Paulista – Franca

Profª. Drª. Maria do Carmo (UERJ)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Profª. Drª. Maria Regina Candido (UERJ)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Profª. Drª. Renata Garrafoli (UFPR)
Universidade Federal do Paraná



Todos os direitos reservados aos autores.

Os artigos são de responsabilidade de seus autores.

All rights reserved to the authors.

The articles are the responsibility of their authors.

FICHA CATALOGRÁFICA

R454 Revista Mundo Antigo. – Revista científica eletrônica. – ano 1, v. 1 n° 2
(Dezembro 2012) – Modo de acesso: <http://www.nehmaat.uff.br/mundoantigo>

Semestral

Texto em português e inglês

Publicação do Núcleo de Estudos em História Medieval, Antiga e Arqueologia

Transdisciplinar (NEHMAAT) do curso de História da Universidade Federal

Fluminense – Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes

ISSN 2238-8788

História antiga. 2. História medieval. 3. Arqueologia antiga.

CDD 930



SUMÁRIO / INDEX / TABLA DE CONTENIDOS

EDITORIAL

09 *Julio Cesar Mendonça Gralha (UFF – ESR)*

APRESENTAÇÃO / PRESENTATION / PRESENTACIÓN

13 *Julio Cesar Mendonça Gralha (UFF – ESR)*

ENTREVISTA / INTERVIEW

19 *History, Archaeology and Midia
História, Arqueologia e Mídia
Prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari (UNICAMP)*

RESENHA/ REVIEW / RESEÑA

175 *História Antiga e Usos do Passado.
Um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy
(1940-1944)*

*Historia Antigua y Usos del Pasado.
Un estudio de las apropiaciones de la Antiguidad bajo el régimen de
Vichy (1940-1944)*

Leonardo Soares dos Santos (UFF-ESR)

NOTICIAS / NEWS / NOTÍCIAS

179 *Equipe Editorial*

NORMAS DE PUBLICAÇÃO / GUIDELINE FOR PUBLICATION / NORMAS

183 *Equipe Editorial*



ARTIGOS / PAPERS / ARTÍCULOS

- 31 *Arqueología en Israel:
Los desafíos de la ciencia frente a cuestiones políticas y religiosas.
Josué Berlesi (Universidade Federal do Pará).*
- 47 *O ciclope ou quantos olhos ele possui?
Celina Figueiredo Lage (Universidade Helênica Aberta, Grécia).*
- 75 *Mito e pensamento entre os gregos: uma discussão sobre os termos
μυθος, ἀλήθεια, λόγος e παιδεία.
Dominique V. C. Dos Santos (FURB).*
- 85 *O veneno do Erro...
A penitência dos “cátaros” segundo o inquisidor Rainiero Sacconi.
Patrícia Antunes Serieiro Silva (UNESP-Assis).*
- 101 *O Ideal de cidadania na sociedade da Atenas Clássica.
Laercio Dias Guimarães (UEMA).
Ana Livia Bomfim Vieira (UEMA).*
- 113 *Plutarco e a Romanização da Grécia: Perspectivas Historiográficas.
Gregory da Silva Balthazar (UFPR).*
- 131 *A Apropriação da Idade Média e o Neotomismo como elementos da
Reação Católica às Mudanças na França do século XIX.
Luciano Daniel de Souza (UNESP-Assis).*
- 141 *Políbio e os princípios de sua investigação histórica: algumas
considerações.
Polybius and the principles of his historical investigation:
some remarks.
Henrique Modanez de Sant’Anna (UNB).*
- 155 *O que aconteceu com o Gênero Neutro Latino?
Valéria Neto de Oliveira Monaretto (UFRGS).
Caroline de Castro Pires (UFRGS).*



Revista Mundo Antigo

Editorial

Editorial





É com prazer que finalizamos o segundo número da Revista Mundo Antigo depois de um árduo trabalho de compilação. Em primeiro lugar agradecemos as contribuições dos pesquisadores de diversas universidades. São elas: UNICAMP, FURB, UFRGS, UNESP, UEMA, UFPR, UFPA, UFF-ESR e Universidade Helênica Aberta.

Neste número em particular dois trabalhos merecem atenção pela difícil abordagem em revistas acadêmicas. Refiro-me ao texto “A Penitência dos Cátaros” e a pesquisa referente à “Arqueologia em Israel” que trata dos entraves políticos e religiosos. Além disso, como o Latin tem forte relação com o Mundo Antigo apresentamos também um texto relativo a este idioma.

Nossa entrevista para esta edição tomou por foco a História e a Mídia, tendo em vista que nem sempre houve uma boa relação entre ambas. Entretanto, mais precisamente a partir de 2002, esta relação passou a ter qualidade, uma vez que, um grupo de historiadores e arqueólogos tornou-se sensível às necessidades do público leigo e por outro lado, profissionais da mídia também passaram a procurar mais tais pesquisadores devido à criação de diversas revistas e programas voltados para a Arqueologia e para a História. Assim sendo, por sua vasta experiência, escolhemos o prof. Dr. Pedro Paulo Funari.

Os diversos textos que abordam o mundo grego e a Idade Média também são significativos e representam pesquisas recentes nestas áreas tornando-se assim importante sua leitura como base para pesquisas futuras, bem como para o ensino de História.

Neste sentido esperamos que os leitores possam fazer uso deste material em suas pesquisas, que é um dos objetivos desta revista.

Prof. Dr. Julio Gralha (UFF-ESR)
(Editor)





Revista Mundo Antigo

Apresentação

Presentation





PORTUGUES – DESCRIÇÃO E OBJETIVOS

A *Revista Mundo Antigo* é uma publicação científica semestral sem fins lucrativos de História Antiga, Medieval e Arqueologia do *Núcleo de Estudos em História Medieval, Antiga e Arqueologia Transdisciplinar* (NEHMAAT) do curso de História da Universidade Federal Fluminense – Instituto de Ciência da Sociedade e Desenvolvimento Regional – ESR – Campos dos Goytacazes.

A *Revista Mundo Antigo* por objetivo:

- Promover o intercâmbio entre pesquisadores, professores e pós-graduandos do Brasil e do exterior.
- Disseminar pesquisas de professores e pós-graduandos do Brasil e do exterior.
- Permitir acesso ágil e fácil à produção acadêmica de modo a ser usada em pesquisas futuras por discentes e docentes.
- Estimular a produção de conhecimento sobre a História Antiga, História Medieval e Arqueologia Antiga.
- Divulgar publicações, eventos, cursos e sites, quando possível, de modo a contribuir com a pesquisa docente e discente.
- Estabelecer uma relação entre mundo antigo e mundo contemporâneo, quando possível, para uma melhor compreensão dos processos históricos.

Todos os direitos reservados aos autores.

Os artigos são de responsabilidade de seus autores.

ENGLISH – DESCRIPTION AND OBJECTIVES

The Mundo Antigo Journal is a biannual nonprofit scientific publication of Ancient History, Middle Ages and Archaeology from *Núcleo de Estudos em História Medieval, Antiga e Arqueologia Transdisciplinar* (NEHMAAT - Center for Studies in Middle Ages, Ancient History and Interdisciplinary Archaeology) of undergraduate program in History, of University Federal Fluminense - Instituto de Ciência da Sociedade e Desenvolvimento Regional – ESR, Campos dos Goytacazes city.



The Mundo Antigo Journal aims to:

- To promote exchange between researchers, teachers and graduate students from Brazil and abroad.
- Disseminate research professors and graduate students from Brazil and abroad.
- Allow access faster and easier to scholar research in order to be used in future research by students and teachers.
- Stimulate the production of knowledge about Ancient History, Medieval History and Ancient Archaeology.
- Disseminate publications, events, courses and sites in order to contribute to the research staff and students.
- Establish a relationship between ancient and modern world, when possible, to a better understanding of historical processes.

All rights reserved to the authors.

The articles are the responsibility of their authors.

PORTUGUES - LINHA EDITORIAL E DE PESQUISA

Usos do Passado no Mundo Moderno e Contemporâneo.

Visa analisar a utilização ou apropriação de elementos do mundo antigo e medieval como forma de legitimidade cultural, social e das relações de poder no mundo moderno e contemporâneo.

Cultura, Economia, Sociedade e Relações de Poder na Antiguidade e na Idade Média.

Permite ampla possibilidade de pesquisa no que se refere à Antiguidade e a Idade Medieval. Com relação à Antiguidade pretende-se privilegiar culturas tais como: Egito, Grécia, Roma, Mesopotâmia, Pérsia e Índia em princípio.



Religião, Mito e Magia na Antiguidade e na Idade Média.

Permite ampla possibilidade de pesquisa sobre práticas mágico-religiosas e relações sociais e de poder.

Cultura, Religião e Sociedade na África Antiga e Medieval.

Visa analisar sociedades africanas complexas e a ocupação de certas regiões da África pelas civilizações do Mediterrâneo tomando por base as contribuições européias, norte-americanas e sul-americanas, bem como as contribuições de pesquisadores africanistas.

ENGLISH - LINE EDITORIAL AND RESEARCH

Uses of the Past in Modern and Contemporary World.

Aims to analyze the use and appropriation of elements of ancient and Middle Ages to promote cultural and social legitimacy in the modern and contemporary world.

Culture, Economy, Society and Power Relations in Antiquity and the Middle Ages.

Allows ample opportunity to study with regard to the antiquity and Middle Ages. Regarding the antiquity intended to focus on cultures such as Egypt, Greece, Rome, Mesopotamia, Persia and India in principle.

Religion, Myth and Magic in Antiquity and the Middle Ages.

Allows ample opportunity to research magic-religious practices and social relation of power.

Culture, Religion and Society in Ancient Africa and Middle Ages African.

Aims to analyze African societies and the occupation of Africa (certain areas by Mediterranean societies) based upon Europe, North America and South America contributions as well as the African researchers.

Prof. Dr. Julio Cesar Mendonça Gralha (UFF-ESR)

(Editor)





Revista Mundo Antigo

Entrevista Interview





History, Archaeology and Midia História, Arqueologia e Mídia



Entrevistado (interviewed):
Prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari (UNICAMP)¹

Entrevistador(interviewer):
Prof. Dr. Julio Gralha (UFF-ESR)

1) Professor Pedro Paulo Funari para darmos início a esta entrevista poderia contar-nos um pouco sobre sua trajetória acadêmica?

1) Professor Pedro Paulo Funari to initiate this interview could you tell us a little about your academic career?

I completed my BA in history in 1981, at the University of São Paulo, went to an MA in social anthropology in 1982, staying at the same time as in intern at the Archaeological and Ethnological Museum (MAE-USP), again in the same university. In 1985 I was accepted as lecturer at the São Paulo State University - UNESP, campus at Assis, to work with ancient history disciplines and to do research in the area. I completed my PhD in 1990, after field work for several years in Spain, Italy and mostly Britain, for my dissertation was on Roman amphorae inscriptions found there. I then got a job at Unicamp, after a formal exam (concurso público) in 1990, and from 1992 I am at Unicamp, first as lecturer, then as reader (1996, Livre-Docente) and then professor (2004). Meantime, I had several postdoc positions in Barcelona, Illinois, and other places.

¹ Professor Titular, Universidade Estadual de Campinas, Coordenador do Centro de Estudos Avançados da Unicamp e pesquisador do CNPq.



Eu completei meu bacharelado em história, em 1981 na Universidade de São Paulo, entrei para o Mestrado em Antropologia social em 1982, mantendo-me ao mesmo tempo como estagiário do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP), novamente na mesma universidade. Em 1985 fui aceito como professor na Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de Assis, para trabalhar com as disciplinas de História Antiga e fazer as pesquisas nesta área. Eu completei meu doutorado em 1990, após trabalho de campo por vários anos na Espanha, Itália e principalmente na Grã-Bretanha e a minha dissertação foi sobre inscrições em ânforas romanas encontradas lá. Eu, então, consegui um emprego na Unicamp, depois de um exame formal (concurso Público) em 1990, e desde 1992 faço parte da Unicamp, primeiro como professor assistente, depois como Livre docente (1996, Livre-Docente) e professor titular (2004). Enquanto isso obtive diversos pós-doutorados: em Barcelona, Illinois, e outros lugares.

2) Professor Pedro Paulo Funari poderia fazer um relato de sua experiência com a mídia?

2) Professor Pedro Paulo Funari could give an account of his experience with the media?

I have been involved with it since my early days in academia. First, as a consumer of media, I was a most avid admirer and critic of media in general, and in terms of scholarly issues. Then, I give interviews and finally I have been writing for pop science magazines and also producing radio and television shows. In a period of twenty years, I found out how important is the scholarly work in interaction with media managers and ordinary media people. In the last two years, I have been in charge of a Unicamp University TV Show, Dialogue without borders, and this has been an amazing experience.



Eu tenho me envolvido com a mídia desde os meus primeiros dias na academia. Em primeiro lugar, como um consumidor de mídia, eu era um admirador ávido e crítico dos meios de comunicação em geral, e em termos de questões acadêmicas. Então, eu passei a dar entrevistas e, finalmente, eu fui escrever para revistas populares de ciência e também para produção de rádio e programas de televisão. Em um período de 20 anos, descobri o quão importante é o trabalho acadêmico e a interação com os gestores de mídia e as pessoas comuns. Nos últimos dois anos, tenho sido responsável pelo programa de TV da Universidade de Campinas, Diálogo sem Fronteiras, e isso tem sido uma experiência incrível.

3) Nos últimos 15 anos a relação entre a mídia (televisão, cinema e revistas) e os pesquisadores parece ter sido positiva. Ou seja, parece haver um trabalho conjunto para uma informação de qualidade. Que fatores podem ter propiciado tal relação?

3)Over the past 15 years, the relationship between the media (television, film and magazines) and researchers appear to have been positive. That is, there seems to be a joint effort for a quality information. What factors could have afforded such a relationship?

First and foremost, to my mind, the positive interaction is the result of a growing awareness by scholars about the importance of scientific outreach. There is a growing body of studies on this and scholars are now much more prone reaching out to ordinary people. Even though it is still a minority concern, it is a growing trend. Then, media outlets have also been even more aware of the interest of people for scholarly issues.

Primeiro e o mais importante, a meu ver, a interação positiva é o resultado de uma crescente consciência dos pesquisadores sobre a importância da divulgação científica. Há um número crescente de estudos sobre isso e os pesquisadores estão agora muito mais propensos a chegar às pessoas comuns. Mesmo que ainda seja uma



preocupação de uma minoria a tendência é crescente. Por outro lado, os meios de comunicação também têm sido ainda mais conscientes do interesse das pessoas para as questões acadêmicas.

4)O cinema tem produzido campeões de bilheteria do Mundo Antigo e Medieval. Podemos citar: Indiana Jones, A Múmia, Tróia, Alexandre, As Cruzadas, Trezentos, O Senhor dos Anéis e o Príncipe do Egito. Na sua opinião, como a comunidade acadêmica tem reagido a estas produções?

4)The cinema has produced blockbusters Ancient and Medieval World. Include: Indiana Jones, The Mummy, Troy, Alexander, The Crusades, Three hundred, Lord of the Rings and Prince of Egypt. In his opinion, how the academic community has responded to these productions?

There has been a growing interest by a minority of scholars who not only use those movies in their classes, but also who study them. Several studies have shown how scholars themselves are influenced in their interpretation of the past by media representations of the past.

Tem havido um interesse crescente por uma minoria de pesquisadores que não só usam esses filmes em suas aulas, mas também quer estudá-los. Vários estudos têm mostrado como os pesquisadores são influenciados em suas interpretações do passado, pelas representações do passado produzidas pela mídia.



5) É possível trabalhar com esta produção cinematográfica no ensino? Se sim, poderia nos dar um exemplo?

5) Is it possible to work with this filmmaking in teaching? If yes, could you give us an example?

Yes indeed, this a most promising field. Students are usually prone to watch and review historical movies, for this is the way of enjoying and studying at the same time. I have been using several movies, classics such as Fellini's *Satyricon*, but also *Alexander*, just to name two of them. The students are at the same time lured and amazed by those experiences and the exchanges in the classroom are always vivid.

Sim, de fato, este é um campo mais promissor. Os alunos geralmente são propensos a assistir e rever filmes históricos, pois esta é uma maneira de se divertir e estudar ao mesmo tempo. Tenho utilizado vários filmes, clássicos como *Satyricon* de Fellini, mas também *Alexandre*, só para citar dois deles. Os alunos são, ao mesmo tempo atraídos e se espantam com essas experiências, e as trocas em sala de aula são sempre vivas.

6) O professor apresenta o programa *Diálogo Sem Fronteira* na RTV-UNICAMP. Gostaríamos de saber como surgiu este projeto e qual seu impacto.

6) Professor presents the program *Diálogo Sem Fronteira* in RTV-UNICAMP. We would like to know how this project came about and what its impact.

University TV stations usually run shows chaired by professional journalists and this is also the case of RTV Unicamp. However, the administration of the station was keen to have scholars chairing programmes, so that the style of those shows would be less journalistic and more academic. I was so invited to propose a programme to interview scholars working at Unicamp, be as lecturers or as fellows, so that we could discuss and expose to a broad public what the human and social scientists do and is



relevant to society at large. It has been a very enticing and exciting experience for me, enabling me to learn about the huge diversity of activities going on at Unicamp. There has also been huge interest by fellow lecturers all over the country, for the shows are available at the RTV website and at youtube (Canal Ceav Unicamp). Thousands of downloads attest to the popularity of the show.

Estações de TVs universitárias geralmente levam a efeito programas apresentados por jornalistas profissionais, e este é também o caso da RTV Unicamp. No entanto, a administração da estação estava ansiosa para ter estudiosos apresentando programas, de forma que o estilo desses programas fossem menos jornalístico e mais acadêmico. Eu fui então convidado a propor um programa para entrevistar pesquisadores que trabalham na UNICAMP, sejam eles professores ou professores visitantes, de modo que pudéssemos discutir e expor a um público mais vasto o que as ciências humanas e sociais fazem e o que é relevante para a sociedade em geral.

Tem sido uma experiência muito atraente e emocionante para mim, permitindo-me a aprender sobre a enorme diversidade de atividades em curso na Unicamp. Houve também grande interesse por professores de todo o país, de modo que os programas estão disponíveis no site da RTV e no youtube (Canal CEAV Unicamp). Milhares de downloads atestam a popularidade dos programas.

7) Além desse projeto o senhor tem notícia de outros trabalhos nesta mesma linha?

7) Besides this project you have news of other works on the same lines?

In the same RTV there are other shows on different subject, such as a popular one on health issues.

Nas mesmas RTV existem outros programas sobre diferentes assuntos, por exemplo, um popular trata de problemas de saúde.



8) O fato de um pesquisador de História e Arqueologia apresentar um programa parece ser algo diferente. Gostaríamos de saber então qual foi a reação da comunidade acadêmica.

8)The fact that a researcher of History and Archaeology present a program seems to be something different. We wonder then what was the reaction of the academic community.

Academics and scholars are sometimes thought of as too aloof and even abstruse and the show has shown another face of scholarship. As the host, I must say that people are positively surprised by the fact that the show is accessible and some comments stress the way questions are felt as natural and not unnecessarily contorted. Again, it is most common to receive comments about the surprising charming way interviewees reply to sometimes complex questions.

Acadêmicos e estudiosos são muitas vezes considerados como muito distantes e até mesmo avessos a programas, mas a TV tem mostrado uma outra face dos acadêmicos. Como anfitrião, devo dizer que as pessoas estão positivamente surpresas com o fato de que o programa é acessível e alguns comentários salientam a forma como as questões são sentidas como naturais e não desnecessariamente desconfortáveis. Novamente, é mais comum receber comentários sobre as surpreendentes e encantadoras maneiras dos entrevistados em responder perguntas por vezes complexas.



9) Para finalizar professor Pedro Paulo Funari que mensagem o senhor poderia deixar para docentes e discentes em relação o uso e o contato com a mídia em suas diversas formas?

9) Finally Professor Pedro Paulo Funari message that you could leave for teachers and students regarding the use and contact with the media in its various forms?

I would say that this endeavour is a most relevant one, and also pleasing. It is indeed a most rewarding activity, enabling us to learn a lot. We as scholars are usually too much specialized and concerned with our own limited subjects, but gain a lot from this effort to reach out to people.

Eu diria que este empreendimento é um dos mais relevantes, e também agradável. Na verdade, é uma atividade extremamente gratificante, que nos permite aprender muito. Nós, como estudiosos geralmente somos muito especializados e preocupados com nossos próprios objetos limitados, mas se ganha muito com esse esforço para se chegar às pessoas.

Pedro Paulo Funari is professor, department of history, Campinas University, Brazil, former World Archaeological Congress secretary, author and editor of several volumes, such as *Memories from Darnkness* (London, Springer, 2009), *Mercato, le commerce dans les mondes grec et romain* (Paris, Belles Lettres, 2012), and has published papers in several journals, such as *Journal of Social Archaeology*, *Current Anthropology*, *Historical Archaeology*.



Revista Mundo Antigo

Artigos

Papers





Arqueología en Isarel:

los desafíos de la ciencia frente a cuestiones políticas y religiosas

Josué Berlesi¹

Submetido em Setembro/2012

Aceito em Novembro/2012

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo fazer uma análise, de modo geral, da pesquisa arqueológica em Israel buscando demonstrar como as questões políticas e religiosas afetaram o desenvolvimento da Arqueologia enquanto ciência. Desde as primeiras escavações na Palestina até os dias atuais a divulgação dos resultados das investigações arqueológicas sofreu e sofre distintas interferências motivadas ora por setores religiosos ora por motivações políticas de dentro e de fora do país, processo esse que tomou novos contornos com a criação do Estado de Israel e o desenvolvimento de uma arqueologia propriamente israelense.

Palavras-chave: Arqueologia - Israel antigo - Oriente Médio.

RESUMEN:

El presente artículo pretender hacer un análisis de la investigación arqueológica en Israel buscando presentar cómo las cuestiones políticas y religiosas afectaron el desarrollo de la Arqueología como ciencia. Desde las primeras excavaciones en Palestina hacia los días actuales la divulgación de los resultados de las investigaciones arqueológicas sufrió y sufre distintas intervenciones motivadas por sectores religiosos o políticos de dentro y de afuera del país, proceso ese que recibió nuevos rasgos con la creación del Estado de Israel y el desarrollo de una arqueología propiamente israelí.

Palabras claves: Arqueología - Israel antiguo - Cercano Oriente.

¹ Alumno del Doctorado en Historia Antigua (Historia de Israel) de la Universidad de Buenos Aires.
Docente de Historia Antigua en la Universidade Federal do Pará, Campus Cametá.



El surgimiento de la arqueología israelí

Aunque hubo algunas actividades en las décadas anteriores² una arqueología propiamente israelí ha tomado cuerpo a partir de 1948 con la creación del moderno Estado de Israel. Arqueólogos que habitaban en este territorio habían adquirido experiencia junto a las expediciones extranjeras, principalmente de los EEUU, de modo que en el periodo de la creación del estado nacional ya había un cuerpo entrenado de arqueólogos³.

Uno de los pioneros en la arqueología israelí fue Benjamin Mazar el cual condujo la primera excavación – tras 1948 – en Tell Quasile.⁴ Aunque otros profesionales importantes tengan actuado en este periodo formativo, dos seguidores de Mazar son los que más se destacaron: Ygael Yadin y Yohanan Aharoni.

Amihai Mazar señala que de manera general los primeros arqueólogos israelíes fueron seguidores de Albright una vez que relacionaban la investigación arqueológica con la historia y geografía bíblica (MAZAR, 2003, 37). De hecho la arqueología desarrollada en Israel en las décadas tras la creación del estado tenía una fuerte influencia del texto bíblico. En este tiempo la arqueología tenía una doble función: comprobar el derecho de los judíos a la tierra y formar una identidad nacional para “hebreos” venidos de diversos países del mundo mucho de los cuales ni hablaban hebreo.

² El “*Department of Archaeology*” de la Universidad Hebrea de Jerusalén fue establecido en 1934. Acerca de una época aún anterior Silberman comenta: “The Jewish community was the first to engage in independent archaeological research (Shavit 1987). With the birth of the Zionist movement in the nineteenth century, enormous political support for the ideal of a Jewish State had been derived from a skillful evocation of images from antiquity. [...] Yet even more direct links between modern Jewish settlers and the land of Zion were ultimately to be provided by the excavation of tangible monuments and artifacts. In December 1912, the Society for the Exploration of Eretz-Israel and its Antiquities was founded by a group of Jerusalem and Tel Aviv teachers.” SILBERMAN, 1995, p.17-18.

³ Acerca de la investigación arqueológica en Israel antes de la creación del estado nacional véase: RODRIGUES, Gabriella B. . *Arqueologia Bíblica e construção de identidades: notas acerca da pesquisa arqueológica nas chamadas terras da Bíblia*. Anais da XXIII Semana de Estudos Clássicos “Cultura Clássica inter-relações e permanência”, v. 1, p. 1-345, 2008.

⁴ Kletter advierte que ocurrieron algunas “salvage excavations” antes de Tell Quasile. Véase: KLETTER, Raz. *Just Past? The making of Israeli archaeology*. London: Equinox, 2006, p.308-309.



La preocupación estaba en comprobar la ascendencia judía en los yacimientos escavados y con eso justificar el control político de la región por parte del gobierno de Israel. En ese sentido Thompson afirma que la creación del estado mezcló el uso de la arqueología y una reinterpretación del judaísmo:

“The wish to create a ‘Jewish state’ has involved not only the use of archaeology to create a coherent national narrative that could represent a shared heritage for all citizens of the new state – a common enough political function of archaeology in many modern nation states, the building of the modern state of Israel also involved a reinterpretation of Judaism as a unified ethnic entity. Judaism was presented, not simply as a politically privileged religion, but as an essential self-identity that gave all the world’s Jews “a right of return” to their homeland: Palestine” (THOMPSON, 2009).⁵

Un ejemplo de la tentativa de controlar las áreas excavadas es visible en las excavaciones realizadas en la “ciudad vieja” de Jerusalén después que el gobierno de Israel dominó esta área por medio de la Guerra de los Seis días. En este caso específico el objetivo era tomar de los musulmanes la región del Monte del Templo donde está la mezquita de Al-Aqsa.

De hecho el desarrollo de la llamada “arqueología patriótica” fue una importante herramienta en la construcción de la identidad nacional de modo que algunos yacimientos se convirtieron en verdaderos santuarios como es el caso de Masada considerado incluso actualmente uno de los más significativos símbolos del heroísmo judío. En años recientes los soldados del ejército israelí prestaban juramento en este referido yacimiento (OESTIGAARD, 2007, 139-140).

El interés del público general por la arqueología creció muy rápidamente desde las primeras excavaciones en la década de 1950. La arqueología, tal como fue conducida en este tiempo, proporcionó a los habitantes del estado de Israel la prueba material de que ellos ahora vivían en una tierra que había sido de sus ancestrales en los tiempos bíblicos. Esta vinculación sentimental con el territorio generó un gran interés por las excavaciones. A este respecto Silberman comenta:

“As an increasing number of *tells* were excavated, participation in archaeological excavations came to be a national ritual for Israeli

⁵ Disponible en: www.bibleinterp.com/opeds/politics.shtml. Visto en 19/04/2010.



schoolchildren, soldiers, senior citizens and foreign visitors”. (SILBERMAN, 1995, 19).

Sin embargo, la necesidad de comprobar la más antigua presencia israelí en la tierra generó un descuido con los demás niveles de ocupación sea musulmán, romano o cualquier otro juzgado sin interés. Con eso evidentemente la arqueología como ciencia tuvo significativas pérdidas.⁶

Pero es importante enfatizar que ni toda arqueología israelí en sus primeras décadas de vida fue comprometida, por completo, política y religiosamente. Se observa que al paso de los años se formaron núcleos más conservadores y otros más progresistas. Es posible que los mejores ejemplos de tal situación estén personificados en Yadin y Aharoni.

Yadin tenía una influencia más directa de Albright por eso una interpretación más conservadora del texto bíblico al paso que Aharoni se aproximó a las ideas de exegetas como A. Alt y M. Noth. Con eso Yadin defendía que Israel conquistó militarmente Canaán así como describe el libro bíblico de Josue. Aharoni por su parte, argumentó que la penetración de los israelís en el territorio cananeo se dio por medio de un proceso gradual es decir una “infiltración pacífica”.

Nadia Abu El-Haj, en su análisis, afirma que las preferencias teóricas de Yadin y Aharoni fueron influenciadas por aspectos de sus trayectorias individuales. De esta manera intentando justificar la preferencia de uno por la “conquista militar” y la del otro por la “infiltración pacífica” Abu El-Haj comenta:

“For Yadin, who had previously been head of the operations branch of the Haganah, chief of operations of the Israel Defense Forces in 1948, and then the IDF’s chief of staff, the story of a decisive military victory achieved under the unified command of an innovative leader resonated with his own understanding of Israeli victory in 1948. Aharoni, however, was rooted in the kibbutz movement. He was allied with the left wing of labor Zionism, which had envisioned land seizure

⁶ Oestigaard afirma que incluso en los días de hoy la credibilidad de la arqueología es amenazada debido al uso político que se hace de ella: “The archaeological production of knowledge of prehistoric cultures constructed by biblical archaeologists is used by Israelis to legitimise the occupation of land and property in the Middle East. On the losing end are the Palestinians and other political, religious or ethnic minorities, and also the credibility of archaeology as a scientific practice”. OESTIGAARD, 2007, p. 47.



via settlement as preferable to seizure through war”. (ABU EL-HAJ, 2002).⁷

Las divergencias académicas entre Yadin y Aharoni llevaron a una efectiva ruptura entre los dos. Aharoni entonces fue para Tel Aviv donde fundó el Instituto de Arqueología de la TAU.⁸ En líneas generales se puede decir que a partir de eso se originaron dos escuelas arqueológicas en Israel: una más conservadora con Yadin en Jerusalén y una más progresista con Aharoni en Tel Aviv. Tal polarización, a grosso modo, es visible aún actualmente basta pensar en algunos representantes modernos de esas dos escuelas, como ejemplo se puede indicar Finkelstein en Tel Aviv y Ben-Tor en Jerusalén. Pero seguramente, más allá de las diferencias entre Yadin y Aharoni, hay otros motivos que explican la distinción entre Tel Aviv y Jerusalén. Quizá el conservadurismo de una y el progresismo de otra tenga que ver con el periodo en que se establecieron las dos universidades: la Universidad Hebrea en 1918 y la de Tel Aviv en 1956. Así, es posible que la primera haya estado más embebida del imaginario bíblico que la segunda.

Seguramente la tensión entre estos dos polos ya no es tan fuerte en los días de hoy. Ejemplo de eso es visible en la “alianza” entre Finkelstein (Tel Aviv) y Mazar (Jerusalén) los cuales recientemente afirmaron inaugurar una nueva corriente de pensamiento en la interpretación de la historia antigua de Israel, es decir: “la voz del centro”.⁹ Sin embargo, a pesar de que los referidos investigadores están hermanados en un mismo proyecto eso no impide la ocurrencia de serias divergencias entre ellos, situación que efectivamente se pasa, por ejemplo, en las cuestiones de cronología donde Finkelstein adopta la llamada “cronología baja” al paso que Mazar la rechaza (FINKELSTEIN, 2008, 132).

Pasados más de 60 años se puede decir que la arqueología israelí ha consolidado su independencia. Aunque existan importantes colaboraciones extranjeras Israel ha

⁷ Disponible en: <http://fathom.lib.uchicago.edu/1/777777190209/>. Visto en 18/04/2010.

⁸ “The disagreement polarized the two archaeologists to such an extent that Aharoni ultimately moved to Tel Aviv University. Students and colleagues were forced to take sides, and very few managed to work or maintain good relations with Yadin and Aharoni at the same time”. Ibidem.

⁹ Véase: FINKELSTEIN, I.; MAZAR, A. *The Quest for the Historical Israel: Debating Archaeology and the History of Early Israel*. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2007.



logrado mantener una continua investigación arqueológica por diversas partes del país con un cuerpo de profesionales formado principalmente por arqueólogos israelíes.

Acerca de eso comenta Dever:

“Here I would note simply that perhaps 90 percent of fieldwork and publication in Israel is Israeli-sponsored. There exist a large government agency, the Israel Antiquities Authority (the old Department of Antiquities); several dozen archaeological museums; four flourishing university departments or institutes of archaeology (Jerusalem, Tel Aviv, Beersheva, and Haifa); numerous publication series in Hebrew and English; dozens and dozens of excavations annually; and as many as 200 working professional people with graduate degrees in archaeology”. (DEVER, 2004, 132).

Además lo importante es notar que a lo largo de los años la arqueología en Israel ha progresado como ciencia es decir con la incorporación de nuevas metodologías y debates teóricos provenientes del dialogo con otras ciencias o fruto del propio desarrollo de la arqueología en nivel internacional. Con eso se advierte que a pesar de la existencia de algunos rasgos de conservadurismo por parte de algunos investigadores – Ben-Tor puede ser un buen ejemplo¹⁰ – el texto bíblico ya no es la principal brújula de la arqueología.

Consideraciones Generales

Como visto las cuestiones políticas y religiosas estuvieron por el medio de las investigaciones arqueológicas realizadas en Palestina sea por israelíes o extranjeros. En el siglo XX en general esos tipos de motivaciones influenciaron ambos grupos de investigadores en la medida en que:

“[...] biblical archaeologists, who most often are Christian American fundamentalists, study the Old Testament period in the Holy Land because of their religious faith and beliefs, and on the other hand, Israeli nationalist archaeologists study the same topics, areas and time

¹⁰ Véase: BEN-TOR, Amnon, “The Fall of Canaanite Hazor – the “Who” and “When” Questions,” in Sy Gitin, Amihai Mazar and Ephraim Stern, eds., *Mediterranean Peoples in Transition, Thirteenth to Early Tenth Centuries BCE* (Jerusalem: Israel Exploration Society, 1998): 456-467.



span because of the ‘birth’ and origin of Israel as a nation state”. (OESTIGAARD, 2007, 13).

No es posible cuantificar lo que ha sido más perjudicial a la arqueología practicada en Israel si su connotación política o su connotación religiosa. Por otra parte estos dos elementos generalmente se mantuvieron interconectados. Quizá una tenue diferencia, ya señalada por Oestigaard, está en el hecho de que la arqueología practicada por cristianos occidentales visaba proteger los “documentos” de la fe cristiana al paso que la arqueología israelí, además de eso, intentaba justificar el control político del territorio. En algunos casos, para judíos no religiosos la arqueología ha representado un sustituto de la religión (DEVER, 2004, 133).

Si la arqueología israelí ha sido motivada por el nacionalismo es preciso reconocer que esa no es una práctica exclusiva de Israel. En este sentido Oestigaard apunta muy acertadamente:

“We have to be honest and admit that there is no such thing as a non-political, value-free archaeology, and one of the ideologies that have had most influence on the development of archaeology worldwide is nationalism. Nationalism is deeply embedded in the very concept of archaeology, in its institutions and its development [...] If nations exist, they must have, by definition, a past, for their own good and that of the individuals who belong in them (Díaz-Andreu 1996:68).” (OESTIGAARD, 2007, 19).

Y Kletter complementa:

“It is crucial not to isolate Israel from other nations in similar stages of nation-building [...] The elite of Israel, Yadin included, did not invent anything new in using the ‘Masada myth’ or archaeology in general. It was no different from countless other examples of the use of archaeology by nationalistic movements. Ideas about a direct continuation of Biblical Joshua, or the Hasmonaeans, or the ‘rebels’ of Masada, were only typical [...] Only the details and the degree of success vary. The Baath party in Iraq conducted an educational campaign about the significance and ‘historical relevance’ of the Mesopotamian past, in order to create an Iraqi nation separated from other Arab groups. Saddam Hussein portrayed himself as direct heir to Hammurabi [...] In Turkey of Ataturk, creating a nation was made by an opposite ‘fervent desire’ to break off from the recent past, for example, by adopting a new capital and a new script [...] In Lebanon, the ‘Phoenician movement’ failed. Naccache (1998) mourns the destruction of archaeological remains in Beirut mainly because it prevented their use for nation-building.” (KLETTTER, 2006, 316-317).



Y para que se tenga una idea de esa práctica fuera del medio Oriente:

“After the Second World War France chose to ignore Vichy, and Italy looked with embarrassment towards Imperial Rome because of Mussolini’s appropriation of its symbols; suddenly the Etruscans were ‘in’[...] Eurocentrism was fuelled by the idea that ancient Greece (and Rome) was the cradle of Europe, with the exclusion of the ‘barbarian’ nations[...].” (KLETTER, 2006, 317).

Seguramente los procesos de construcción del nacionalismo fueron distintos en países con realidades sociales también distintas, pero abordar tal temática no es el objetivo de este artículo. La cuestión es que independiente de realidades sociales y culturales distintos países del globo utilizaron la arqueología, de distintas maneras, en la construcción del nacionalismo.

En el caso específico de Israel parte de los errores cometidos por los padres de la arqueología israelí se explican por el contexto histórico de la década de 1950, es decir, del periodo de nacimiento del estado nacional. Los arqueólogos judíos de esa época estaban interesados en el rescate de su propia cultura lo que generó un descuido con los demás niveles de ocupación: musulmán, bizantino y otros. Los padres de la arqueología israelí eran “hombres de su tiempo” y por eso influenciados por el contexto histórico en que vivan bien como sus experiencias, objetivos y preferencias políticas influenciaban el resultado de las investigaciones que realizaron (OESTIGAARD, 2007, 113).

Evidentemente esa vinculación entre el nacionalismo y la arqueología generó (y aún genera) prejuicios a la ciencia arqueológica. Pero, de la misma manera, los cristianos occidentales – principalmente norteamericanos – tuvieron su parcela de responsabilidad en ese proceso.

Por muchos años el texto bíblico fue la brújula de la arqueología. En los EEUU, principalmente, muchos de los envueltos con la llamada ‘arqueología bíblica’ eran estudiosos bíblicos con experiencia en algunas excavaciones o sea no tenían necesariamente formación en arqueología y por cuenta de eso no estaban debidamente actualizados de las cuestiones teóricas propias de la arqueología. Oestigaard resume muy bien la situación:



“The biblical archaeology movement in its classic form, which dominated the American scene up until about 1970, was rather a subsidiary of biblical theological studies than a branch of Near Eastern archaeology. It was a chapter in the history of American religious life. This school drew its agenda not from archaeology but from problems in biblical research. In its method these biblical archaeologists stressed academic training in biblical languages and history plus field experiences. The practitioners were all biblical scholars and teachers, almost without exception ‘amateur’ in the sense of them being part-time archaeologists. Thus, the sites chosen for excavation were biblical, and their support came from seminaries and church-affiliated institutions and individuals [...]” (OESTIGAAR, 2007, 52).

La mezcla de la fuerte influencia bíblica y de la falta de una formación exclusiva en arqueología generó una serie de errores en la interpretación de la evidencia material. Se partía siempre del texto bíblico y la evidencia arqueológica debería estar de acuerdo con él para que no fuese rechazada. Mazar apunta algunos ejemplos de errores cometidos:

“A arqueologia na Palestina no passado e, em grande parte, até mesmo hoje foi motivada pelo interesse na Bíblia. Muitos dos arqueólogos trabalhando no país têm antecedentes de pesquisa bíblica e assim tendiam a interpretar os achados arqueológicos de um ponto de vista histórico e bíblico. As tendências nos estudos bíblicos às vezes parecem obscurecer a objetividade na interpretação, e a abordagem fundamentalista também teve o seu impacto. Com esses antecedentes, alguns erros graves foram cometidos na interpretação de descobertas arqueológicas na Palestina; são exemplos a identificação das “minas do rei Salomão” em Timna, a localização Asiongaber, a interpretação do “Poço de Warren” em Jerusalém como a “Sinnor” jebuséia, e mais. Hoje existe um esforço intelectual contínuo por arqueólogos e por historiadores bíblicos e do antigo Oriente Próximo para integrar os estudos e fecundar reciprocamente os campos de pesquisa.” (MAZAR, 2003, 52).

Seguramente esta clase de equívocos no fue exclusiva de los cristianos occidentales sino que también estuvo presente en las investigaciones de los padres de la arqueología israelí. En un artículo reciente Finkelstein sostiene que Yadin interpretó erróneamente la evidencia arqueológica por cuenta del texto bíblico. Tomando por base I Reyes 9:15 Yadin dató las puertas con seis cámaras ubicadas en Hazor, Megiddo y Gezer como siendo de los días del rey Salomón. Finkelstein por su vez sin considerar la información bíblica demostró que la puerta de Megiddo fue construida después que las puertas de Hazor y Gezer (FINKELSTEIN, 2008, 120).



Eso claramente demuestra los problemas que el uso del texto bíblico puede traer para la investigación arqueológica.

Pero, como ya señalado, el progreso de la arqueología en general posibilitó avances en la arqueología bíblica. Si antaño los principales diálogos eran hechos con la teología, actualmente se expandió el abanico de interlocutores. De la Historia la principal contribución viene de los *Annales*¹¹ principalmente de Braudel y su división entre procesos de corta y larga duración. El uso de la ‘larga duración’ ha se convertido en una importante herramienta de la arqueología practicada en Israel y incluso un medio de secularizar esta disciplina (LEVY, 1995, 4).

Este esfuerzo de secularización es también visible en el cambio de una “arqueología bíblica” para una “arqueología Siro-Palestina”. Sin embargo, eso no implica decir que el texto bíblico está de todo alejado de las investigaciones arqueológicas.¹²

A pesar del notable progreso teórico y metodológico de la disciplina la arqueología en Israel continua siendo utilizada para fines políticos o religiosos. Un ejemplo reciente se encuentra en la reforma de la puerta de Mugrabi (ver figura 1) que generó conflictos entre musulmanes y judíos.

La referida puerta es el único acceso de que disponen turistas y no musulmanes para llegar hasta la mezquita de Al-Aqsa. En el año 2004 la rampla de acceso a la mezquita cayó por cuenta de una tempestad de modo que fue construida una nueva rampla de madera. La idea es sustituir la actual rampla por una nueva con más de 100m y con 8 pilares de sustentación por sobre uno de los más importantes yacimientos de la región. Frente a todo eso la comunidad musulmana ha se manifestado intentando decir que tales obras son una tentativa de judaizar Jerusalén, es decir, sacar las características musulmanas del lugar (FUNARI & RODRIGUES, 2008, 6).

¹¹ Finkelstein, por ejemplo, hace uso del método de la “histoire reversible” de Marc Bloch al decir que para investigar el texto bíblico lo mejor es partir de la época en que el fue escrito hacia atrás (FINKELSTEIN & MAZAR, 2007, 37).

¹² Thompson denuncia que la arqueología siro-palestina de Dever es, en verdad, nada innovadora. Véase THOMPSON, 1996, 35-36.



La construcción de la nueva rampla generó una gran cantidad de problemas de manera que el responsable por el ayuntamiento de Jerusalén, Uri Lupolianski, decidió interrumpir las obras. Tal hecho fue visto como una señal de debilidad por la Comisión de los Rabinos¹³. Con eso es posible tener una idea de cómo la presión política de los grupos ortodoxos influyen en las investigaciones arqueológicas desarrolladas en Israel. En respuesta a los musulmanes que acusaban Israel de intentar dominar el territorio de la mezquita, los arqueólogos israelíes pusieron cámaras transmitiendo las excavaciones para probar que no había intereses ocultos.



Figura 1: En esa foto se ve parte de las excavaciones en el área de la rampla de acceso a la mezquita de al-Aqsa. Foto del acervo del autor.

¹³ *Folha Online*. Disponible en: www1.folha.uol.com.br/mundo/ult9u104609.shtml. Visto en 7/4/2010.



Además la arqueología en Israel es un lucrativo negocio que interesa al Estado de modo que los yacimientos sufren una exploración comercial para atender deseos de los interesados en los lugares “sagrados” de la Biblia. Independiente de los resultados de las investigaciones la tendencia es mostrar al turista una interpretación concordante con el texto bíblico. Ejemplo de eso se encuentra en Gezer (ver figura 2):



Figura 2: Véase en la parte inferior izquierda la referencia al texto bíblico de I Reyes 9:15. Foto del acervo del autor.

Como ya señalado anteriormente Finkelstein ha demostrado la improbabilidad del texto de I Reyes 9:15 pero no es interesante revelar eso al turista el cual muchas de las veces es un creyente. Con eso se nota que los resultados científicos de las



investigaciones se quedan limitados al público académico. En este sentido comenta Oestigaard:

“What is the role of archaeologists as researchers in the public sphere? It is just to admit, unfortunately, that the most of the archaeology produced is only read by the archaeologists themselves. So what kind of pictures of the past exists in society in general? [...] if the consequences of archaeological knowledge production as a social practice is not taken seriously, it is difficult to preserve a scientific and serious image.” (OESTIGAARD, 2007, 126).

Para Oestigaard el arqueólogo debe manifestarse cuando ve distorsionado el resultado de su trabajo (OESTIGAARD, 2007, 9). Por otro lado, es preciso pensar en las limitaciones que cercan los arqueólogos envueltos con la arqueología en Israel: ¿En qué tipo de instituciones trabajan?, ¿Quién les paga sus salarios?, ¿Qué libertad tienen para hablar abiertamente de los resultados de sus investigaciones?

Evidentemente la arqueología no puede seguir como una forma de probar la Biblia o justificar el dominio de la Palestina por Israel. Mismo así, no es posible decir si la arqueología practicada en Israel estará completamente libre de sus implicaciones políticas y religiosas. Como dicho al inicio de este trabajo ese no es un problema exclusivo de Palestina, se pasa en varias partes del mundo donde la arqueología desempeña un importante papel en la construcción de las identidades locales. Por otra parte hay que se pensar en la real validez de la arqueología como arma política en la Palestina actual.

Como señala Finkelstein:

“[...] hay gente que piensa que la arqueología puede determinar el futuro. Es un pensamiento arrogante, que la arqueología es tan importante que si por ejemplo pudiésemos probar que David existió en Jerusalén en su palacio, entonces podremos ordenar la situación en el Medio Oriente [...] A mi entender la arqueología tiene que centrarse en la investigación científica y deslindarse de la situación política. No puede determinar el futuro del Medio Oriente.”¹⁴

Como visto a lo largo de este artículo la arqueología tuvo un importante papel en la construcción de la identidad nacional, principalmente, en el período de formación del estado israelí, pero a pasos lentos tiene caminado para tornarse una disciplina académica intentando liberarse de las influencias que vienen de afuera del círculo profesional.

¹⁴ *Una perspectiva crítica a la arqueología “desde el centro”*. Milevski entrevista a Finkelstein. Revista de Arqueología 134, Madrid, p. 45.



BIBLIOGRAFÍA

ABU EL-HAJ, Nadia. *Archaeology and National Identity in Israel*. Disponible en: <http://fathom.lib.uchicago.edu/1/777777190209/>, 2002.

BEN-TOR, Amnon. “The Fall of Canaanite Hazor – the “Who” and “When” Questions,” in Sy Gitin, Amihai Mazar and Ephraim Stern, eds., *Mediterranean Peoples in Transition, Thirteenth to Early Tenth Centuries BCE* (Jerusalem: Israel Exploration Society: 456-467), 1998.

DEVER, William, G. *Biblical and Syro-Palestinian Archaeology*. In: PERDUE, Leo, G. *The Blackwell Companion to the Hebrew Bible*. Blackwell Publishers, 2004.

_____. The death of a discipline. *Biblical Archaeology Review* 21, 5:50-5, 70, 1995.

_____. *Who were the early Israelites and where did they come from?* Wm. B. Eedmans Publishing Co, 2003.

FINKELSTEIN, I.; MAZAR, A. *The Quest for the Historical Israel: Debating Archaeology and the History of Early Israel*. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2007.

FINKELSTEIN, Israel. *Una actualización de la Cronología Baja: Arqueología, Historia y Biblia*. Buenos Aires: Antiguo Oriente, volumen 6, p. 115-136, 2008.

Folha Online. Disponible en: www1.folha.uol.com.br/mundo/ult9u104609.shtml

FUNARI, Pedro Paulo & RODRIGUES, Gabriella B. *Preservação patrimonial e Arqueologia Bíblica: a reforma do acesso ao portão Mughrabi, um exemplo do uso da cultura material como elemento político-religioso*. Revista Brasileira de História das Religiões, v.1, p.1, 2008.

GANDULLA, Bernardo. *Los Hebreos en el Gran Canaán: del Bronce Antiguo al Bronce Tardío*. Buenos Aires: Canaán Editoria, 2005.

KENYON, Kathleen M. *Arqueología en Tierra Santa*. Barcelona: Editorial Garriga, 1963.

KLETTER, Raz. *Just Past? The making of Israeli archaeology*. London: Equinox, 2006.

MAZAR, A. *Arqueologia na terra da Bíblia 10000 – 586 a.C.* Tradução de Ricardo Gouveia. São Paulo: Paulinas, 2003.



OESTIGAARD, Terje. *Political Archaeology and Holy Nationalism: Archaeological Battles over the Bible and Land in Israel and Palestine form 1967 – 2000*. Gotarc Serie C, No. 67. Göteborg University. Gothenburg, 2007.

RODRIGUES, Gabriella B. . *Arqueologia Bíblica e construção de identidades: notas acerca da pesquisa arqueológica nas chamadas terras da Bíblia*. Anais da XXIII Semana de Estudos Clássicos "Cultura Clássica inter-relações e permanência", v. 1, p. 1-345, 2008.

SILBERMAN, Neil. A. *Between Past and Present; Archaeology, Ideology and Nationalism in the Modern Middle East*. New York: Henry Holt, 1989.

_____. Power, Politics and the Past: The Social Construction of Antiquity in the Holy Land. In: LEVY, Thomas, E. (ed.). *The Archaeology of Society in the Holy Land*. London: Leicester University Press, 1995.

_____. Whose game is it anyway? The political and social transformations of the American Biblical Archaeology. In: MESKELL, LYNN (ed.). *Archaeology under fire – Nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*. New York: Routledge, 1998.

THOMPSON, Thomas, L. *Biblical Archaeology and the Politics of Nation Building*. Disponível em: www.bibleinterp.com/opeds/politics.shtml, 2009.

_____. Historiography of Ancient Palestine and Early Jewish Historiography: W.G. Dever and the not so new biblical archaeology. In: DAVIES, Philip, R. and FRITZ, Volkmar. *The origins of the ancient Israelite states*. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1996.

WRIGHT, George, E.y FREEDMAN, David, N. *The Biblical archaeologist reader*. Doubleday: Garden City. 1961.





O ciclope ou quantos olhos ele possui?

Celina Figueiredo Lage¹

Submetido em Agosto/2012

Aceito em Novembro/2012

RESUMO:

Este artigo apresenta uma análise de alguns aspectos do relato da visita de Ulisses e seus companheiros ao ciclope Polifemo, no canto IX da *Odisséia* de Homero. O artigo examina também o diálogo entre a épica homérica e as artes plásticas, de modo a identificar algumas de suas semelhanças e diferenças, tendo como foco a representação visual do ciclope.

Palavra chave: Homero – Odisséia – Literatura Grega – Arte Grega – Mitologia Grega.

ABSTRACT:

This paper presents an analysis of some aspects of the narrative about the visit of Ulysses and his companions to the cyclops Polyphemus, in the book IX of the Homer's Odyssey. It examines also the dialog between Homeric epic and Greek visual art, with the aim to identify some similarities and differences between them, focusing the cyclops's visual representation.

Keywords: Homer – Odyssey – Greek Literature – Greek Art – Greek Mythology.

Proponho que observemos alguns aspectos do relato da visita de Ulisses e seus companheiros ao ciclope Polifemo, um episódio bastante extenso dentro do relato de Ulisses na corte dos feácios, o qual ocupa quase que a totalidade do canto IX. Minha intenção é examinar o diálogo entre a épica homérica e as artes plásticas, de modo a identificar algumas semelhanças e diferenças, tendo como foco a imagem monstruosa do ciclope. Nota-se que essa imagem habita nosso imaginário e é bastante explorada até hoje, principalmente pelo cinema.

Stanford afirma que a história do ciclope é um dos contos mais famosos do mundo, sendo que existem mais de duas mil versões atestadas na Europa e na Ásia, com significativas variações. Ele acredita que o conto original deve ter sido composto pelos antigos ancestrais dos povos indo-europeus, que posteriormente se dividiram em diferentes tribos e nações. Essencialmente, ele seria uma variação do tema do

¹ Doutora em Literatura Comparada, Professora Colaboradora da Universidade Helênica Aberta, Grécia.
E-mail de contato: celinalage@hotmail.com



assassinato de um gigante monstruoso, que é derrotado por um oponente pequeno e astuto².

No relato homérico, Ulisses e seus companheiros aportam na ilha dos ciclopes, e resolvem explorá-la. No alto, encontram a caverna de Polifemo, um gigante que tem como principal atividade o pastoreio para a produção de queijo. Eles entram na caverna e aguardam a chegada do monstro, que, após entrar com parte do rebanho, lacra a saída com uma pedra gigantesca. Ele nega-lhes a hospitalidade tal como concebida pelos gregos e, num ato antropofágico, desmembra e devora seis dos companheiros de Ulisses, de dois em dois. Ulisses elabora então um stratagem para fugir da caverna: prepara uma estaca pontuda com a ajuda dos companheiros, embebeda o ciclope oferecendo-lhe vinho puro e, em seguida, quando está dormindo, enfia-lhe a estaca ardente no olho e cega-o. Antes porém de o cegar, mente a respeito de seu próprio nome, de modo a impossibilitar que outros ciclopes intentassem socorrer Polifemo. O ciclope abre a caverna e deixa o rebanho sair lá de dentro. Ulisses amarra os companheiros nas ovelhas, e agarra-se na maior delas, de modo que, apalpando-as, o gigante cego não pudesse perceber a fuga. Depois que conseguem sair da caverna, desamarra os companheiros e segue, com eles, até o barco, para afastar-se da ilha. No momento em que está navegando, já a uma certa distância, revela seu verdadeiro nome ao ciclope, que lança pedras em direção ao barco.

A maior parte da iconografia que se pode relacionar com esse trecho alude a duas cenas do relato, que representam dois dos três ardis de Ulisses para fugir da caverna de Polifemo: o primeiro, sobre o qual nos concentraremos aqui, consiste em embebedar e cegar o ciclope; o segundo, mais complicado de se representar visualmente, por tratar-se de um jogo lingüístico, consistia em mentir a respeito de seu próprio nome, fazendo o ciclope acreditar que Ulisses chamava-se "Ninguém"³; o terceiro seria a fuga da

²STANFORD, 1974, p.37.

³Segundo Peradotto, este artifício de Ulisses não é resultado de sua *mêtis*, mas da *mêtis* do próprio poeta. A funcionalidade deste ardid pode ser prevista apenas pelo poeta, uma vez que o próprio Ulisses não sabe seu futuro e assim não pode antecipar a reação posterior do Ciclope e o sucesso da artimanha. Nesse sentido, Peradotto afirma que a manipulação de Ulisses em relação a Polifemo pode ser rudimentarmente comparada à manipulação do poeta em relação a seu público. "It is *mêtis* at its best: a story about *mêtis*, achieved by *mêtis*". (PERADOTTO, 1990, p.46-47)



caverna, amarrando-se Ulisses a si mesmo e aos companheiros nas ovelhas que iam sair para pastar. O primeiro e o terceiro ardid gozam de uma tradição imagética ampla.

A imagem do ciclope que normalmente temos em mente é a de um gigante com um único olho. Etimologicamente, o nome "ciclope" parece ser um composto de dois outros nomes: *kýklos*, que significa “círculo”, “roda”; e *óps*, que significa “olho”, “visão”. Essa etimologia é bastante vaga, a princípio, podendo referir-se a um rosto ou a um aspecto redondo, ao girar dos olhos, a olhos arredondados (podendo ainda ter uma referência desconhecida para nós). Vale a pena observar o comentário de Hesíodo, na *Teogonia*, a respeito dos três ciclopes, Trovão, Relâmpago e Arges, que forjaram para Zeus o raio e o trovão:

HESÍODO, *Teogonia*, v.144-145

Κύκλωπες δ' ὄνομ' ἦσαν ἐπώνυμον, οὐνεκ' ἄρα σφεων
κυκλωτερῆς ὀφθαλμὸς ἕεις ἐνέκειτο μετώπῳ·

Ciclopes denominava-os o nome, porque neles
circular olho sozinho repousava na frente. (trad. de Jaa Torrano)

A interpretação de Hesíodo parece ser a mais popular e, de certa forma, é compatível com a imagem que nós fazemos até hoje de um ciclope. Na referência de Hesíodo fica bem claro que os ciclopes têm um único olho e que este olho fica bem no meio da testa⁴.

Quando o Ulisses de Homero descreve Polifemo, nenhuma referência explícita é feita a essa característica do único olho. Ele privilegia na sua descrição o gigantismo do ciclope, comparando-o a um pico entre montanhas:

HOMERO, *Odisséia*, IX, 190-192

καὶ γὰρ θαῦμ' ἐτέτυκτο πελώριον, οὐδὲ ἐώκει
ἀνδρὶ γε σιτοφάγῳ, ἀλλὰ ρίψ ὑλήεντι
ὑψηλῶν ὀρέων, ὃ τε φαίνεται οἶον ἀπ' ἄλλων.

Era ele um monstro espantoso deveras, que aspecto não tinha
de homem que vive de pão, mas de um pico, coberto de selvas,
de alta montanha que, longe, das mais se destaca, isolada.

Homero não deixa claro se o ciclope teria um olho ou mais de um, pelo fato de não nos oferecer uma descrição detalhada de sua figura, provavelmente devido a sua monstruosidade⁵. Contudo, se observarmos o relato, veremos que as referências ao olho

⁴ HESÍODO, *Theog.*, 143.

⁵ Cf. LAGE, 2004, p.39.



do ciclope são sempre no singular e que o estratagema de Ulisses para cegá-lo consistiu em furar seu olho com um pau afiado e em brasa, pressupondo a existência de um único olho, que teria sido vazado desse modo. Vejamos como Ulisses descreve a feitura da vara a partir de um grosso e enorme tronco verde de oliveira:

HOMERO, Odisséia, IX, 325-328
τοῦ μὲν ὄσον τ' ὄργυιαν ἐγὼν ἀπέκοψα παραστάς
καὶ παρέθηχ' ἐτάροισιν, ἀποξύναι δ' ἐκέλευσα·
οἱ δ' ὀμαλὸν ποίησαν· ἐγὼ δ' ἐθόωσα παραστάς
ἄκρον, ἄφαρ δὲ λαβὼν ἐπυράκτεον ἐν πυρὶ κηλέφ.
Aproximando-me dele, cortei um pedaço da altura
de uma braçada e o passei para os sócios, a quem logo ensino
como o polirem. Depois de isso feito, agucei a ponta
e, por deixá-lo em bom ponto queimado, o meti entre as brasas.

Ulisses refere-se à ação de polir um pedaço de tronco e preparar sua ponta (*ákron*, no singular). Mais à frente, descreve o modo como empurraram a vara no olho do gigante:

HOMERO, Odisséia, IX, 382-388
οἱ μὲν μοχλὸν ἐλόντες ἐλάϊνον, ὄξυν ἐπ' ἄκρω,
ὀφθαλμῷ ἐνέρεισαν· ἐγὼ δ' ἐφύπερθεν ἐρεισθεὶς
δίνεον, ὡς ὅτε τις τρυπᾷ δόρυ νήϊον ἀνήρ
τρυπάνῳ, οἱ δὲ τ' ἐνερθεν ὑποσσείουσιν ἱμάντι
ἀψάμενοι ἐκάτερθε, τὸ δὲ τρέχει ἐμμενὲς αἰεὶ·
ὧς τοῦ ἐν ὀφθαλμῷ πυριήκεα μοχλὸν ἐλόντες
δινέομεν, τὸν δ' αἶμα περίρρεε θερμὸν ἐόντα.
Eles, então, levantaram o pau, cuja ponta afilada
no olho do monstro empurraram; por trás, apoiando-me nele,
fi-lo girar, como fura com trado uma viga de nave
o carpinteiro, enquanto outros, em cima as correias manobram
de ambos os lados; o trado não cessa de à roda mover-se:
dessa maneira virávamos todos o pau incendiado
no olho, escorrendo-lhe à volta fervente sangueira.

Não me parece possível de modo algum imaginar aqui a referência a uma vara de ponta dupla que pudesse cegar dois olhos de uma só vez, até porque seria impossível fazer o movimento giratório sugerido. Nem mesmo imaginar que eles tivessem cegado primeiro um olho e, após, um segundo. Além do mais, se Homero estivesse pensando em um ciclope com dois olhos, o estratagema de fuga das ovelhas não teria sentido, pois o ciclope poderia ter enxergado os companheiros nelas amarrados com o olho são, caso tivesse dois ou mais olhos.



Parece que para Homero era demasiado óbvio que o ciclope possuía apenas um olho. Ainda pensando na etimologia do nome, podemos imaginar que Homero mimetiza a noção de circularidade através do modo como Polifemo é cegado: Ulisses e seus companheiros não apenas fincam o pau em brasa como também o giram no olho do gigante, como citamos no passo anterior. Esta ação de girar, como veremos, está sugerida também em algumas das pinturas de vasos que representam esta passagem.

O modo de representação do ciclope e também de seu olho reveste-se de um interesse especial a partir do momento em que observamos a dificuldade e a variedade das artes plásticas em forjar essa imagem. A dificuldade se faz presente tanto nas esculturas quanto nas pinturas, o que poderia nos levar a supor que se trata de uma tradição imagética de origem literária e não pictural. Ou seja, a ausência de um esquema pictural recorrente que represente com eficácia um homem com apenas um olho pode talvez ser um indício de que a imagem do ciclope de um único olho seria derivada inicialmente de uma tradição literária e não de uma tradição icônica.

Tomemos como exemplo algumas representações plásticas do ciclope no período helenístico e romano. A figura de número 1 é uma máscara, onde os dois olhos habituais são fechados e pouco marcados, como se estivessem atrofiados. Alinhado ao nariz, situado entre os dois olhos, um pouco mais acima, podemos observar um terceiro olho oval, bem marcado e aberto, que permite a identificação da peça como sendo um ciclope. A figura 2 é uma cabeça de mármore que se assemelha muito à anterior no que tange ao terceiro olho, exceto por situá-lo mais acima, no meio da testa. Pode-se supor que o terceiro olho tivesse sido adicionado posteriormente, o que não me parece uma boa hipótese de trabalho, em vista da recorrência desse esquema de representação. A figura 4, uma cabeça de terracota, também localiza o terceiro olho no meio da testa, sendo que os dois olhos habituais estão fechados, assim como na figura 4. O esquema dos três olhos não é comum na pintura de vasos grega, como veremos a seguir, pois aparece em um só exemplar; mas é constante na pintura romana, nos mosaicos (fig.5) e nas esculturas helenísticas e romanas.



Fig.1 – Máscara. Lyon, Mus. gall. rom.(*LIMC*, *Kyklops*, *Kyklopes* 1)⁶

⁶ As fotos de museus e sítios arqueológicos, cuja referência bibliográfica não está indicada, são de minha autoria.



Fig.2 – Cabeça de mármore. Turin, Mus. Ant. (*LIMC*, *Kyklops*, *Kyklopes* 10)



Fig.3 – Cabeça de terracota. Paris, Louvre (CA1003). (*LIMC*, *Kyklops*, *Kyklopes* 14)



Fig.4 – Cabeça de terracota. Paris, Louvre (MNC264). (*LIMC*, *Kyklops*, *Kyklopes* 15)



Fig. 5 - Mosaico de piso. Piazza Armerina. séc. III/IV d.C. (*LIMC*, *Kyklops*, *Kyklopes* 29)



Na pintura grega, a questão se complica ainda mais. Na imagem seguinte (fig.6), temos uma cena pintada em uma ânfora proto-ática encontrada em Elêusis, que data de 670 a.C. aproximadamente, época bastante próxima da composição da *Odisséia*, estimada em cerca de 700 a.C. A cena justapõe três tempos do relato homérico, condensando-os: o ciclope se embebedando, com a taça na mão; o cegamento com a vara; e o ciclope arrancado a vara do olho com a mão. A boca aberta do gigante pode ainda estar relacionada a um quarto momento, quando ele grita e pede ajuda aos outros ciclopes. Nesta cena, fica bem marcado o seu gigantismo, pois ele aparece sentado, até mesmo para caber dentro do enquadramento, sendo caracterizado de modo muito semelhante aos outros que o estão cegando, exceto por seu tamanho⁷ e pela barba, que, no gigante, está pintada de azul e parece ser mais rude do que a dos outros personagens.



Fig.6 – Ânfora Eleusina (detalhe) c670 a.C.. Museu Arqueológico de Eleusis.

Dada a convenção de representação de perfil presente nas pinturas anteriores ao período clássico, não podemos saber se estaria suposto ou não um segundo olho do outro lado da face. Segundo Touchefeu-Meynier, o rosto de perfil deixa sem resposta a

⁷ “Limitations of space and artistic conventions prevented the painters of these pictures from making a great difference in size between the humans and the giant [...]”.(STANFORD, op. cit., p.62)



questão do olho não visível, podendo a questão ser formulada do seguinte modo: o olho não visível está presente, inexistente ou já foi cegado? Ela se pergunta ainda se o essencial desse conto folclórico não seria o cegamento do monstro, a despeito de seu retrato ou ainda da lógica do relato, o que poderia explicar essa aparente indeterminação⁸.

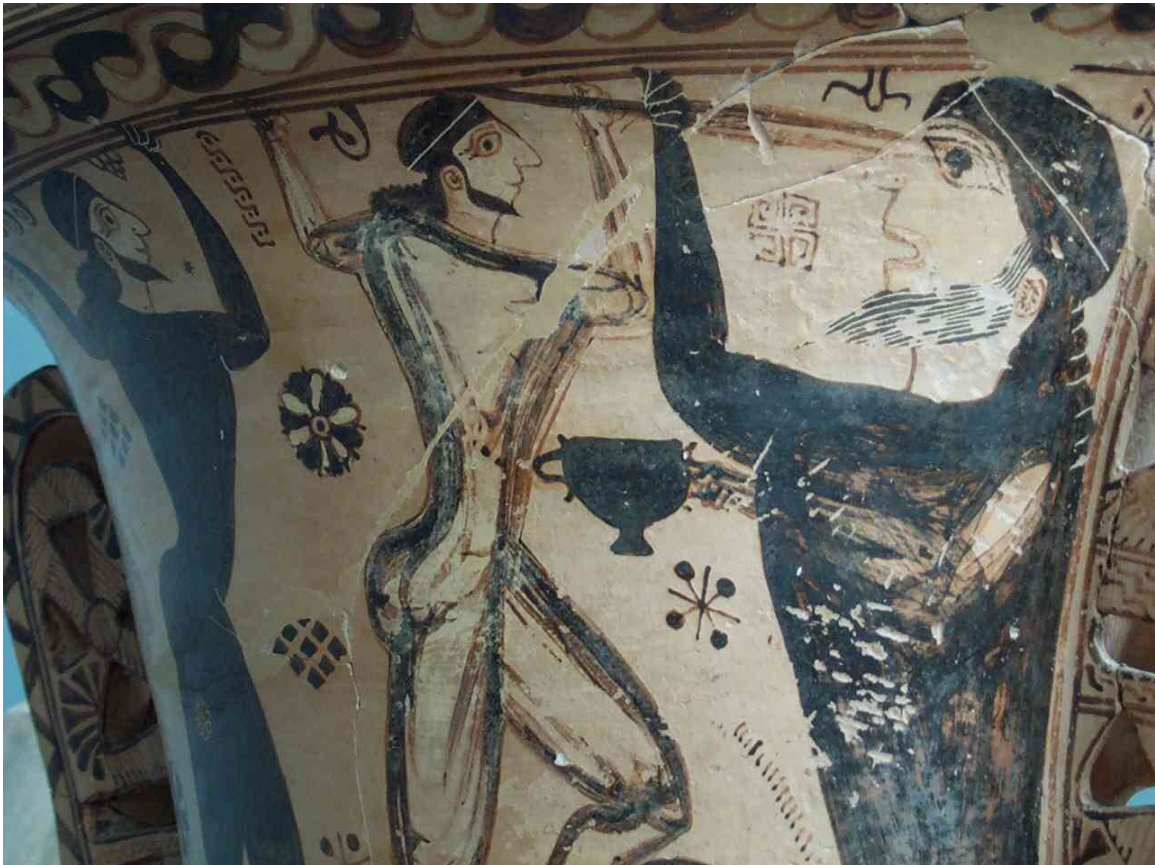


Fig.7 – Cegamento do ciclope. Ânfora Eleusina (detalhe). c670 a.C. Museu Arqueológico de Eleusis.

Na pintura em questão, o olho do ciclope está aberto e a vara que o cega dá a impressão de estar entrando no olho (fig.7). A vara parece ter uma ponta dupla e o traçado nos faz supor que entra dentro do olho pintado. Apesar de não estarem nomeados, podemos supor que os dois homens de preto representem os companheiros de Ulisses, enquanto que o que se encontra à frente, com uma cor de vestimenta diferente das dos outros e também da do gigante, possa representar o próprio Ulisses,

⁸ Cf. verbete *Kyklops*, *Kyklopes*, *LIMC*, p.159.



que faz um movimento diferente (como um passo de dança), o que provavelmente alude ao ato de girar a vara. A versão de Homero diz que participaram do cegamento quatro companheiros e Ulisses, como o quinto, posicionado na extremidade da vara. Não precisamos necessariamente considerar que a presença de apenas dois companheiros estaria se referindo a uma outra versão do mito. Sendo quatro múltiplo de dois, podemos supor que os dois companheiros estariam aqui pelos quatro, por uma questão de economia de espaço. Esse recurso parece ser bastante produtivo para o meio em questão, pois temos de considerar que muitas vezes a pintura alude à multiplicidade com um espaço delimitado para proceder à representação.

O gigante parece ainda estar usando uma vestimenta preta e um sapato com salto, enquanto que os outros personagens parecem estar descalços. O pé das outras duas figuras masculinas que aparecem à esquerda, vestidos de preto, apresentam traçados que parecem estar representando dedos e o que poderia ser um pequeno salto como o do gigante poderia constituir a representação do calcanhar (note-se a presença de motivos circulares decorando os pés). Um dos personagens parece estar pisando sobre o pé do gigante. O personagem central, que apresenta uma vestimenta branca e executa um movimento diferente dos outros dois, não possui detalhamentos especiais quanto ao pé. O que mais chama a atenção, observando-se esta ânfora de perto, é a pintura do rosto dos três personagens com uma tinta branca, que sugere a utilização de uma maquiagem ou de uma máscara, sendo que se pode perceber ainda um sorriso discreto nas faces (fig.8). Seria a pintura a representação de alguma manifestação mimética cômica pré-teatral? Ou um ritual religioso de caráter mimético? Devo notar, a esse respeito, que em alguns momentos da *Odisséia* homérica o canto do aedo é acompanhado de dança⁹.

⁹ HOMERO, *Od.*, I, 421; VIII, 260ss; IV, 17ss. Note-se que nestes passos, os dançarinos acompanham o ritmo dos poemas e não temos nenhum comentário sobre algum tipo de mimese teatral. Contudo, é possível especular que enquanto Demódoco cantava o mito de Ares e Afrodite, os dançarinos, além de acompanharem o ritmo, executassem também algum tipo de representação teatralizada do mito.



Fig.8 – Cegamento do ciclope. Ânfora Eleusina (detalhe) c670 a.C.. Museu Arqueológico de Eleusis.



Fig.9 – Górgona decapitada (detalhe) c670 a.C.. Ânfora Eleusina. Museu Arqueológico de Eleusis.



Fig.10 – Górgonas (detalhe). Ânfora Eleusina c670 a.C.. Museu Arqueológico de Eleusis.



Fig.11 – Teseu e Atena (?) (detalhe). Ânfora Eleusina c670 a.C.. Museu Arqueológico de Eleusis.

A cena principal (maior) pintada neste vaso parece-me bastante enigmática, sendo identificada normalmente como Perseu decapitando a Medusa (Fig.9, 10 e 11), o que apresentaria conexões com o mito do ciclope, tendo em vista o tema comum do herói que livra a terra dos monstros, favorito entre os gregos¹⁰. Nela encontramos três Górgonas: duas parecem estar executando movimentos de dança ao centro, com suas cabeças representadas frontalmente (contrariando a convenção de representação do perfil) (fig.10), e a terceira, maior do que as outras, não tem cabeça nem pés e é representada horizontalmente no lado esquerdo da cena (o que talvez possa significar que está morta, deitada ou flutuando) (fig.9); à direita da cena vemos um pedaço de figura masculina voltada para a esquerda (cabeça e braço segurando uma vara), identificada como Perseu, e parte do corpo de uma figura, com pés alados voltados para

¹⁰ ROBERTSON, [?], p.42.



a direita, identificada normalmente como Atena (?), protetora do herói (pés alados normalmente fazem parte do esquema iconográfico de Hermes) (fig.11). Notemos que Atena também é a protetora de Ulisses¹¹. As Górgonas normalmente são caracterizadas por um rosto grande, olhos enormes e com cobras no lugar dos cabelos. Lembremos que o olhar da Medusa é capaz de transformar aquele que a fita em pedra. O tema da visão e do olho está, portanto, presente nos dois mitos, como motivo central.

Uma cena ainda menor, situada entre estas duas, ilustra uma caçada de um leão a um javali (fig.6). A cabeça do leão, do modo que é representada aqui, parece também sugerir uma máscara, com um olho grande. A imagem do leão, como vimos no capítulo anterior, é muitas vezes utilizada na composição de símiles na *Odisséia* e na maioria das vezes em relação a Ulisses¹². Acredito que, no caso desta ânfora, o leão representaria a coragem e o poder do mais forte que persegue e aniquila os mais fracos. A cena funcionaria do mesmo modo que o símile na narrativa épica, estabelecendo um paralelo entre o mundo animal e os mitos representados nas pinturas situadas acima e abaixo.

Devo notar que, no conjunto, esta ânfora parece sugerir cenas rituais com elementos de dança e teatro, o que me leva a pensar que provavelmente estas imagens tiveram suas origens em festas rituais e, por outro lado, é possível também pensar que a épica homérica teria sido fonte de inspiração para representações pré-teatrais neste período. Não é possível afirmar com certeza se Homero teria buscado nestas manifestações um modelo para a constituição de seu relato, ou se estas manifestações surgiram posteriormente à elaboração dos poemas épicos. De qualquer modo, posso afirmar que o aspecto mimético do mito do ciclope é notável, haja vista sua ampla repercussão na tradição literária, iconográfica e teatral.

A pintura seguinte (fig.12) é considerada como um pouco posterior, de meados do séc. VII a.C, proveniente de uma cratera argiva. Apesar de sua fragmentação, podemos observar o ciclope sendo cegado e dois homens, mais o pé de um terceiro, que empunham a estaca. O ambiente da caverna é representado por pedras arredondadas, sobre as quais o ciclope está recostado, no lado esquerdo da cena. O aspecto arredondado das pedras pode remeter à noção de circularidade presente na denominação

¹¹ Cf. LAGE, op. cit., p.31 passim.

¹² Cf. idem, ibidem, p.58-9.



do gigante. O olho aqui também é um só, pintado frontalmente no rosto de perfil. Note-se o sangue espargido pelo rosto e pescoço do gigante (algo parece sair de sua boca, a língua, talvez), que é cegado por uma vara extremamente fina, com a ponta um pouco mais grossa (fig.14). Não se pode precisar exatamente para onde a ponta se direciona, para a testa, para um outro olho que estaria oculto do outro lado da face ou para o olho pintado na face de perfil. Aqui também o ciclope tem um porte enorme, assemelhando-se à caracterização dos outros homens exceto pelo tamanho (o tamanho dos outros dois homens também não é o mesmo, sendo um menor que o outro). Todos são representados nus, o que se pode observar pela presença de órgãos sexuais. Poderíamos talvez considerar o nudismo como um indício de que a cena remete a alguma competição ou algum jogo?¹³

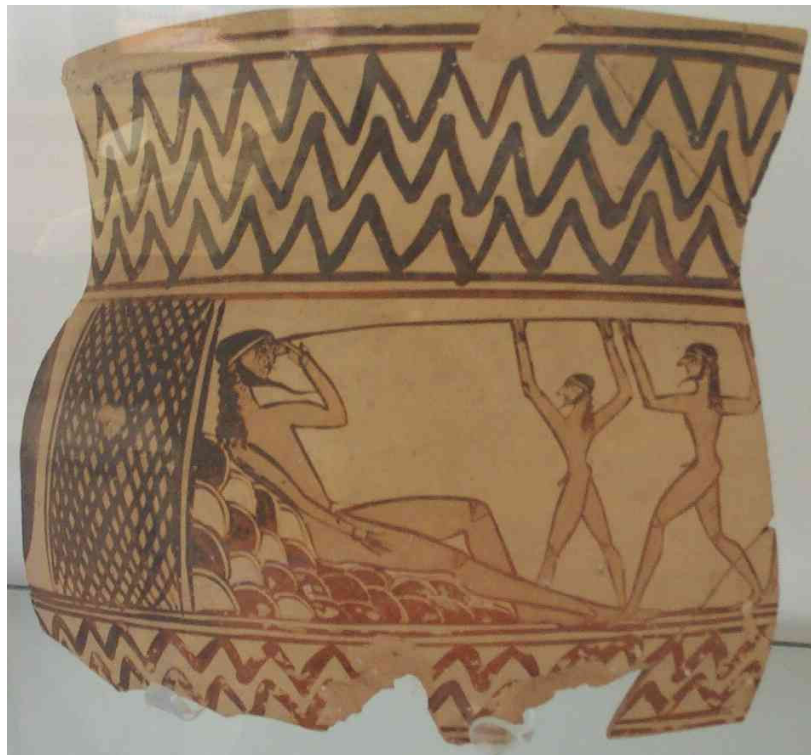


Fig. 12 – Cegamento do ciclope. Ânfora proto-ática. c670 a.C. Museu Arqueológico de Argos.

¹³ De acordo com a tradição, sabemos que os jogos olímpicos foram instituídos no ano de 776 a.C., de modo que a cena pode de fato estar remetendo a algum tipo de atividade esportiva, ainda que não possamos reconhecer aqui nenhuma das modalidades atléticas conhecidas.

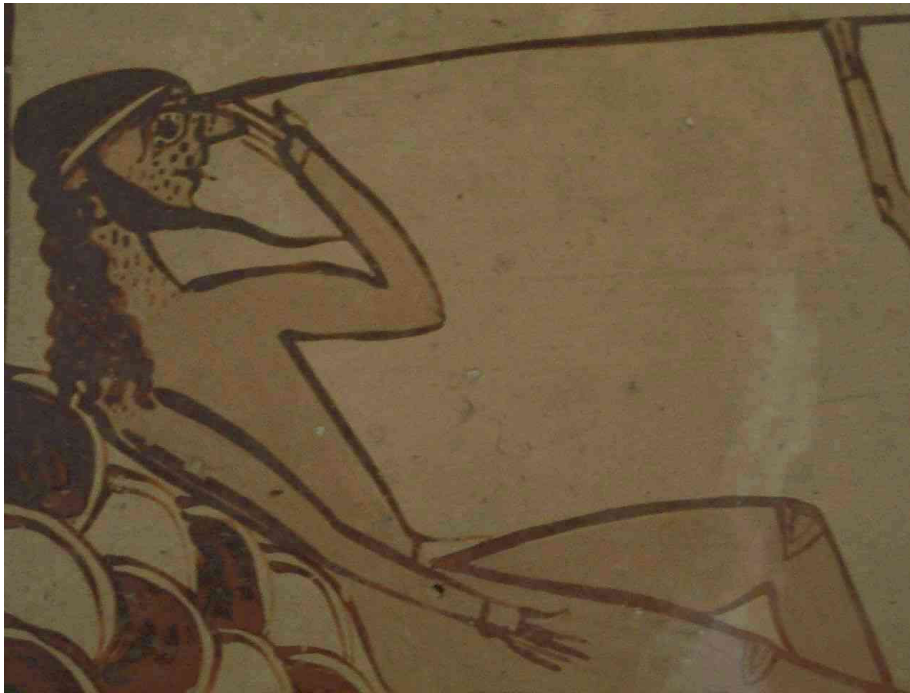


Fig. 13 – Cegamento do ciclope (detalhe). Ânfora proto-ática. c670 a.C. Museu Arqueológico de Argos.

Notemos a forma como é representado o joelho do ciclope e dos demais personagens. Apenas como um termo de comparação, eu diria que o traçado do joelho poderia perfeitamente figurar em um rosto, como sendo o de um único olho de perfil. Ou seja, não é que faltassem meios para as artes plásticas representarem esse único olho no meio da testa. Parece, assim, que uma representação como esta seria causa de grande estranhamento, dada a sua mostruosidade, e foi simplesmente deixada de lado pelos pintores enquanto elemento fundamental para uma caracterização tipológica do ciclope, que pudesse ter sido estabelecida a partir do olho, ou dos olhos. Ou seja, no contexto da pintura grega, identificamos normalmente o ciclope não por suas características relativas ao olho, mas principalmente pelas cenas que aludem aos relatos literários a ele associados.

Veamos agora uma outra pintura (fig.14), um pouco posterior, datada da passagem do VI para o V século a.C. Observa-se que a vara parece estar direcionada para a testa do gigante (fig.15). Apesar de, nesse ponto exato, não figurar nenhum olho, podemos supor tratar-se de uma possível referência ao terceiro olho, visto que a pintura



apenas nos apresenta um olho fechado, de perfil, fora da mira da vara. A cena representa, simultaneamente, dois momentos do relato homérico: a preparação da vara no fogo e o momento em que o ciclope dorme, instantes antes de ser cegado. O ciclope é representado como um gigante, bastante musculoso, com uma barba longa, recostado à esquerda da cena. Notemos também que o músculo do peito é representado com uma forma arredondada.

A videira ao fundo, presente em inúmeras outras pinturas, possui uma função decorativa, e também alude ao vinho, elemento fortemente presente no relato homérico.

A ilha dos ciclopes é rica em videiras pois, como relata Ulisses, na ilha

HOMERO, *Odisséia*, IX, 109-111

ἀλλὰ τὰ γ' ἄσπαρτα καὶ ἀνήροτα πάντα φύονται,
πυροὶ καὶ κριθαὶ ἠδ' ἄμπελοι, αἷ τε φέρουσιν
οἶνον ἔριστάφυλον [...].

tudo lhes nasce espontâneo, sem uso de arado e sementes,
trigo e cevada, bem como videiras, que vinho produzem,
de cor vermelha [...].



Fig.14 –Cegamento do ciclope. Oenochoe ática. c500 a.C. Paris, Louvre (F342).

(*LIMC*, *Kyklops*, *Kyklopes* 18)



Fig.15 –Cegamento do ciclope (detalhe). Oenochoe ática. c500 a.C. Paris, Louvre (F342). (*LIMC*, *Kyklops*, *Kyklopes* 18)

Ulisses embebeda o ciclope com vinho, e, além do mais, o seu relato na corte dos feácios, onde ele próprio relata essa aventura, é regado a bastante vinho. Whitman afirma que a *Odisséia* provavelmente tem mais descrições de banquetes do que qualquer outro poema já escrito¹⁴. Devo lembrar ainda que estas pinturas estão presentes em cerâmicas, que muitas vezes são utilizadas pelos convivas em festividades. Além da referência ao vinho, lembremo-nos ainda do hábito de comer carne nessas festas, o que figura no episódio de Polifemo como uma inversão de valores significativa, pois os gregos, companheiros de Ulisses, é que servem de repasto no banquete do gigante.

A pintura seguinte (fig.16), datada de cerca de 570 a.C., presente em uma taça lacônica, também apresenta como simultâneos diferentes momentos do relato homérico: o ciclope segura pernas humanas, remetendo ao desmembramento dos corpos e ao canibalismo; um dos personagens segura uma taça para o monstro beber; e, ao mesmo tempo, o monstro é cegado com a vara, que se dirige para o olho não-visível, oculto do outro lado do rosto em perfil. Além do ciclope, que apresenta uma barba grande, estão presentes na cena quatro personagens, sendo apenas um deles barbado, o que pode

¹⁴ WHITMAN, 1958, *passim*.



significar ser o mais velho (Cabe aqui uma pergunta: quem seria Ulisses? O mais velho que se posiciona na extremidade da vara ou o que oferece vinho ao ciclope?). Todos estão nus e é possível notar a presença de um motivo circular que representa o peito. A pintura apresenta ainda uma serpente ondulada que tem a boca aberta e se dirige para a testa do gigante. O corpo dela é decorado com bolas brancas, sendo impossível relacionar sua presença com algum dos elementos presentes na versão homérica.

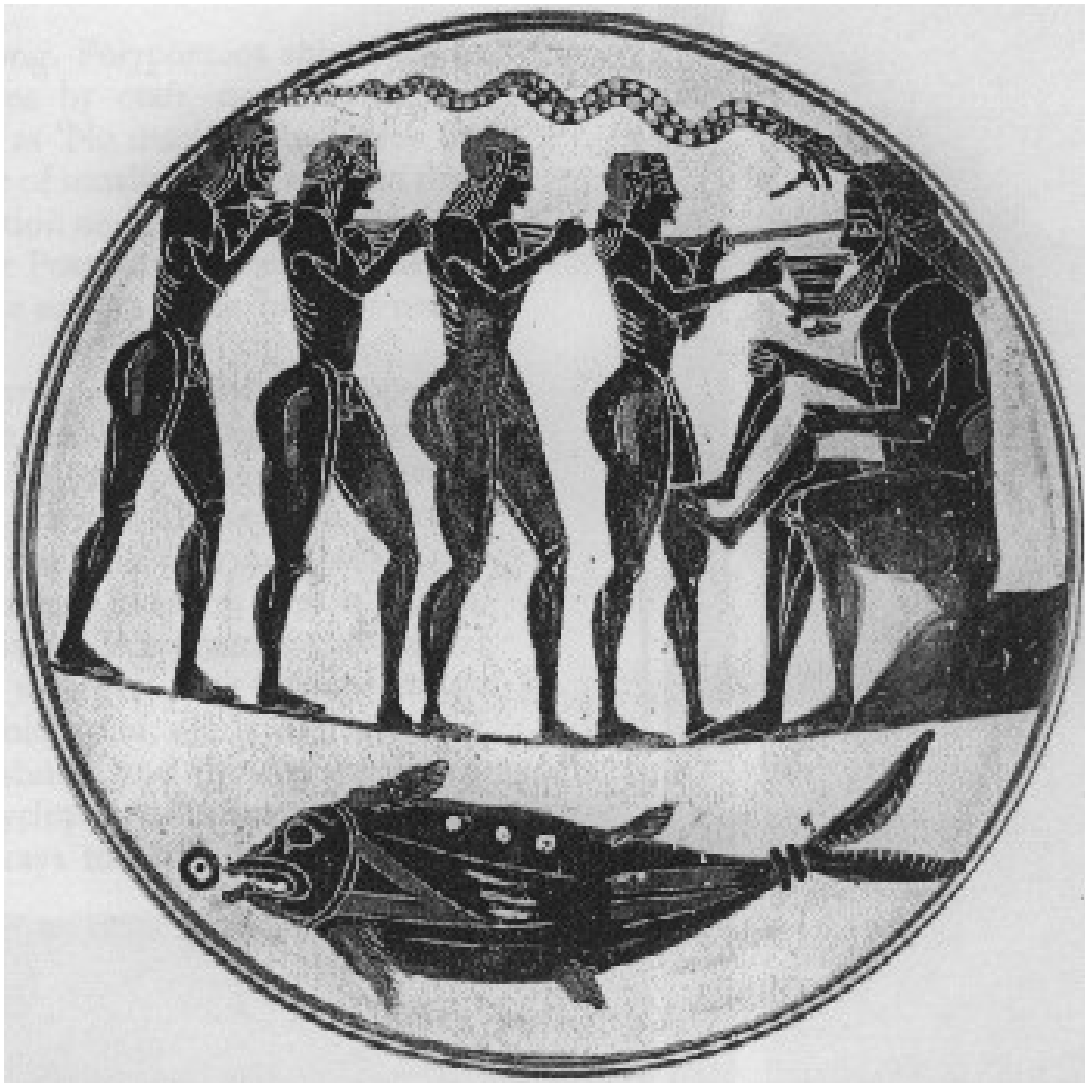


Fig. 17 – Cegamento do ciclope. Taça lacônica, c570 a. C. Paris, Cab. Med. (190). (STANFORD, 1997, p. 37)

Note-se a presença de um peixe pintado abaixo desta cena, cujo corpo é também decorado com motivos circulares. O peixe tem a boca aberta e em sua frente temos um



círculo com uma pequena bola pintada ao centro. Não posso concordar com Stanford ao afirmar que a presença da cobra e do peixe possuem uma função meramente decorativa¹⁵. Penso que tanto a cobra, que está picando a testa do gigante, quanto o peixe, que está prestes a engolir o círculo, enfatizam a velocidade e o elemento surpresa do ataque que causa o cegamento do ciclope. A pintura do peixe pode estar funcionando, deste modo, como um símile, e o círculo é um motivo que certamente remete a um olho (considerando o contexto), estabelecendo, desse modo, um diálogo entre as duas diferentes cenas representadas.

Observemos agora o único exemplar de pintura grega que apresenta um olho único no meio da testa em perfil (fig.17). Trata-se de uma hidra datada em cerca de 520 a.C.. O gigante posiciona-se à direita da cena, segurando uma taça. Não possui vestimentas, tem uma longa cabeleira e também uma barba comprida, sua boca está aberta. Temos aqui quatro personagens vestidos que empunham a vara, sendo que o último à esquerda posiciona seus braços de modo distinto, na ponta final, o que pode significar que a está girando. Por tratar-se do único exemplar conhecido que apresenta o ciclope com um olho no meio da testa, imagino que não seria um esquema muito usual e, provavelmente, essa inovação iconográfica parece não ter tido grande repercussão.



Fig.17 – Cegamento do ciclope. Hidra grega ou etrusca, c520 a.C. Roma, Villa Giulia (2600) (*LIMC*, *Kyklops*, *Kyklopes* 23)

¹⁵ STANFORD, op. cit., p.37.



Na minha opinião, esta pintura exemplifica qual seria o esquema mais óbvio de representação do ciclope de um único olho em perfil. Resta, neste caso, colocar uma questão: por que os pintores arcaicos preferiram não definir com exatidão quantos olhos possuiu o ciclope e onde seu olho estaria localizado? Referi-me, no capítulo anterior, à afirmativa de Lessing, segundo o qual *Homero trabalhou com dois gêneros de seres e de ações; visíveis e invisíveis. Essa diferença não pode existir na pintura: tudo nela é visível; e visível de um modo singular*¹⁶. Considerando que as pinturas referidas me levam a questionar a existência de um outro olho não visível, situado no lado oculto do rosto em perfil, sou levada também a questionar a validade da afirmativa de Lessing. No que diz respeito às representações do ciclope que vimos anteriormente, os pintores estariam trabalhando com imagens invisíveis? Ou estariam eles interessados em apresentar uma imagem enigmática do monstro?

Na impossibilidade de fornecer uma resposta definitiva a essas questões, proponho que consideremos o diálogo entre os textos e as pinturas, levando em conta a importância da recepção destas obras, cuja incompletude e indeterminação exigem uma posição ativa dos espectadores, que incorporam no processo suas próprias referências, sejam elas provenientes de fontes literárias ou pictóricas. A própria condensação temporal que se observa nas pinturas seria um bom exemplo para entender a participação do público, que precisa recuperar (ainda que mentalmente) a ordem temporal das ações mimetizadas, a fim de interpretar e reconhecer qual mito (ou qual versão do mito) está ali representado, estabelecendo assim, o diálogo entre narrativa e imagem.

Gostaria de examinar, por último, duas outras pinturas em que o ciclope tem seu rosto representado de frente e não de perfil. Uma do início, outra do final do séc. V a.C. A primeira nos mostra um ciclope com dois olhos (fig.18). Três homens enfiam a vara no seu olho direito. Como o gigante, na maioria das vezes, é representado no lado direito da cena, mostrando apenas o perfil da face esquerda, podemos pensar que essa pintura estaria revelando um lado do rosto do ciclope habitualmente não representado. A parte inferior do seu corpo permanece no perfil esquerdo, enquanto que a parte superior, tronco e cabeça, apresentam uma visão frontal. Observa-se ainda um motivo

¹⁶ LESSING, 1998, p.173. Cf. LAGE, 2004, p.91 passim.



circular radiado entre dois arcos de círculo desenhado no peito do gigante, que parece sugerir um olho redondo, interpretado por Touchefeu-Meynier como sendo de fato um grande olho redondo cercado por cílios¹⁷. O porte do gigante é exagerado em relação ao quadro, gerando uma grande assimetria, que, contudo, é atenuada pelo formato do seu corpo, que parece acompanhar a forma abaulada do vaso. Do lado oposto do vaso temos sereias pintadas, figuras mitológicas que serão referidas na seqüência do relato de Ulisses na corte dos feácios.

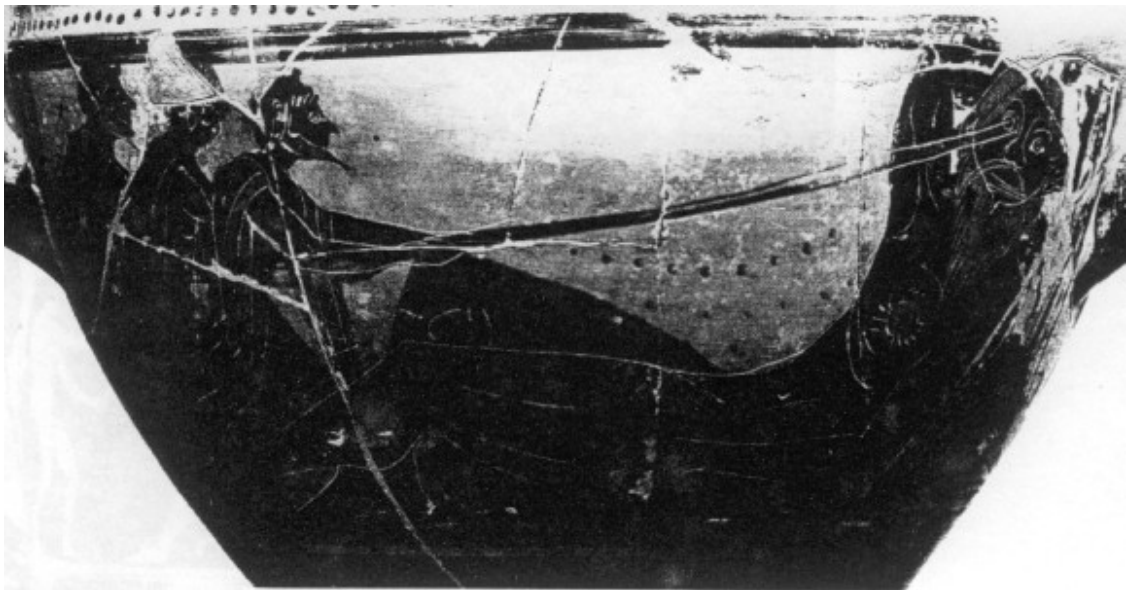


Fig.18 – Cegamento do ciclope. Skyfo ático, c500 a.C. Berlin, Staatl. Mus. (*LIMC*, *Kyklops*, *Kyklopes* 22)

A outra pintura representa o ciclope com os dois olhos habituais e um terceiro olho enorme que ocupa toda a extensão da testa (fig.19 e 20). Este é o único exemplar de pintura grega conhecido que nos apresenta o esquema do terceiro olho. Nela temos três homens, provavelmente os companheiros de Ulisses, que parecem arrancar um tronco de árvore, dando a impressão de um movimento giratório, circular. À direita deles, um homem com um chapéu e uma vara curta na mão (seria Ulisses?). Em volta temos alguns sátiros, o que sugere que a imagem pode fazer referência a uma representação teatral, como, por exemplo, o *Ciclope* de Eurípedes, um drama satírico

¹⁷ Cf. verbete Polyphemos I, *LIMC*, p.1014.

conservado, datado de 406 a.C. Temos notícia de várias outras peças que teriam como tema central o ciclope, mas não chegaram até nós: uma comédia de Epicarmo, intitulada *Ciclope*; uma drama satírico de Aristias, com o mesmo título; e uma comédia de Cratino intitulada *Os Ulisses*; etc. Na peça de Eurípedes, o ciclope é descrito como tendo apenas um olho¹⁸.



Fig.19- Cegamento do ciclope. Cratera Lucânica, c410 a.C. Londres, BM (1947.7-14,18) (*LIMC*, *Kyklops*, *Kyklopes* 27)

¹⁸ EURÍPEDES, *Ciclope*. 21.79.



Fig.20- Cegamento do ciclope (detalhe). Cratera Lucânica, c410 a.C. Londres, BM (1947.7-14,18) (*LIMC*, *Kyklops*, *Kyklopes* 27)

Sou levada a supor que, se de fato esta cena se refere a uma representação cômica, nos forneceria algumas pistas sobre um outro modo de representação do ciclope, qual seja, a caracterização teatral. Notemos que o ciclope pintado nesta cratera não apresenta uma diferença significativa de proporção em relação aos outros personagens, sendo apenas mais robusto (para não dizer gordo), o que condiz perfeitamente com os recursos normais de representação de uma cena teatral (certamente não seria escolhido para representar o papel do ciclope um ator baixinho e magro). O terceiro olho no meio da testa pode perfeitamente ser um recurso de figurino, uma máscara, ou uma maquiagem, utilizada para a composição do personagem. Essa solução pode ter sido introduzida pela primeira vez pelo teatro, tendo-se difundido em virtude da popularidade do tema e do meio em questão.

Se aceitarmos esta última hipótese, poderíamos ainda arriscar-nos a pensar que a recorrência na arte helenística e romana da figura do ciclope de três olhos (dois normais, habituais, e um outro no meio da testa) se deveria a essa solução funcional que o teatro forjou, e que, desse modo, foi incorporada à tradição icônica, resolvendo um problema representativo até então de difícil solução.



Bibliografia

- ARISTÓTELES. *Poética*. *PERI POIHTIKHES*. Tradução de Eudoro de Souza. São Paulo: Ars Poética, 1992.
- ARISTÓTELES, HORÁCIO e LONGINO. *A poética clássica*. Tradução de Jaime Bruna. 5ª. edição. São Paulo: Cultrix, 1992.
- LAGE, Celina F. *Para ver a Odisséia: entre a literatura, as artes plásticas e o cinema*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2004. (Tese, Doutorado em Teoria da Literatura)
- HESÍODO. *Teogonia*. A origem dos deuses. Edição revisada e acrescida do original grego. Estudo e tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1991.
- HOMERO. *Odisséia*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 5ª. edição. São Paulo: Ediouro, 2002.
- HOMERO. *Odisséia*. Tradução de Manoel Odorico Mendes; edição de Antônio Medina Rodrigues. São Paulo: Ars Poetica / Edusp, 1996.
- LESSING, Gotthold Ephraim. *Laocoonte ou Sobre as fronteiras da pintura e da poesia*. Introdução, tradução e notas de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Iluminuras, 1998.
- Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae (LIMC)*. Zürich und München: Artemis Verlag, 1981.
- PERADOTTO, John. *Man in the middle voice: name and narration in the Odyssey*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.
- ROBERTSON, Martin. *La peinture grecque*. Les grands siècles de la peinture. Paris: Flammarion, [19--?].
- STANFORD, W. B. A note on representations of Ulisses in the visual arts. In: *The Ulysses theme. A Study in the adaptability of a tradicional hero*. Oxford: Basil Blackwell: 1963. p.324-327.



STANFORD, W. B. Ulysses in the early epic tradition – his return home and death – and in early Greek art. In: STANFORD, W. B. and LUCE, J. V. *The quest for Ulysses*. London: Phaidon, 1974. p.34-64.

_____. Ulysses in later Greek literature and art. In: STANFORD, W. B. and LUCE, J. V. *The quest for Ulysses*. London: Phaidon, 1974. p.139-161.

WHITMAN, Cedric H. *Homer and the heroic tradition*. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press, 1958.





Mito e pensamento entre os gregos: uma discussão sobre os termos μυθος, ἀλήθεια, λόγος e παιδεία

Dominique V. C. Dos Santos¹

Submetido em Setembro/2012

Aceito em Novembro/2012

RESUMO:

Este artigo apresenta uma discussão em torno dos conceitos gregos de μυθος, παιδεία, λόγος e ἀλήθεια, analisando como a problemática entre mito e pensamento grego aparece nas obras de alguns historiadores, principalmente Jean-Pierre Vernant, Jan Bremmer e Barry B. Powell. Talvez seja mais plausível enfatizar uma convivência, apesar de conflituosa, entre o mito e λόγος, pois ambos são portadores de alethéia, do que uma transição do “mito à razão”.

Palavras-chave: μυθος. ἀλήθεια. λόγος. Παιδεία.

ABSTRACT:

This paper presents a discussion about some Greek concepts: μυθος, παιδεία, and λόγος ἀλήθεια. It's important to analyze how the issue between myth and Greek thought appears in the works of some historians, especially Jean-Pierre Vernant, Jan Bremmer and Barry B. Powell. It may be more plausible emphasize coexistence, although conflicting, between myth and logos, as it is possible to find aletheia in both, than a transition from 'myth to reason'.

Keywords: μυθος. ἀλήθεια. λόγος. Παιδεία.

O que é um mito grego? É assim que começa a obra “Interpretations of greek mythology”, editada por Jan Bremmer (1990). Como resposta, lemos que o mito é “um conto tradicional com parcial referência a algo que é de importância coletiva”. Uma forma resumida diria que trata-se de “contos tradicionais relevantes para a sociedade” (BREMMER, 1990, p. 7). No capítulo “Myth, Mythology, and Mythography”, que o autor escreveu para uma outra obra, “The Oxford Handbook of Hellenic Studies”, ele reformula a definição de mito, acrescentando-lhe a idéia de envolver deuses e heróis como personagens principais. Nas palavras do autor, então, os mitos são “contos

¹ Professor titular em História Antiga e Medieval da Universidade de Blumenau- FURB, Coordenador do Laboratório Blumenauense de Estudos Antigos e Medievais (www.furb.br/labeam)



relevantes para a sociedade envolvendo deuses ou heróis como protagonistas” (BREMNER, 2009, p. 684).

Jean Pierre Vernant diz que o grego sabe quem é porque conhece os contos narrados pelos mitos. Ou seja, é por meio do mito que ocorre o processo identitário e o grego aprende a viver em sociedade. Ele exemplifica que em Homero, por exemplo, aprende-se a trabalhar, a navegar, a fazer a guerra e a morrer. Vernant define *μυθος* como relato, narração, uma forma de explicação da vida e do mundo por meio de palavras. Em sua obra “O universo, os Deuses, os Homens”, Vernant diz que o *μυθος* “contém o tesouro de pensamentos, formas linguísticas, imaginações cosmológicas, preceitos morais, etc., que constituem a herança comum dos gregos na época pré-clássica (VERNANT, 2005, p. 14).

Basta uma breve busca por temáticas desta natureza e imediatamente veremos a relação entre *μυθος* e *λόγος*, dois tipos de discursos na Grécia Antiga. O primeiro deles, mito, é uma forma de linguagem, um relato que apresenta uma visão sobre o mundo. É por meio desta forma de narrativa que o pensamento pode se expressar simbolicamente. O segundo, por sua vez, é interpretado como consciência racional, discurso lógico-filosófico. Assim, um dos maiores problemas na abordagem do mito e do pensamento entre os gregos é compreender se existe uma correspondência entre estes dois termos, o mito e o logos, ou se, ao contrário, há afastamento entre estas duas categorias do discurso e, assim sendo, elas são, então, excludentes. Talvez o caminho do equilíbrio entre estas duas teses seja mais plausível, pois, apesar de em certos momentos (como no período que comumente a historiografia chama de micênico) haver uma predominância do mito e em outros (como no período classificado como clássico, as vezes “o século de Péricles”, aquele considerado como o apogeu da Pólis ateniense) quem parece cumprir esta função é o conceito de logos, tais conceitos devem ser compreendidos de maneira relacional. Isto significa que a predominância do logos não exclui o mito. Ao contrário, em diversas ocasiões os dois termos compõem o léxico de uma mesma obra, como veremos mais adiante.

Parece que no Brasil, onde a historiografia francesa, principalmente a obra de Jean Pierre Vernant, é bastante estudada e goza de um status privilegiado nos cursos de História Antiga, estas categorias tendem a ser vistas como excludentes. No entanto,



quando recorremos a autores vinculados a outras tradições historiográficas, isto não parece ser o caso. Desta forma, também parece ser possível a interpretação de que estas duas modalidades, mito e logos, relacionam-se entre si, elas estão presentes tanto em textos considerados mitológicos quanto nos filosóficos. Talvez fosse mais interessante pensar de forma sistemática, incluindo outros termos nesta problemática, como παιδεία e ἀλήθεια. Compreendemos que o mito é parte integrante da cultura e do pensamento dos helenos e, ao menos assim parece, não desapareceu dos discursos, e nem foi relegado a segundo plano, quando do século V antes da Era Comum. Detalhamos esta discussão abaixo, um problema que interessa diretamente à Ciência da História (Geschichtswissenschaft), pois está no cerne da querela acerca da representação do passado e das possíveis fronteiras entre a História e a arte poética, principalmente no que diz respeito ao conceito de ἀλήθεια, traduzido, na maior parte das vezes, como “verdade”.

Em uma de suas obras, “As origens do pensamento Grego”, Vernant apresentou uma de suas principais contribuições para a compreensão desta relação entre o mito e o logos, tentando mostrar que o surgimento do logos enquanto categoria discursiva se deu a partir do mito. Segundo ele, a racionalidade grega é produto das relações sociais concretas, ela surgiu das bases do pensamento mítico, apresentando uma relação de afirmação e negação, de continuidade e ruptura. Vernant nos fornece, então, um delineamento contextual do desenvolvimento da racionalidade grega. Segundo ele, é na cidade que este pensamento racional se ampliará e atingirá sua plenitude. Foi preciso esperar, então, pelo fim do mundo micênico, em que a religião e a mitologia estavam profundamente arraigadas, para que isso acontecesse. Vernant diz que quando no século XII antes da nossa era o poder micênico desaba, toda uma forma de vida é destruída. Uma forma de vida social, centrada em torno do palácio e do rei divino. Isso repercute no homem grego transformando-o (VERNANT, 2002, p. 10). O autor explica que o nascimento da razão grega só pôde acontecer quando ela conseguiu se livrar de uma mentalidade religiosa, característica micênica. Somente aí vemos surgir o pensamento político e o advento da filosofia. Este contexto de nova vida organizada na Pólis, e centralizada na ágora, é o catalizador de um novo processo, a transição do mito ao logos (VERNANT, 2002, p. 11).



A ágora era o espaço público mais visitado e valorizado de Atenas. É lá que as pessoas se relacionavam. A vida política de uma cidade-estado, uma pólis, se desenvolvia em torno deste espaço, bem como o comércio. Vidal-Naquet e Austin, por exemplo, em “Economia e Sociedade na Grécia Antiga”, dizem que os estrangeiros vinham praticar o comércio na ágora de Atenas e para isso eles precisavam pagar impostos. Trata-se de um grande espaço de circulação de idéias, de bens materiais, de pessoas etc. Era na ágora que as pessoas deliberavam os assuntos de interesse dos cidadãos (AUSTIN e VIDAL-NAQUET, 1986, p. 124).

Vernant explica que passou-se de uma civilização oral para uma cultura escrita e de uma palavra poética (Homero e Hesíodo) para um discurso lógico e demonstrativo (Platão e Aristóteles) e é neste espaço, o da ágora, que o mito vai cedendo espaço ao logos. Assim, Vernant diz que não só o mito e o logos, mas a própria “razão grega”, para usar suas palavras, tanto dentro de seus limites como em suas inovações, é “filha da cidade”. Assim sendo, o aparecimento da Polis constitui um acontecimento decisivo na história do pensamento grego (VERNANT, 2002, p. 53 e 143).

Segundo Ivan Vieira Neto, o primeiro estudioso a observar que o $\mu\theta\omicron\varsigma$ confluía para o $\lambda\omicron\gamma\omicron\varsigma$ foi Francis MacDonald Conford, autor de “Principium Sapientiae: The origins of Greek Philosophical Thought” e “From Religion to Philosophy”. Jean-Pierre Vernant é um seguidor destas teorias da continuidade mito-logos proposta por Conford (VIEIRA NETO, 2011, p. 72). Se por um lado, tivemos continuidades, por outro, também houveram rupturas. A principal delas, de acordo com esta teoria proposta por Conford, em consonância com Vernant, a qual Vieira Neto pontua, é a racionalização que ocorre na filosofia. O mundo se torna um evento natural e não supernatural. Agora, nas cidades, o homem vê seu espaço transformado e se percebe enquanto responsável por estas mudanças, sendo ele próprio o agente causador das mesmas. O autor argumenta que este rompimento da filosofia, portanto do logos, com o mito foi possível a partir de Sócrates, Platão e Aristóteles (VIEIRA NETO, 2011, p. 73).

A explicação fornecida por Jan Bremmer contém algumas ressalvas a esta interpretação. Por um lado, ele compreende estas mudanças, porém, por outro, considera importante lembrar que o mito não desaparece. Mesmo neste contexto, diferente do que interpreta Vernant, parece que os termos $\mu\theta\omicron\varsigma$ e $\lambda\omicron\gamma\omicron\varsigma$ não se opunham. Tanto os lógoi



quanto os mythoi podem portar ἀλήθεια (verdade). Segundo Bremmer, no fim do século V, o mito perdeu sua posição na vida grega como o principal meio discursivo para abordar os problemas da vida e da sociedade. Podemos ver isto manifesto em Platão, por exemplo. Em sua obra, podemos encontrar o termo mythologia (8 vezes) e mythologema (2 vezes). Todavia, lembra Bremmer, isto não significa que Platão removeu completamente os mitos, ele apenas reserva espaço diferenciado a este tipo de discurso, recorre a esta possibilidade apenas quando está falando de coisas difíceis de explicar, como os temas relacionados a alma ou ao passado mítico. Platão queria remover os poetas de sua proeminente posição quando abordando temas filosóficos. Mas o mito não desaparece, ele continua a ser usado e segue sendo um conhecimento essencial para que uma pessoa fosse considerada educada ou desejasse se tornar um poeta (BREMNER, 2009, p. 684-685).

Vernant, em uma outra obra de sua autoria, intitulada “Mito e sociedade na Grécia Antiga”, explica que houve uma mudança no conceito de logos, é por isso que, cada vez mais, ele se distancia do mito. O logos, enquanto escrito, levado à praça pública, não é mais somente palavra, ele assume o valor de racionalidade demonstrativa, se contrapondo ao mito. Contrapõem-se por duas maneiras, primeiro, pela forma, através da separação entre a demonstração argumentada e a textura da narrativa mítica; segundo, pelo fundo, através da distância que existe entre as entidades abstratas do filósofo e as potências divinas. O logos se propõe a estabelecer o verdadeiro após investigação apelando para inteligência crítica do leitor (VERNANT, 1999, p. 174 e 175). Ou seja, a separação entre mythos e lógos é tal que a comunicação não se efetua mais, o diálogo é impossível, o corte está consumado, mesmo quando parecem visar o mesmo objeto os dois gêneros do discurso permanecem impermeáveis, escolher um tipo de linguagem implica em abandonar a outra (VERNANT, 1999, p. 178).

Seguindo as explicações de Vernant, o mito parece estar ligado à magia da palavra falada, cujo exemplo máximo seria Górgias. Estaria relacionado com os gêneros da declamação, a poesia, a tragédia, a retórica e, sobretudo, a sofística, sendo, portanto, uma oposição ao mito. O discurso dito histórico também estaria em oposição ao mito. Em Políbio, por exemplo, vemos que o historiador não deve produzir emoção nos leitores através do fantástico, ele deve contar a verdade, pois o objetivo da história não



consiste em emocionar, mas instruir e convencer por meio de discursos verdadeiros. Assim, parece mesmo que uma oposição definitiva também existe entre o mito e a história (VERNANT, 1999).

Todavia, cabe lembrar novamente a tese de Bremmer, que não pode ser preterida. O mito ocupa um papel mais amplo que o reservado a ele pela delimitação estabelecida por Vernant. O mito só parece ceder ao logos em primeira instância, mas, não totalmente, não sem se integrar, não sem negociar simbolicamente. Barry B. Powell também compartilha desta interpretação, o autor nos mostra que Platão, por exemplo, no Fédon (60d), refere-se a Esopo como um produtor de logoi, mas, na mesma obra, mais adiante (61b), ele refere-se aos Mythoi de Esopo. No diálogo (Protagoras 320 c-d; 322a-323), por sua vez, em que Protágoras conversa com Sócrates, o primeiro pergunta ao segundo se deveria lhe falar por meio de mito ou logos. Sócrates o deixa a vontade para escolher e, então, Protágoras escolhe o mito como melhor opção para expor o que pretendia. No entanto, Protágoras termina seu discurso usando o logos, não o mito (Protagoras 324d). O autor mostra ainda que o mesmo Platão, na República, faz novamente usos de termos e conceitos dos mitos tradicionais (POWELL, 2002, p. 10).

Gilda Naécia de Barros também concorda com esta ambiguidade platônica. Segundo ela, em alguns momentos, Platão recorre à tradição religiosa e poética para justificar seu pensamento (Mênon, 81, a-b; Fedro 274c), em outros se refere à oposição entre conto e relato verdadeiro, aqui o exemplo é Górgias novamente (523a). Barros explica que as vezes Platão recorre ao pensamento hipotético, como na República, mas também pondera que “vale a pena o risco de crer”, como no Fédon. Em certos fragmentos, tenta justificar a fé no mito (Górgias, 527 a-e), em outros, problematiza a legitimidade deste recurso (Fedro 275 b-c). Assim, a autora sustenta que Platão recorre ao mito em vários de seus diálogos para abordar os principais problemas de seu sistema filosófico. Ela lembra que o problema está relacionado com a criticidade do mito. No tempo de Platão, acreditava-se que o mito deveria ser avaliado, julgado, sua verdade deveria ser conferida. Uma questão que, segundo ela, precedia Platão, já estava presente nas obras de Xenófanos, Demócrito, Eurípedes e Anaxágoras, por exemplo (BARROS, 2008, p. 28-29). Parece se tratar de um profundo embate entre $\mu\theta\omicron\varsigma$ e $\lambda\omicron\gamma\omicron\varsigma$, tendo em vista a questão da $\acute{\alpha}\lambda\eta\theta\epsilon\iota\alpha$. Talvez isto explique a dúvida de R.G.A. Buxton, sobre a



transição do mito à consciência racional (Vernant), manifesta em sua obra com título em forma de pergunta: “From myth to reason?” (1999). De qualquer maneira, devemos interpretar o mito como integrante da Παιδεία, o sistema de formação educacional grego, que considerava várias instâncias do saber para compor seu quadro. Vale lembrar que “é-se grego por cultura” (Cassin; Loraux; Peschanski, 1993), ou seja, a Paidéia é fundamental na vida da sociedade grega, e o mito é um de seus componentes.

Talvez a chave para compreender melhor o papel do mito na sociedade grega seja uma investigação mais precisa sobre o conceito grego de ἀλήθεια (verdade). Luiz Carlos Zubaran, diz que a alethéia transita por uma constelação de duplos: memória e esquecimento, elogio e censura. Por isso, o tempo poético não exclui o tempo histórico. O mito não exclui o logos. Desta forma, o tempo poético, o tempo mítico, o tempo histórico e o tempo filosófico eram conjugados pelos gregos. Esta temporalidade dos filósofos é o da secularização da alethéia. Todavia, segundo o autor, o lógos é um verbo do qual o filósofo é intérprete, que se estende ao infinito, com suas vertentes materiais e imateriais, o que confere à alethéia tal duplicidade. Mesmo Platão, tentando estabelecer a idéia de uma verdade mais elevada, o sumo bem, o belo, a alethéia, não exclui totalmente os passos mágicos de seu discurso, ele os coloca no mesmo patamar da opinião, a doxa, uma espécie de verdade relativa, condicionada ao interesse. Apesar de condenável, mesmo assim ela trazia dentro de si o sentido da alethéia. Ou seja, apesar da alethéia do lógos ser excludente, foi do mito que ela se originou, constrói sua identidade a partir da negação do outro para percepção do eu, mantém relações de afastamento, mas também de aproximação (ZUBARAM, 2004).

Geralmente, mito e história também figuram em campos opostos. A história é a verdade, como no trecho de Políbio mencionado acima, como na fórmula de Leopold von Ranke: “contar o que realmente aconteceu”²; o mito é a mentira, a ilusão, o desvio, um conto falso, falacioso. Este também é o sentido, por exemplo, que o termo recebeu na tradução de uma obra da medievalista francesa Régine Pernoud para o português: “O mito da Idade Média” (1978). É importante, assim, compreender como os próprios

² Trata-se da célebre expressão *wie es eigentlich gewesen*. RANKE, Leopold Von. *Geschichte der romanischen und germanischen Völker von 1494 bis 1535*. Leipzig: 1885.



gregos pensavam seus mitos, pois há no conceito de μῦθος significados que ultrapassam esta dicotomia. Diferentemente deste sentido de falsidade, que frequentemente aparece em língua portuguesa quando o termo é evocado, para os gregos, apesar de um conto falseado, há uma verdade, alethéia, a ser recuperada.

Esta é a discussão que Paul Veyne, por exemplo, apresenta em sua obra “Acreditavam os gregos em seus mitos?” (1987). Veyne nos conta que o grego Pausânias tem um racionalismo diferente do nosso, ora ele é historiador, ora filólogo. Relata as histórias lendárias, as genealogias, acreditando apenas nas grandes linhas. Pausânias soube separar o verdadeiro do falso na história de Teseu. Ou seja, ele foi capaz de compreender o núcleo de verdade do relato, forma comum aos gregos. Pausânias viu no mito “uma tradição, uma fonte histórica, que é necessário criticar” (VEYNE, 1987, p. 25). O autor percebe, então, uma tentativa de conciliação entre duas variações da alethéia, a presente no mito, e a presente na história. Ele trabalha com a noção de pluralidade de mundos de verdade. A alethéia tem distinções, heterodoxias. Veyne chama isso de “programas heterogêneos de verdade” (VEYNE, 1987, p. 31).

Assim, faz sentido retornar a uma idéia proposta por Vernant em “Mito e sociedade na Grécia Antiga”, a do reconhecimento de uma ontologia anterior ao surgimento da filosofia. Para o autor, desde o estudo clássico de H. Fränkel “Dichtung und Philosophie des frühen Griechentums”, se reconhece em Hesíodo o primeiro pensador da Grécia, propondo uma visão geral e ordenada do universo divino e humano. Afinal, Hesíodo proclama que vai revelar “o verdadeiro, celebrar o que foi, o que é e o que será” (VERNANT, 1999, p. 183). Desta forma, a filosofia aparece como uma tentativa de formular e desmitificar a verdade que o mito já pressentia à sua maneira e que exprimia sob a forma de relatos alegóricos. O que ocorre então, segundo o autor, é uma reintegração do mito no universo da razão filosófica. Na perspectiva de Aristóteles, por exemplo, o mito prefigura a filosofia, há nele um elemento de verdade, alethéia. Só que para Vernant, o mito seria uma espécie de esboço do discurso racional, o primeiro balbúcio do logos (VERNANT, 1999, p. 188). Assim, parece que, para ele, a razão supera o mito, o deixa para trás, manifestando-se a partir do lógos. Este raciocínio coloca o mito como sendo algo definitivamente distinto da razão, sendo outra coisa que não a racionalidade, que seria caracterizada por outras formas de discurso, como o



histórico e o filosófico. Compreendendo o tema nestes termos, mito e logos não podem conviver.

No entanto, é preciso lembrar que se existe uma transformação no mistério, se a filosofia o traz para a praça, como diz Vernant, é porque o mito não desaparece, vive como contradição, como ocorre com o discurso platônico, que ora combate o mito, ora o integra ao logos. No mesmo sentido, faz-se história do mito, encontra-se nele verdade, alethéia. Se após o período da Pólis, os gregos passaram a escolher o tipo de discurso, se mito ou lógos, ambos integram o processo de identificação do que é ser grego, fazem parte da Paidéia. Desta forma, preferimos as interpretações de Powell e de Bremmer. O pensamento grego parece ter sido, em um primeiro momento, dominado pelo mito, mas, logo em seguida, pela filosofia, quanto a este aspecto Vernant parece estar correto, no entanto, não se trata de uma passagem do “mito à razão”. A tentativa de classificação, de delineamento de uma ontologia, de multiplicidade de explicações da vida em sociedade e a análise do relato em busca de uma alethéia já podem ser presenciados no mito, que de forma alguma é irracional. Acaso, o próprio Vernant não reconhece uma ontologia no pensamento de Hesíodo e uma alethéia ainda mítica no discurso platônico? Talvez seja mais plausível enfatizar uma convivência, apesar de conflituosa, entre o mito e lógos, pois ambos são portadores de alethéia, do que uma transição do “mito à razão”. Trata-se de uma difícil questão, que requer maior investigação, mas, sem dúvida, são conceitos que interessam não somente para os estudos clássicos, mas para a historiografia, teoria e metodologia da história de uma forma geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, M.M.; VIDAL-NAQUET, P. *Economia e Sociedade na Grécia Antiga*. Trad. de Antônio Gonçalves. Lisboa, Edições 70, 1986.
- BARROS, Gilda Naécia Maciel de. *Platão: Mito e Paideia*. Notandum. Porto, v. 10, Universidade do Porto, 2008, p. 25-30.
- BREMMER, Jan N. *Interpretations of Greek Mythology*. London: Routledge, 1990.
- BREMMER, Jan N. *Myth, Mythology, and Mythography*. In: BOYS-STONE, George; GRAZIOSI, Barbara; VASUNIA, Phiroze. *The Oxford Handbook of Hellenic Studies*. New York: Oxford University Press, 2009, 678-686.



- Buxton, R. G. A., ed., *From Myth to Reason? Studies in the Development of Greek Thought*. New York, Oxford University Press, 1999.
- CASSIN, Bárbara; LORAUX, Nicole; PESCHANSKI, Catherine. *Gregos, bárbaros, estrangeiros: A cidade e seus outros*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- DETIENNE, Marcel. *A invenção da mitologia*. Brasília: EDUNB/ Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Ed. UNB: 2003b.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- PERNOUD, Regine. *O mito da Idade Média*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1978.
- POWELL, Barry. B. *A short Introduction to Classical Myth*. New Jersey: Pearson Education, 2002.
- VERNANT, J. P. *Mito e sociedade na Grécia Antiga*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.
- VEYNE, Paul. *Acreditavam os gregos nos seus mitos?* Lisboa: Setenta, 1987.
- VIEIRA NETO, Ivan. *O paganismo neoplatônico de Jâmblico de Cálcis: A influência religiosa na Filosofia Tardo-Antiga (sécs. III e IV d. C)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, 2011.
- ZUBARAN, Luiz Carlos. *A gênese do conceito de verdade na filosofia grega*. Canoas: Ed. Ulbra, 2004.



“O veneno do erro...”. **A penitência dos cátaros, segundo o inquisidor** **Rainiero Sacconi**

Patrícia Antunes Serieiro Silva¹

RESUMO:

Na *Summa de catharis et pauperibus de lugduno*, escrito anti-herético mais difundido na Idade Média, composto em 1250, o inquisidor Rainiero Sacconi não ignorou o repertório tradicional das imagens tóxicas aplicadas aos grupos considerados heréticos. Especialmente, no capítulo dedicado à penitência dos “cátaros”, Sacconi fez amplo uso delas. Este artigo tem por intenção analisar a penitência dos dissidentes, na perspectiva do frade dominicano, bem como os múltiplos sentidos que a metáfora do veneno da heresia podia evocar no contexto de intensa mobilização anti-herética.

Palavras chaves: cátaros, penitência, Rainiero Sacconi, veneno.

ABSTRACT:

In the *Summa de catharis et pauperibus de lugduno*, an anti-heretical writing more widely spread in the Middle Ages, composed in 1250, the inquisitor Rainiero Sacconi did not ignore the traditional repertoire of toxic images applied to the groups who were considered heretical. Especially, in the chapter devoted to the penance of the "Cathars" Sacconi made ample use of them. This article is intended to analyze the penance of dissidents of the perspective of Dominican friar as well as the multiple meanings that the metaphor of the poison of heresy could evoke in the context of intense anti-heretical mobilization.

Keywords: Cathars, penance, Rainiero Sacconi, poison.

Rainiero Sacconi: Ex-herético e inquisidor

A *Summa de catharis et pauperibus de lugduno* foi o escrito anti-herético mais difundido na Idade Média ². Composta em 1250, pelo inquisidor dominicano Rainiero

¹ Mestranda em História pela UNESP – Campus Assis, sob a orientação do Prof. Dr. Ruy de Oliveira Andrade Filho. Bolsista CAPES.

² A tradição manuscrita da *Summa* é composta de cinquenta cópias produzidas entre os séculos XIII ao XVII. Deste número, dezessete manuscritos apresentam-se no estado primitivo, ao passo que o restante está enquadrado por novos dados acrescentados por um inquisidor alemão, o denominado “Anônimo de Passau”. No século XVIII, a *Summa* foi impressa duas vezes. (DONDAINE, 1950: 170-174).



Sacconi, a *Summa* oferece um quadro excepcional dos dois principais grupos dissidentes do século XIII: os *cátaros* ou também chamados *patarinos*³ e os Pobres de Lyon. Todavia, ainda que tenha se proposto a discorrer sobre os Pobres de Lyon e os Pobres Lombardos, Sacconi não fornece mais que meia página sobre estes grupos. Tal limitação é compensada pelo farto conjunto de informações concernentes aos *cátaros* lombardos.

Afora os dados da *Summa*, poucas são as informações sobre a atividade inquisitorial de Rainiero Sacconi. Sabe-se que ele era natural da cidade de Placência, e que antes de tornar-se inquisidor pertenceu aos quadros heréticos da Lombardia. Pelo menos é assim que o mesmo se apresenta. Por duas vezes na *Summa*, o dominicano evoca seu passado de “erros”: “*Eu, Irmão Rainiero, outrora heresiarca, agora pela graça de Deus frade na Ordem dos Pregadores*” (SACCONI, <http://digilander.libero.it/eresiemedievali/sacconi.htm>, tradução nossa). Em outro momento da exposição, ele revela o tempo de contato com os *cátaros*⁴: “*Digo mais, sem hesitar, que nos dezessete anos que passei com eles, não vi nenhum orar em segredo, ou se mostrar triste ou chorar por seus pecados e bater no peito e dizer: “Senhor, ajudas este pecador”*” (Ibid, tradução nossa). No entanto, é possível, conforme salientou José d’Assunção Barros, que ao colocar-se como antigo herético o inquisidor fez uso de uma estratégia discursiva a fim de introduzir no texto a dimensão de um profundo conhecimento de causa (BARROS, 2010:25). De fato, verificamos que, com frequência, os autores da polêmica anti-herética lombarda identificaram-se como heréticos ou provenientes de famílias heréticas em seus escritos⁵.

³ Em meados do século XI, foram chamados *patarinos* os reformadores populares que, seduzidos pelo espírito reformador e incentivados pelo papado, lutaram contra os clérigos indignos. No século XII, o vocábulo foi empregado para designar todos aqueles que, obstinados pela opinião da pobreza apostólica e da pureza da igreja, desembocaram na heresia. Mais tarde, durante o século XIII, a identificação de *patarino* com *cátaro* passou a ser constante. Ambas as palavras foram utilizadas para designar as heresias de cunho dualista (GRACCO, 1976: 171).

⁴ Arno Borst assinalou que os dezessete anos descritos pelo inquisidor, referem-se ao tempo de convívio no meio deles e não que Rainiero tenha sido herético todos estes anos, como sustentou a maior parte dos autores. (BORST, 1974: 23).

⁵ Tal esquema aparece na *Manifestatio haeresis catharorum, quam fecit Bonacursus*, um dos primeiros documentos anticátaros compostos na península italiana, entre 1175 e 1190. O autor apresenta-se como um ex-doutor *cátaro* reconvertido ao catolicismo. Acreditou-se, desde longa data, que Bonacursus fosse um *cátaro* milanês convertido por são Galdino, arcebispo de Milão. Mas, de acordo com as novas pesquisas, ele teria sido um compilador católico de origem lombarda (BRUNN, 2006: 339-342). Do mesmo modo, Andreas Florentinus, autor da *Summa contra heréticos*, composta entre 1270 e 1300, diz



Sacconi teria sido reconvertido ao catolicismo por volta de 1245, possivelmente pelo inquisidor geral da Lombardia, Pedro de Verona, tornando-se, então, dominicano e inquisidor (BORST, 1974:23). Ele chegou a trabalhar em colaboração com Pedro e foi um dos investigadores quando do assassinato do mártir, ocorrido em 1253, dentre os arredores de Milão e de Como. Entre 1254 e 1259, o dominicano ocupou o cargo de inquisidor geral da Lombardia, mas logo ganhou muitos inimigos por conta dos excessos de sua atuação. Uma de suas medidas foi a destruição, em 1254, do castelo de Gattedo, conhecido por abrigar heréticos, e a exumação e a queima dos corpos de dois antigos hereges - Nazário e Desidério - enterrados no local. A última notícia que possuímos de Rainiero data-se de julho de 1262, quando foi convocado, em Viterbo, pelo papa Urbano IV, com a finalidade de prestar informações sobre o andamento do seu trabalho (MOORE, 1995: 132).

A *Summa* do frade lombardo não pretende refutar passo a passo a doutrina dos heréticos como os grandes tratados do monge Eckbert de Schönau (? -1184), do inquisidor dominicano Moneta de Cremona (1180-1238) ou do teólogo Alanus de Lille (1128-1202). Ela constitui-se como uma exposição doutrinal das crenças professadas pelos dissidentes, cujo objetivo maior era informar os integrantes da Ordem dos Irmãos Pregadores acerca das principais características de identificação dos heréticos e sua localização. A *Summa* possuía, portanto, um caráter essencialmente pragmático, destinada a auxiliar os inquisidores em suas atividades.

As tentativas de denegrir e diabolizar os dissidentes estão presentes no decorrer do texto, seja na utilização de metáforas ligadas à toxidade, seja na recorrência e, mesmo, na ratificação de interpretações tradicionais como, por exemplo, a “orientalização” das crenças dualistas. A convergência entre heresia e demonologia é uma tópica deste período, estreitamente relacionada com as medidas pontificais e imperiais, que, desde o final do século XII, converteram a heresia num crime de lesa-majestade. Pela bula *Vergentis in senium*, de 01 de março de 1199, publicada pelo papa Inocêncio III (1198-1216), os heréticos estavam expostos ao confisco de bens, à

ter passado 14 anos na heresia. Também, é importante lembrar, que parte da família de Pedro de Verona, posteriormente, Pedro Mártir, é descrita na *Vita* do santo como herética.



exclusão das funções públicas e à deserção. A heresia não era mais uma escolha interior individual, mas um delito (PAOLINI, 1977: 699).

As principais opiniões comuns aos *cátaros* expostas por Rainiero Sacconi não diferem muito da tradição polêmica sobre a heresia: o diabo como criador do mundo e de tudo o que existe, a inutilidade dos sacramentos da Igreja romana, a condenação do casamento, a negação da ressurreição da carne, a interdição dos alimentos oriundos do coito, a proibição do juramento e a negação do purgatório. O inquisidor ainda informa que para os dissidentes italianos, os poderes seculares pecavam gravemente punindo os heréticos e os malfeitores, e que ninguém podia ser salvo senão por eles.

Da mesma forma que outros polemistas contemporâneos, Sacconi distingue os dissidentes dualistas da península italiana em três grupos (*albanenses*, *concorrenses* e *bagnolenses*), concentrando-se nas suas cisões interiores e revelando de maneira irregular, os traços doutrinários de cada um deles. Ele calcula um número de quatro mil *cátaros* de ambos os sexos “em todo o mundo”, sendo que pelo menos dois mil e duzentos desse total encontravam-se nas cidades setentrionais e centrais da Itália. Mas, essa quantia deve ser relativizada, principalmente, quando se sabe que a acusação de dualismo e, de uma maneira geral, a de heresia, podia servir a diversos fins, não necessariamente correspondendo à realidade objetiva⁶.

Um dos pontos mais interessantes da *Summa* é o uso que Sacconi faz do termo *cátaro*. Ele foi o primeiro autor a arrolar sob uma mesma denominação diversos grupos dissidentes: os do Languedoc, os da península italiana e os do Oriente (grego e eslavo). É sintomático que ele não tenha feito alusão aos dissidentes da Germânia, já que o vocábulo *cátaro*, como sinônimo de heresia dualista, apareceu pela primeira vez nos *Sermones contra Catharos*, compostos em 1163, pelo monge renano Eckbert de Schönau. Segundo o religioso, os hereges surgidos nas cidades de Boon e de Colônia – com os quais travara discussões desde 1150 - autodenominavam-se *catharos*, do grego *καθαρός* (puros), mas recebiam vários outros nomes dependendo das regiões em que

⁶ Julien Théry e Patrick Gilli observaram que no final do século XIII, a simples adesão ao gibelismo, partido oposto à geopolítica do papado na Itália, era o suficiente para a acusação de heresia (THÉRY;GILLI, 2010: 18).



apareciam (ECKEBERTI SCHONAUGIENSIS, 1855:13-14). Na parte dedicada às origens da seita (*De origine sectae Catharorum*), Eckbert atestou que os hereges *catharos* eram um prolongamento dos maniqueus. Como mostrou recentemente Uwe Brunn, o religioso renano recorreu a diversos trechos da polêmica de Santo Agostinho, como o *Contra Manicheus*, o *De moribus Manicheorum*, mas principalmente o *De haeresibus* ao abordar os heréticos de seu tempo (BRUNN, 2006:321-333). Dessa maneira, os *cátaros* tratados pelo monge renano eram, na verdade, o amálgama dos “desvios” de diversas heresias antigas - descritas nas fontes agostinianas e canônicas - mas também, em alguma medida, dos grupos dissidentes contemporâneos ao polemista.

Ao conectar movimentos dissidentes ocidentais aos orientais numa única igreja *cátara* Rainiero Sacconi contribui para a ideia de uma organização herética internacional. Não dizia geralmente Inocêncio III em suas cartas que a heresia era uma hidra cujas várias cabeças se ligavam a um só corpo? (THÉRY, 2010:374). Ao enumerar as dezesseis igrejas *cátaras* de seu tempo, o inquisidor lombardo atribui às igrejas balcânicas o tronco de todas as outras, reforçando assim a imagem já compartilhada na polêmica anti-herética de uma procedência exógena das crenças dualistas:

A Igreja dos Albanistas ou de Desenzano. A Igreja de Concorezo. A Igreja dos Bagnolenses. A Igreja de Vicenze ou da Marcha. A Igreja Florentina. A Igreja do Vale do Espoleto. A Igreja da França. A Igreja toulousiana. A Igreja carcassonnense. A Igreja albigense. A Igreja de Slavonia. A Igreja dos Latinos de Constantinopla. A Igreja dos Gregos. A Igreja da Filadélfia em România. A Igreja da Bulgária. A Igreja de Dragovithia. E todas têm sua origem nas duas últimas (SACCONI, op. cit., tradução nossa).

O sacramento da penitência no século XIII

O capítulo sobre a penitência dos grupos *cátaros* lombardos (*De falsa paenitentia catharorum*) é uma das partes mais longas da *Summa*, e o que mais mobilizou o emprego de metáforas⁷ e termos depreciativos. Constatamos que tal

⁷ Utilizamos o conceito de metáfora proposto por Paul Ricoeur, o qual se baseia numa concepção interativa da metáfora, ao contrário da visão substitutiva clássica. “A metáfora mantém dois pensamentos de coisas diferentes simultaneamente ativas no seio de uma palavra ou de uma expressão simples, cuja



engajamento não é aplicado aos capítulos concernentes à descrição dos dois princípios, o que causa admiração, uma vez que o dualismo, alçado à categoria de “erro” gravíssimo, foi, aparentemente, o principal alvo a ser combatido pela Igreja.

De acordo com Rainiero, a penitência dos *cátaros* era inteiramente “falsa, vã, enganadora e envenenada”, porque não possuía três coisas que caracterizavam a verdadeira penitência: a contrição do coração (*contritio in corde*), a confissão da boca (*confessio in ore*) e a satisfação pelas obras (*satisfactio in opere*). Essa tríade, fixada por Pedro Lombardo, em suas *Sentenças*, constituiu-se como pontos estruturantes da nova doutrina penitencial, oficialmente instituída pelo IV Concílio de Latrão, ocorrido em 1215⁸. Pelo cânone 21 (*Omnis utriusque sexus*), a confissão auricular anual tornava-se obrigatória a todos os cristãos adultos. O Concílio, na verdade, apenas sancionou uma prática que desde o século anterior se tornara cada vez mais comum.

A prática penitencial nos primeiros séculos do cristianismo era pública e essencialmente comunitária, embora não a pronúncia das faltas, feita provavelmente ao bispo no momento de solicitação da penitência (VOGEL, 1999:11). O pecador só podia ter acesso à penitência uma vez na vida e quando reconciliado carregava diversas interdições – civis, matrimoniais, e sociais - até a morte. No século VII, os monges irlandeses, aos poucos, romperam com o processo penitencial antigo ao introduzirem e propagarem no continente, o sistema da penitência tarifada. Nessa nova disciplina, o pecador podia reiterar o sacramento sempre que achasse necessário e cumprir o processo tarifado de maneira secreta. Para cada falta cometida uma penitência precisa, de modo que a ênfase recaía fundamentalmente na expiação das faltas. O que diferencia a nova doutrina penitencial, sancionada por Latrão IV, das anteriores é o lugar central ocupado pela confissão. Como justamente observou Cyrille Vogel, a partir dos finais do século XII, “a ‘confissão’ será considerada como a obra principal cumprida pelo penitente, devido, dizem nossos textos, a vergonha e a humilhação que supõe” (*Ibid*, 4).

significação é resultante de sua interação. Não se trata de um simples deslocamento de palavras, mas de um comércio entre pensamentos, isto é, de uma transação entre contextos.” (RICOEUR, 2005: 129).

⁸ “(...) o momento central da história da penitência é 1215, ano em que o Concílio de Latrão impõe a todos os fiéis a obrigação da penitência anual: o decreto conciliar firma o nascimento da confissão moderna e atribui-lhe papel fundamental na organização da comunidade cristã. CASAGRANDE, Carla.; VECCHIO, Silvana. Pecado. In: (LE GOFF.; SCHMIDT, 2002: 347).



A reflexão do pecado no século XIII pautava-se na ideia de arrependimento interior. Essa tomada de consciência diante da falta era a primeira etapa para o perdão, pois revelava o desejo legítimo do pecador em reconciliar-se com Deus. Entretanto, o contrito logo devia transformar em palavras essa dor interna por meio da confissão. O ato de se confessar significava, portanto, o signo exterior de uma penitência interior (BÉRIOU, 1986: 265). O penitente devia, desde o início, ser convencido do caráter benéfico da confissão e habituado à prática da introspecção e pronunciamento dos pecados (CASAGRANDE ; VECCHIO, 2002: 348). A confissão ao padre possibilitava a absolvição da culpa, por isso, seu papel central no desenvolvimento teológico deste momento. Por fim, as penas de satisfação, embora não mais importantes que a consciência individual sobre os erros, mantinham o seu caráter indispensável. O confesso que morresse sem ter cumprido a penitência estipulada pelo confessor estava automaticamente destinado ao purgatório. Diversas ações, nesse sentido, podiam equivaler às obras de reparação fixadas pelo sacerdote, como por exemplo, o dom da caridade, a participação numa Cruzada ou numa peregrinação.

O que de imediato podemos observar na nova doutrina penitencial é o papel imprescindível ocupado pelo padre-confessor. Sem dúvida, a confissão assegurava à instituição eclesial, na figura do sacerdote, uma presença imperiosa no conhecimento e na remissão das faltas, e na prescrição das penas. Como notou Jérôme Baschet: “Como preço do perdão que ela concede, a Igreja se atribui, graças à confissão, um temerário instrumento de controle dos comportamentos sociais e se imiscui no mais secreto das consciências individuais” (BASCHET, 2009:219).

Rainiero Sacconi mostra-se profundamente engajado ao sistema penitencial ratificado por Latrão IV. Com efeito, as Ordens mendicantes, principais protagonistas da renovação pastoral do século XIII, estiveram estreitamente comprometidas com a administração e com o apelo à disciplina penitencial. Segundo Laura Gaffuri, o tema da penitência foi um dos mais importantes e correntes nos sermões tanto dos franciscanos quanto dos dominicanos. Ambos pregavam quotidianamente nos dois principais momentos do ano litúrgico – o Advento e a Quaresma – visando o arrependimento e a penitência sacramental. O convite à confissão, especialmente, “era o momento determinante permitindo verificar a recepção efetiva pelos fiéis das regras de



comportamento transmitidos pela pregação” (GAFFURI, 2007: 210-211, tradução nossa). Mesmo os irmãos encarregados dos ofícios inquisitoriais, como foi o caso de Sacconi, não compreendiam as suas tarefas como distantes do trabalho pastoral ⁹.

Os heréticos *cátaros*, segundo o inquisidor, nunca oravam em segredo, mostravam-se tristes ou choravam por seus pecados, pediam ajuda ao Senhor ou qualquer coisa que representasse um símbolo de contrição. Porém, a verdadeira conversão para Sacconi devia se manifestar fundamentalmente pelo apelo e intervenção dos personagens e signos cristãos, comportamento que para ele estava ausente entre os dissidentes: “eles não suplicam jamais a ajuda ou a proteção dos anjos, da Virgem, dos santos, e não se muniam do signo da Cruz” (SACONNI, op. cit., tradução nossa).

Sobre a confissão, diz o autor, que ela era feita publicamente entre eles antes do recebimento da “imposição das mãos”, ou seja, do batismo espiritual dos dissidentes, o qual remia todos os pecados. Porém, se após o recebimento do sacramento algum deles caísse em pecado mortal – falta, em geral, relacionada ao “pecado da carne” -, logo devia receber a “imposição das mãos” novamente, mas em segredo. Em relação aos pecados veniais, cabia somente a um deles, representando todos, pronunciar as seguintes palavras diante do prelado uma vez ao mês: “Nós estamos diante de Deus e de vós para confessar nossos pecados, pois temos muitos pecados em palavra, em obra, em visão e em pensamento” (SACONNI, op. cit., tradução nossa). Daí que para Rainiero, todos os *cátaros* morriam sem a confissão dos pecados.

Para o inquisidor, ainda que os dissidentes rezassem frequentemente, jejuassem e se abstivessem de comer certos elementos oriundos do coito (carne, ovos e queijos), tais obras não eram satisfatórias porque eles cometiam um triplo “erro”: a) absolviam a culpa e a pena pela “imposição das mãos” e pela prece; ou seja, eles substituíam assim, a penitência eclesial, a mediação do sacerdote indispensável à salvação, pela penitência mútua das faltas; b) não acreditavam nas penas purgatórias; c) não faziam a distinção dos pecados, num contexto onde a exigência em classificá-los era cada vez mais

⁹ De acordo com Christine Ellen Caldwell - contrapondo-se a uma suposta divisão no interior da ordem dos Irmãos Pregadores defendida por alguns historiadores -, os dominicanos não entendiam inquisições e trabalhos pastorais como deveres amplamente divergentes (CALDWELL, 2004: 17).



crescente. Sobre esse ponto específico, Rainiero mostra-se indignado: “Para eles, um Cátaro não seria mais gravemente punido se bebesse veneno para se matar, do que, para evitar a morte comesse frango por orientação médica” (SACONNI, op. cit., tradução nossa). E mais: “O traidor Judas não é mais severamente punido que uma criança de um dia, mas todos são iguais, seja na glória ou na pena” (SACCONI, op. cit., tradução nossa). A ideia de que todos pudessem ser salvos independente da gravidade dos pecados era inconcebível para o inquisidor lombardo. Observa-se a mesma preocupação no inquisidor lionense Étienne de Bourbon, contemporâneo a Rainiero:

[...] eles dizem que conferem o Espírito Santo a todos, independente de quais sejam as faltas, as usuras, as rapinas, em que estão ligados; se lhes são feitas reverência e adoração, eles lhes impõem as mãos de modo que sem ter nada restituído, em ato ou em resolução, sem nenhuma obra de satisfação, todos os pecados são perdoados e se desfazem logo sem pena alguma. Por causa da impunidade que prometem, eles atraem muitos usurários desesperados, salteadores e outros pecadores entre os mais abjetos e os mais desesperados (BERLIOZ, 2000: 61-62, tradução nossa).

De fato, a percepção de penitência dos dissidentes repousava numa interpretação muito particular das Escrituras, especialmente do Novo Testamento. Como grande parte dos movimentos considerados heréticos nos séculos XII e XIII, os grupos dualistas lombardos resistiam a qualquer mediação ou interferência clerical. A salvação para eles não dependia da intervenção da Igreja romana. Era possível conquistar o reino de Deus seguindo apenas os preceitos fixados por Cristo. Dessa forma, os dissidentes propunham práticas sacramentais mais simples, recusando-se a reconhecer qualquer sacramento, rito, signo ou liturgia que não tivesse sustentação nos Evangelhos.

No geral, todos os grupos lombardos (*albanenses, concorrenses e bagnolenses*), ainda que mostrassem desacordos e variações entre si no que tange às questões teológicas – resultado das especulações realizadas pelos *sapientes* da seita as quais não entraremos aqui -, concordavam que as almas humanas, anjos de Deus, residiam cativas nos corpos corruptíveis. A salvação consistia em libertar a alma de sua prisão, o corpo, condição que só era possível por meio de uma vida exemplar e pelo recebimento do batismo do “Espírito Santo” (Mt 3,11; At 8,16-17; 19,1-6) – conhecido também por “imposição das mãos” ou *consolamentum* - único sacramento admitido pelos



dissidentes. O batismo espiritual possuía um valor penitencial, pois por meio dele os “verdadeiros cristãos” tinham o poder delegado por Cristo para absolver os pecados. E isso, eles tiravam de João (20,22-23): “*Tendo falado isso, Jesus soprou entre eles [os discípulos], dizendo: ‘Recebam o Espírito Santo. Os pecados daqueles que vocês perdoarem, serão perdoados’*”. Desse modo, para os dissidentes qualquer pessoa podia ser salva, desde que se arrependesse e recebesse a “imposição das mãos”. As penas deviam ser cumpridas neste mundo mesmo, lugar de sofrimento, não havendo espaço, portanto, para o purgatório nesse sistema de salvação. Cabe ainda ressaltar, que a confissão dos dissidentes possuía um caráter público e coletivo, com exceção dos pecados mais graves, indo, portanto, na contramão da nova disciplina penitencial que se pautava fundamentalmente na prática privada da penitência.

O envolvimento da Igreja Romana nas coisas mundanas e sua violação dos ensinamentos evangélicos - perseguindo e matando os que lhe opunha, acumulando e ostentando riquezas, aprovando e incentivando as Cruzadas – aparecem como fatores preponderantes para a intransigência dos dissidentes que, cada vez mais, se postulavam como os representantes diretos da verdadeira Igreja de Cristo e de seus apóstolos. Salvo Burci, autor do *Liber Suprastella*, tratado anti-herético composto em 1235, assim descreve as imprecizações dos “cátaros” lombardos a respeito dos estatutos citadinos que previam as torturas dos heréticos:

Observem: eles (os prelados) fazem assassinar aqueles que não querem jurar, nem fornicar, nem comer da carne, etc... Mas contra aqueles que têm espada ao lado, e que cometem adultério e homicídio, eles não fazem inserir (os estatutos). Igreja Romana, tu tens as mãos cheia do sangue dos mártires (apud DUVERNOY, 1989: 228, tradução nossa).

Todavia, nenhuma outra crítica foi mais enfática que aquela dirigida ao comportamento indigno dos clérigos. Mesmo no século XIII, passado o período mais crítico da imposição do celibato clerical, o número de padres concubinos ainda era grande. O casamento dos clérigos maiores constou como um dos assuntos frequentemente abordados nas decretais do governo de Inocêncio III (FRAZÃO; LIMA, 2002:83-109). Para os grupos *cátaros* lombardos - seguindo a tradição dos *patarinos* do



século XI – a eficácia do sacramento dependia, essencialmente, da dignidade daquele responsável por sua administração. Isso explica a preocupação e a vigilância constante dos dissidentes com a pureza dos seus prelados.

Essa postura anticlerical dos dissidentes implicava, em última instância, numa inversão da ordem estabelecida pela Igreja justamente num momento de afirmação da instituição eclesial. Postulando uma concepção penitencial independente, mesmo que nutrida por uma leitura sincera dos evangelhos, os grupos dissidentes lombardos esvaziavam de maneira efetiva o sentido da intervenção clerical na mediação entre os homens e o sagrado, e, conseqüentemente, a distinção fundamental entre a *ordo clericalis* e a *ordo laicorum*.

A penitência “envenenada” dos cátaros

Ao tratar da penitência dos “cátaros”, o inquisidor não ignorou o repertório tradicional das imagens tóxicas aplicadas no discurso anti-herético: “enganadora e envenenada”, “veneno do erro”, “infectados”. A associação da heresia ao veneno é uma constante na literatura anti-herética tanto antiga quanto medieval. No prefácio do *Panarion*, do bispo Epifânio de Salamina (310-320 – 403), uma das primeiras obras heresiológicas, lemos o seguinte: “Como devemos lhes indicar o nome das heresias, revelando-lhes suas práticas criminais, semelhantes aos *venenos...*”¹⁰. O bispo Bráulio de Saragoça (590-651), no século VII, advertindo Frutuoso de Braga, assim se referiu aos priscilianistas: “De todas as formas, tenha cuidado com a doutrina *envenenada* de Prisciliano, que não faz muito tempo floresceu por essa região [...]” (apud ANDRADE FILHO, 2012: 52). Do mesmo modo, o monge borgonhês Raoul Glaber (985-1047), escrevendo sobre o camponês herético Leutardo de Vertus, também não hesitou em empregar a metáfora: “[...] o outro tentou dissimular a sua venenosa infâmia” (DUBY, 1986:120) Um século mais tarde, Pedro, o Venerável, abade de Cluny (1122-1156), autor do primeiro tratado anti-herético medieval, o *Contra Petrobrusianos*, também recorreu por várias vezes ao veneno para qualificar os erros dos adeptos de Pedro de Bruis (IOGNA-PRAT, 2000: 113).

¹⁰ POURKIER, Aline. *L'hérésiologie chez Épiphanie de Salamine*. Paris: Beauchesne Editeur, 1992, p. 77, tradução nossa.



Segundo Emílio Fernandez Mitre, o veneno da heresia ocupou um lugar destacado entre as metáforas do mundo animal e demoníaco (FERNANDEZ, 1995:63-84). No século XIII, a metáfora tóxica remetia explicitamente ao mundo dos demônios onde eram associados automaticamente todos os heréticos, mas também outros grupos, como os pecadores, os muçulmanos, os judeus, os leprosos, os homossexuais, etc. O próprio veneno era entendido como uma das manifestações do Diabo no mundo, em suas tentativas de ataque à cristandade. A conexão entre os dissidentes lombardos e o Diabo é visível. O inquisidor sustenta que ao contrário dos católicos, os *cátaros* não sentiam nenhuma culpa, pois “*o veneno do erro que eles bebem da boca da antiga Serpente não os deixam ter qualquer dor pelos seus pecados*” (SACCONI, op. cit., tradução nossa). Tradicionalmente, como sublinhou Florence Chave-Mahir, a menção à Serpente remetia à figura do Diabo, associação que possibilitou uma aplicação mais estrita da imagem da serpente à heresia (CHAVE-MAHIR, 2009:166).

O veneno, de uma forma geral na Idade Média, conotou o crime do “abominável”, crime de traição por excelência, o que não raro serviu como arma extremamente útil contra os “inimigos” da Igreja. Segundo Franck Collard, o crime do veneno no período medieval revela-se mais como uma construção cultural do que uma estatística de crime. Ele era considerado um ato desumano, um atentado maior às estruturas da família e da sociedade (COLLARD, 1992:99-114). Assim como o veneno, a heresia foi entendida cada vez mais como um crime de traição, como um crime de lesa-majestade. Por meio da decretal *Vergentis in senium*, de Inocêncio III, as fronteiras entre o pecado e o crime extinguiram-se. O “erro” dos heréticos não era mais considerado uma transgressão na relação com o sagrado, mas um crime contra a própria comunidade de cristãos.

A metáfora do veneno podia remeter também ao Oriente. Regiões como China, Índia, Pérsia, Bagdá, enfim, as terras orientais de uma forma geral, eram vistas como lugares altamente tóxicos (*Idem*, 50-51), mas não só. As cidades ocidentais que mantinham contatos comerciais com o mundo oriental ou que continham a presença de muçulmanos, como as italianas e as ibéricas, por exemplo, eram também consideradas como lugares venenosos. Nessa perspectiva, o emprego da metáfora do veneno por Rainiero parece reforçar ainda mais a imagem de uma proveniência exógena da



dissidência lombarda arrolada às seitas orientais, que como vimos, foi sustentada pelo inquisidor e pela polêmica anti-herética do medievo.

Contudo, dentre os vários usos possíveis da metáfora tóxica feitos por Rainiero Sacconi ao tratar da penitência dos “cátaros”, existe um, em especial, equivalente à ideia da heresia como doença, outra metáfora muito recorrida no discurso heresiológico. E isso é tanto mais certo quando se observa que os sacramentos de uma forma geral eram entendidos metaforicamente como remédios (BÉRIOU, 1986). A confissão funcionava nesse sentido, como uma verdadeira “consulta médica”, cujo confessor, médico espiritual, ouvia pacientemente o penitente a fim de lhe aplicar a medicação adequada. Para Rainiero Sacconi a penitência “envenenada” dos dissidentes possuía uma enfermidade letal. Os *cátaros* eram imunes ao arrependimento, pois não estavam sujeitos ao convencimento:

Do que precede resulta muito evidente que os Cátaros não fazem nenhuma penitência, sobretudo do fato que eles não têm contrição dos seus pecados, não os confessam e não se satisfazem por eles [...] e que por seus erros eles serão pesadamente punidos pela eternidade (SACCONI, op.cit., tradução nossa).

A atitude do inquisidor se adéqua perfeitamente a nova postura de enfrentamento da heresia, que, desde o final do século XII, não visava mais a convencer do “erro”, mas sim fazer falar o indizível (IOGNA-PRAT, 2009: 116).

Considerações finais

O emprego da metáfora do veneno para se referir à penitência dos grupos *cátaros* lombardos, como vimos, possibilitou ao inquisidor Rainiero Sacconi endossar diversas imagens já presentes no discurso anti-herético medieval. A utilização da metáfora tóxica permitiu de uma só vez a assimilação da heresia ao demoníaco, ao Oriente, ao crime e a enfermidade. Por outro lado, pôde-se perceber o efetivo engajamento do inquisidor na nova doutrina penitencial sancionada por Latrão IV. Ele examina as práticas religiosas dos dissidentes - pautadas num modelo penitencial mais simples - tomando como referência o tripé contrição-confissão-satisfação, elementos fundamentais do sistema penitencial renovado. Tal esquema-parâmetro permitiu ao



inquisidor condenar de maneira mais eficaz os grupos dualistas lombardos. Nesse sentido, parece-nos apropriado supor, que o combate de Rainiero Sacconi a tais grupos dissidentes, deveu-se menos a crença em dois princípios que a resistência com que se mostravam diante do programa reformador da Igreja.

Referências bibliográficas

Fontes

RAINIERO SACCONI. *Summa de catharis et pauperibus de Lugduno*. Disponível em latim: <http://digilander.libero.it/eresiemedievali/sacconi.htm>, Acesso em 20/09/11. Tradução francesa por Jean Duvernoy disponível em: http://jean.duvernoy.free.fr/text/pdf/raynier_sacconi.pdf, Acesso em 20/09/11.

ECKEBERTI SCHONAUGIENSIS. *Sermones contra Catharos*. In: MIGNE, J.P. *Patrologia Latina*, T. 195, col. 11-102, 1855.

Obras citadas

ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira. *Imagem e Reflexo. Religiosidade e Monarquia no Reino Visigodo de Toledo (Séculos VI-VIII)*. São Paulo: Edusp, 2012.

BARROS, J. A. P. Heresias na Idade Média. Considerações sobre as fontes e discussão historiográfica. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano: II, nº: 6, Fev. de 2010, pp. 1-46.

BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal. Do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.

BÉRIOU, Nicole. La confession dans les écrits théologiques et pastoraux du XIII^e siècle : médication de l'âme ou démarche judiciaire ? In: *L'aveu. Antiquité et Moyen Âge. Actes de la table ronde de Rome (28-30 mars 1984)*. Rome: École Française de Rome, 1986.

BERLIOZ, Jacques. « 'Les erreurs de cette doctrine pervertie...' Les croyances des Cathares selon le dominicain Étienne de Bourbon (mort v. 1261) ». *Heresis*, nº : 32, 2000, p. 53-67.

BORST, Arno. *Les Cathares*. Paris: Payot, 1974.

BRUNN, U. *Des Contestataires aux Cathares: discours de réforme et propagande antihérétique dans le pays du Rhin et de la Meuse avant l'Inquisition*. Paris: Institut d'études augustiniennes, 2006.

CALWELL, Christine Ellen. Dominican Inquisitors as "Doctors of Souls": the Spiritual Discipline of Inquisition, 1231-1331. *Héresis: Revue semestrielle d'histoire des dissidences médiévales* 40, 2004.

CASAGRANDE, Carla.; VECCHIO, Silvana. Pecado. In: LE GOFF, Jacques.; Schmidt, Jean-Claude. *Dicionário Temático Medieval*. Vol. IV. São Paulo: EDUSC, 2002.

CHAVE-MAHIR, Florence « Venenum sub melle latet » L'image du poison dans le discours anti-hérétique au Moyen Âge. *Cahiers de recherches médiévales et humanistes*. 17, 2009.



- COLLARD, Franck. *Le crime de poison au Moyen Âge*. Paris : Presses Universitaires de France, 2003.
- DONDAINE, Antoine. *La hiérarchie cathare en Italie*. Archivum Fratrum Praedicatorum, t.XX, Roma, 1950.
- DUBY, Georges. *O ano mil*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- DUVERNOY, Jean. *Le catharisme. La religion des Cathares*. Toulouse: Privat, 1989.
- FERNANDEZ, E. Mitre. Muerte, veneno y enfermedad, metáforas medievales de la herejía. *Heresis*, nº: 25, 1995.
- GAFFURI, Laura. La prédication en Italie (XIIe-XVe). In: HEULLANT-DONAT, Isabelle. *Cultures Italiennes (XII-XV siècle)*. Paris: Cerf, 2007.
- GRACCO, Giorgio. Pataria: *opus e nomen* (tra verità e autorità). In: *The concept of heresy in the middle age. (11th - 13th C.)*. Mediaevalia Lovaniensia. Series I/ Studia IV. Louvain: Leuven University Press, 1976.
- IOGNA-PRAT, Dominique. A argumentação discursiva. In: ZERNER, Monique. (Org.). *Inventar a Heresia? Discursos polêmicos e poderes antes da Inquisição*. São Paulo: UNICAMP, 2009.
- MOORE, Robert Ian. *The birth of popular heresy*. Canada: Medieval Academy of America, 1995.
- PAOLINI, Lorenzo. Gli Ordini Mendicanti e l'Inquisizione. Il comportamento degli eretici e il giudizio sui frati. In: *Mélanges de l'Ecole française de Rome. Moyen-Age, Temps modernes*. T. 89, nº: 2, 1977.
- POURKIER, Aline. *L'hérésiologie chez Épiphanie de Salamine*. Paris: Beauchesne Editeur, 1992.
- RICOEUR, P. *A metáfora viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2005, 2ª ed.
- SILVA, Andreia C. L. Frazão da; LIMA, Marcelo Pereira Lima. A Reforma Papal, a continência e o celibato eclesiástico: considerações sobre as práticas legislativas do pontificado de Inocêncio III (1198-1216). *História: Questões & Debates*. Curitiba: Editora UFPR, nº: 37, 2002, p. 83-109.
- THÉRY, Julien. Les heresies du XIIe au début du XIVe siècle. CEVINS, Marie-Madeleine de; MATZ, Jean-Michel (dir.) *Structures et dynamiques religieuses dans les sociétés de l'Occident latin (1179-1449)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes 2010.
- THÉRY, Julien ; GILLI, Patrick. *Le gouvernement pontifical et l'Italie des villes au temps de la théocratie (fin XII-mi-XIV s.)*. Montpellier : Presses universitaires de la Méditerranée, 2010.
- VOGEL, Cyrille. *La penitencia en la Edad Media*. Barcelona: Centre de Pastoral Litúrgica, 1999.





O Ideal de cidadania na sociedade da Atenas Clássica

Laercio Dias Guimarães¹
Ana Livia Bomfim Vieira²

Submetido em Agosto/2012
Aceito em Novembro/2012

RESUMO:

Este artigo visa refletir sobre a relação entre política e cidadania na Atenas do período Clássico. Durante o Período Clássico, Atenas viveu sob o sistema de governo criado e desenvolvido por ela, a Democracia. Neste sistema, o ideal era o da participação direta dos cidadãos na política, ou seja, era exigida a sua participação ativa na Assembleia deliberativa votando as leis e as decisões que entrariam em vigor. O modelo de cidadão ideal, considerado pela *pólis*, era aquele que estaria preocupado com o bem da comunidade.

Palavras-chave: Atenas Clássica. Cidadania. Democracia. Política.

ABSTRACT: This study aims to provide a reflection on the relations between politics and citizenship in classical Athens. During the Classic Period, Athens lived under the system of government created and developed by itself, the Democracy. In this system, the ideal point was the direct participation of citizens in politics, in other words, it was required their active participation in the deliberative Assembly voting laws and decisions which enter into force. Considered as ideal model of Athenian citizen that one who was concerned about the welfare of their community.

Keywords: Athena Classic – Citizenship – Democracy – Politics.

O problema da cidadania passa por vários estágios. Primeiramente, na definição de quem era considerado cidadão e que, deste modo, estaria apto a exercer tal papel: o de participar das decisões políticas referentes à *pólis* ateniense – exercício este que ocorria nas reuniões da Assembleia – e, também, no desempenho da função de *cidadão-guerreiro*.

No que concerne às ideias citadas acima, perguntamo-nos quem poderia ser considerado cidadão na Atenas do período clássico? O que definia o cidadão? Quais requisitos e práticas estes deveriam assumir? Estas são questões, *a priori*, simples de

¹ Licenciado em História pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

² Professora Adjunta de História Antiga da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.



serem respondidas. Poderia ser resumida da seguinte maneira: são considerados cidadãos apenas indivíduos do sexo masculino a partir dos dezoito anos de idade e que participavam das reuniões e deliberações da Assembleia.

Quando estavam aptos para exercerem a vida política, os filhos eram apresentados por seus pais ao *demos* e estes deveriam prestar o juramento de que aqueles possuíam tal idade e que realmente eram cidadãos. Ou seja, os filhos deveriam ser frutos de um casamento legal, em que os pais eram cidadãos atenienses e livres de nascença, requisito vinculante para ter tal direito.

Neyde Theml fala dos requisitos que se faziam necessários para obtenção do direito a cidadania em Atenas e, ainda, sobre a situação dos que não a tinham, afirmando que:

Os cidadãos eram considerados como o povo (*dêmos*), exercendo o controle político, e não se confundiam com a população. A *pólis* era a *koinonía politiké*, de homens adultos, de condição livre *eleutheroi*, com direito à participação política, à propriedade da terra e a defesa do território cívico, soldados (*hoplitas*). Eles tinham os mesmos direitos e deveres, as mesmas instituições, os mesmos cultos e gerenciavam coletivamente o interesse do grupo (*politai*) e da população global. Os *politai*, *eleutheroi* eram aqueles que possuíam os direitos políticos, elegendo ou sendo eleitos para exercerem uma função pública, participando ativamente no espaço político. Cada cidadão (*polités/eleutheroi*), na sua atividade pública, representava as mulheres de sua família, seus filhos, seus escravos, os *metecoi*, os órfãos, as viúvas e os velhos. Mulheres, crianças, velhos, escravos e metecos não eram compreendidos como um conjunto em si mesmo, distinto e exterior à *pólis*. Eles eram bem heterogêneos e desigualmente integrados, mas eles eram indissociáveis do sistema *poliade*. O direito de cidadania em Atenas advinha do fato de ser homem, livre, nascido em Atenas, ser filho de pai ou mãe ateniense, ser reconhecido pela *phatria* de seu pai, inscrito nos registros cívicos (*dêmos*) e cumprir com as obrigações militares. Assim sendo, a *pólis* era o conjunto dos cidadãos (*politai*), que não se confundiam com a população do território cívico. (THEML, 1988, pp. 38-39)

Fábio Lessa faz um acréscimo quanto aos requisitos esperados deste modelo ideal de cidadão agregando a eles várias virtudes que criavam um conjunto de relações políticas e jurídicas que os diferenciavam dos outros habitantes que compunham a *pólis* ateniense. São eles: força, agilidade, busca pela excelência, praticar esportes, obediência as Leis, coragem, honra, virilidade, participação ativa da vida pública e da política, participação política, casar, ter filhos do sexo masculino, comer o pão e beber o vinho



misturado à água, cultuar os deuses, cuidar dos pais na velhice, lutar na linha de frente de batalha.

Aristóteles, por outro lado, na sua obra *Política*, define, resume e elege a principal característica do cidadão ateniense como sendo *a participação nas decisões da vida pública da pólis*. Para ser mais preciso o desempenho das funções públicas. Com isso, o mesmo autor define que:

A cidadania não resulta do fato de alguém ter o domicílio em certo lugar [...] Um cidadão integral pode ser definido por nada mais nem nada menos que pelo direito de administrar justiça e exercer funções públicas [...] Dizemos que são cidadãos aqueles que podem exercer tais funções públicas. Esta é de um modo geral a definição de cidadão mais adequada a todos aqueles que geralmente são chamados cidadãos. [...] Então o cidadão será necessariamente diferente sob cada forma de constituição, e, portanto, a definição de cidadão que já demos aplica-se especificamente à cidadania em uma democracia; ela pode ser boa sob outras formas de governo, mas não necessariamente. [...] Afirmamos agora que aquele que tem o direito de participar da função deliberativa ou da judicial é um cidadão da comunidade na qual ele tem este direito, e esta comunidade – uma cidade – é uma multidão de pessoas suficientemente numerosa para assegurar uma vida independente na mesma. [...] Na prática, porém, a cidadania é limitada ao filho de cidadãos pelo lado do pai e pelo lado da mãe, e não por um lado só, como no caso do filho apenas do pai cidadão ou apenas de mãe cidadã. (ARISTÓTELES. *Política: III. 1275 ab; 1275 b; 1276 a.*)

Notamos, por meio desta citação, quais eram as exigências feitas tanto idealmente quanto na vida prática destes homens, para que alguém pudesse ser considerado um bom cidadão, comprometido, portanto, com a manutenção do bem comum da *pólis*, tais como: *administrar a justiça, exercer funções públicas, participar da função deliberativa ou da judicial*.

Visualizamos, assim, que este cidadão deveria preocupar-se em ocupar as funções tipicamente administrativas ou de gestão pública da cidade, pois o universo da *pólis*, controlada pelos cidadãos, girava, também, junto à esfera do político.

Além do mais, Aristóteles entendeu que, na Atenas do século V-IV a.C., a ideia de cidadania não estava atrelada ao fato da pessoa residir em determinado território, pois a comunidade poliade era formada por um todo orgânico composto de várias partes que não tinham atribuições e nem direitos iguais. Mas, sim, voltada para ideia de participação política e preocupação com os assuntos da *pólis*. Pois, *a priori*, este



cidadão deveria se preocupar com o bem comum da *pólis*; já que, neste sistema político ateniense – a democracia – o ideal era a participação direta e ativa dos cidadãos na política fazendo-se presentes na Assembleia, votando as leis e as decisões que entrariam em vigor.

Luciano Canfora, em sua definição de cidadão, qualifica que, além da participação nas deliberações da Assembleia, este possuía outro requisito vinculante, a saber: ser um cidadão-guerreiro³. Afirma que: “é cidadão, faz parte de pleno direito da comunidade através da participação nas assembleias deliberativas, quem é capaz de exercer a principal função dos homens adultos livres: a guerra.” (CANFORA, 1992, p.108).

Para ser considerado guerreiro, durante a antiguidade, este deveria dispor dos meios financeiros para prover seu armamento pessoal. O requisito para participação do exército era que o cidadão ateniense tivesse os meios financeiros para custear suas despesas. Para Canfora: “a noção de cidadão-guerreiro identificou-se com a noção de ser rico; detentor de certo rendimento (na maior parte dos casos, fundiários) que desse ao potencial guerreiro a possibilidade de se armar a expensas próprias.” (CANFORA, 1992, pp. 108-109).

Deste modo, a noção do cidadão-guerreiro faz-se um requisito necessário e, até mesmo, uma obrigação que permeia toda a vida moral deste homem, tornando-o um exemplo de virtude e um diferenciador social frente aos seus semelhantes (*isoí*), “na medida em que os homens se reconheciam nos olhos dos outros homens e marcavam suas identidades como cidadão.” (SÁ CODEÇO, 2008, p. 53). Tão forte este sentimento de belicismo, de virtude, de excelência, de *status* e de civilidade, para o modelo ideal de cidadão, que Garlan afirma:

Na vida diária, a guerra é uma preocupação constante para os cidadãos: por isso, participar nela é uma obrigação que, em Atenas, ia desde os dezenove até aos cinquenta e nove anos (até os quarenta e nove anos, no activo, e depois, na reserva); decidir a respeito dela constitui, por toda a parte, a competência mínima das assembleias populares. A todos os níveis e em todos os campos se afirma o predomínio do modelo guerreiro: na vida familiar, o soldado é [...], a

³ A noção de cidadã-guerreiro apresentada é caracterizado pelo novo modelo de combatente: o hoplita. Este tinha os seguintes componentes: grevas, elmo, couraça de bronze e um escudo circular com diâmetro em torno de 80 ou 90 centímetros, feito a bronze ou de uma amálgama de madeira, vimes e peles.



figura central em torno da qual se articulam as relações internas do *oikos*; na vida religiosa, cada uma das divindades do Olimpo é dotada de uma função militar específica; na vida moral, o valor de um homem de bem (*agathòs*), a sua *aretè*, consiste em primeiro lugar na coragem racional que manifesta tanto no seu íntimo, ao lutar contra as paixões mesquinhas, como no campo de batalha onde o aguarda a “bela morte”, a única que tem um significado social. (GARLAN, 1992, pp. 49-50)

Eis o complemento e o ponto principal ideal de um bom cidadão definido por Aristóteles, que afirma que o homem é o único capaz de ser um “animal político”. O único com capacidade de entender e suprir suas necessidades racionalmente. De agir pensando não somente em si, mas no destino de todos. Ou seja, “fazer-se um ser socializado” (TAVEIRA, 2010, p. 30). Esta era a atitude esperada do cidadão ideal: preocupar-se com o destino de toda a comunidade. Nas palavras de Aristóteles:

A cidade é uma criação natural, e que o homem é por natureza um animal social, e um homem que por natureza, e não por mero acidente, não fizesse parte de cidade alguma, seria desprezível ou estaria acima dos deuses (como o “sem clã, sem leis, sem lar” de Homero fala com escárnio, pois ao mesmo tempo ele é ávido por combates), e se poderia compará-lo a uma peça isolada do jogo de gamão. É claro, portanto, que a cidade tem precedência por natureza sobre o indivíduo. De fato, se cada indivíduo isoladamente não é auto-suficiente, conseqüentemente em relação à cidade ele é como as outras partes em relação ao todo, e um homem incapaz de integrar-se numa comunidade, ou seja auto-suficiente a ponto de não ter necessidade de fazê-lo, não é parte de uma cidade, por ser um animal selvagem ou um deus. (ARISTÓTELES. *Política*: I 1253 a).

Viver na comunidade e para a comunidade era o bem maior. A forma mais justa para o homem político e, também, para o modelo ideal de cidadão. A cidade formava um todo organizado, “um *cosmos*, que se torna harmonioso se cada um de seus componentes está em seu lugar e possui a porção de poder que lhe cabe em função de sua própria virtude.” (VERNANT, 2009, p. 98).

Assim, toda e qualquer ação que estivesse em desconexão com este princípio – supremacia do interesse público sobre o privado - podia soar frente aos outros membros da comunidade ateniense como uma tentativa de implantação da tirania; logo, como um ataque à democracia. Estes assuntos de âmbito público nunca deveriam ser confundidos com o da vida privada e, muito menos, ter importância secundária.



Outros requisitos eram exigidos em complemento a definição do modelo ideal de cidadão. Tais características são apontadas por Aristóteles na *Ética à Nicômaco*, como sendo: a temperança (*sophrosýne*), a bondade (*praótes*), a liberdade (*eleutheriotes*), a verdade (*alétheia*), a reserva (*aidós*), a justa indignação (*gémesis*), a amizade e o amor (*philia*), a piedade (*eusébeia*) e a disciplina (*eutaxia*), a honra (*time*) e a honestidade (*agathón*), a coragem, ao saber, a faculdade de opinar, a sabedoria, o conhecimento, a inteligência, entre outros. Todas estas características seriam, portanto, os pilares de uma vida digna e feliz do cidadão no interior da *pólis* e que representam a justa medida, o equilíbrio buscado por uma sociedade que pautava sua conduta entre os valores de honra e vergonha.

Esses valores podem ser resumidos da seguinte forma: a coragem seria o meio termo ou a justa medida entre o medo e a temeridade; a temperança entre do desregramento e a insensibilidade; a bondade entre a cólera e a apatia; a verdade, entre falso e realidade; a reserva, entre a timidez e o descomedimento; a justa indignação entre a inveja e a aversão; a amizade e o amor consistiam no equilíbrio entre as relações afetivas entre si e com os outros; a capacidade de opinar era uma técnica presente em virtude da prudência; o conhecimento era classificado em três vertentes: inteligência, demonstração e sabedoria. Ou, como fala Vernant:

A dignidade do comportamento tem uma significação institucional; exterioriza uma atitude moral, uma forma psicológica, que se impõem como obrigações: o futuro cidadão deve ser exercitado em dominar suas paixões, suas emoções e seus instintos. [...] A *sophrosyne* submete assim cada indivíduo, em suas relações com outrem, a um modelo comum conforme a imagem que a cidade se faz do “homem político”. Por seu comedimento, o comportamento do cidadão afasta-se tanto da negligência, das trivialidades grotescas próprias do vulgo quanto da condescendência, da arrogância altiva dos aristocratas. O novo estilo das relações humanas obedece às mesmas normas de controle, de equilíbrio, de moderação que traduzem as sentenças como “conhece-te a ti mesmo”, “nada em excesso”, “a justa medida é o melhor”. (VERNANT, 2009, pp. 96-97).

As virtudes do cidadão, elencadas acima, tinham o intuito de garantir o equilíbrio interno da *pólis*; evitando, desta forma, a desmedida (*hybris*), que rompia com a ordem vigente e causava a contaminação (*miasma*)⁴ ou difusão de valores prejudiciais ao bom

⁴ A contaminação tem a ver com a ideia de culpa que incide sobre o culpado em forma de castigo divino que é difundido entre todos que o cercam, tanto espacialmente quanto temporalmente. Tal ideia exprime,



convívio social dos cidadãos e que, por esta razão, deveriam ser contidas pelas leis – uma boa constituição – ou pelos ritos religiosos, neste caso, a purificação (*kàtharsis*)⁵ de todo *corpus* social. Portanto,

Estas regras de conduta estabeleciam uma relação social de honra, cuja sanção se materializava na vergonha e na exclusão social. Honra (*time*) e vergonha (*aidós/aischós*) regulavam o comportamento coletivo. Estes foram dois aspectos que norteavam a valorização da conduta social e definiam o que era bem social. Grande parte dos valores tutelados pela *pólis* adivinham dos costumes, da tradição e da religião [...] A honra ativava a necessidade diária de condutas que, indiretamente, reproduziam a ordem *poliade*. [...] Essa regras expressavam uma série de normas morais e religiosas que se ligavam diretamente à consciência do homem, o qual controlava seu comportamento e se autopunia pelo receio do constrangimento de seu grupo, pela perda de seu *status*, ou mesmo, da sua morte social. Estas normas referiam-se a relações quotidianas e fundamentais da sociedade tais como, por exemplo: o respeito e proteção aos pais; o reconhecimento por um favor concedido, isto é, manter a confiança (*psítis*) do amigo; o respeito aos deuses, a piedade (*eusébia*); o respeito ao hóspede; a prática da hospitalidade; a proibição de fazer mal a um homem, mesmo criminoso, que se refugiasse num altar; não atacar um arauto, um “embaixador” ou um suplicante; não violar um juramento, num contrato privado; não matar em combate aquele que se rendesse; sepultar os mortos; ser moderado em suas ações (*sophrosýne*) e obedecer as leis da *polis*. (THEML, 1988, pp. 45-46).

Entre todas estas características pertinentes ao cidadão ideal, Aristóteles, na *Política*, destaca a *bondade* e a *obediência* como sendo o principal atributo para ser considerado um bom cidadão. Pela primeira, “deve relacionar-se necessariamente com a constituição da cidade à qual ele pertence.” (ARISTÓTELES. *Política*. III. 1277 a.). Prossegue dizendo que “ao falar de um homem bom queremos dizer que ele possui uma

segundo Mario Vegetti, “a sujidade, a imundície, a mácula de quem vive sob ou fora das normas impostas pela sua comunidade social, e revelando-se, em sentido próprio, nas mãos sujas de sangue do homicida, nas chagas que cobrem o corpo de quem, segundo se pensa, sofre o castigo divino. É claro que a sujidade material das origens tende a depois a moralizar-se, convertendo-se numa metáfora da culpa e da maldição divina. Quem está infectado não pode se aproximar-se do sagrado nas práticas rituais, e deve ser banido da comunidade que, de outro modo, corre o risco de ser contagiada.” (VEGETTI, 1994, p.236).

⁵ A noção de *kàtharsis* – purificação – tem origens também materiais. Nas palavras de Vegetti, “trata-se essencialmente de uma ablução efectuada com água (mais raramente de uma fumigação): visa reconduzir o indivíduo sujo, impuro, ao nível de limpeza, portanto, de pureza, exigido pela sua civilização. A ablução purificadora efectuar-se-á em todos os casos em que ocorram, mesmo sem a existência de qualquer culpa, fenómenos potencialmente contaminados, como o nascimento, a morte, o sexo, a doença.” (VEGETTI, 1994, p.236).



bondade única, a bondade perfeita...” (ARISTÓTELES. *Política*. III. 1277 a.). Desta forma, a organização do cosmo poliade buscou desenvolver:

No cidadão, uma série de valores que o tornavam reprodutor da ordem sóciopolítica. Isto se fazia pela valorização da coisa pública acima dos interesses individuais. Para isso, o Estado promovia uma série de atividades, como: festivais, jogos, teatro, culto oficial e lugares públicos cujos edifícios representavam a ideologia da *autarkeia* do Estado, a harmonia, o equilíbrio e a medida. O homem vivenciava e via a presença da *pólis*. Os espaços físico e social construídos no sistema *poliade* representavam a relação tensional e complementar entre indivíduo-sujeito e o público. (THEML, 1988, pp. 63-64).

Ser cidadão na sua mais perfeita qualidade pressupõe que este, para a sua ação perfeita, deve “ser capaz de mandar e obedecer igualmente bem. [...] o bom cidadão deve ter os conhecimentos e a capacidade indispensável tanto para ser governado quanto para governar.” (ARISTÓTELES. *Política*. III. 1277 a.).

Será possível que todos os homens que vivem na cidade e que participam da vida política da *pólis* são iguais? Será que todos eles são necessariamente bons? Aristóteles nos responde que:

É impossível que uma cidade seja inteiramente composta de homens bons, e se cada pessoa deve necessariamente executar bem a tarefa inerente à sua função (isto só é possível graças à excelência de cada um), a bondade de um bom cidadão não seria a mesma bondade de um homem bom; realmente todos devem possuir a bondade de um bom cidadão (esta é uma condição indispensável para que uma cidade seja a melhor possível), mas é impossível que todos possuam a bondade de um homem bom, se não é necessário que todos os cidadãos sejam homens bons em uma cidade boa. E uma cidade que é constituída de pessoas dissimilares segue necessariamente que a bondade de todos os cidadãos não é uma só [...] estas considerações demonstram que a bondade de um bom cidadão e de um homem bom não são geralmente a mesma bondade. (ARISTÓTELES. *Política*: III. 1277 a.)

Ser cidadão na sua mais perfeita qualidade envolve, por outro lado, algo mais que a bondade. O cidadão por excelência deve possuir dois outros requisitos vinculantes para a sua ação perfeita, pois “parece que a excelência do cidadão consiste em ser capaz de mandar e obedecer igualmente bem [...] o bom cidadão deve ter os conhecimentos e a capacidade indispensável tanto para ser governado quanto para governar” (ARISTÓTELES. *Política*: III. 1277 a.).



Portanto, a construção dos ideais democráticos e seus eixos, como o surgimento das Assembleias, a definição do cidadão ideal, o interesse pelo bem comum da *pólis*, todos estes aspectos tinham como intuito a criação de uma estrutura idealizada de valorização da cultura grega, entenda-se de Atenas. Também, para este homem grego não bastava somente ser livre e ter o atributo da cidadania, mas, sim, a participação ativa nos problemas da *pólis*. Essa era a conduta esperada tanto idealmente quanto na vida cotidiana. No entanto, isto nem sempre condizia com a realidade propriamente dita na cidade ateniense.

Como complemento a esta definição do cidadão ideal, Aristóteles acrescenta que somente é digno deste direito – a cidadania –aquele que é *livre do trabalho laboral*:

Com efeito, é verdade que nem todas as pessoas indispensáveis à existência de uma cidade devem ser contadas entre os cidadãos, porquanto os próprios filhos dos cidadãos não são cidadãos no mesmo sentido que os adultos: estes são cidadãos de maneira absoluta, enquanto aqueles são cidadãos presuntivos (são cidadãos, mas incompletos) [...] Logo, a melhor forma de cidade não deveria admitir os artifícios entre os cidadãos; se forem admitidos, nossa definição das qualidades do cidadão não se aplicará a cada cidadão nem a cada homem livre como tal, mas somente àqueles isentos das atividades servis. (ARISTÓTELES. *Política*: III. 1278 a.)

Deste modo, não era considerado digno que um cidadão exercesse funções manuais, ficando estas relegadas a dois principais grupos: os metecos e, principalmente, os *escravos*. Em tese, eram estes dois segmentos sociais que exerciam tais atividades; já que, para os atenienses as atividades mais importantes estavam relacionadas à política, ao estudo filosófico e aos exercícios atléticos.

Afirma Xenofonte, negando o trabalho manual para os cidadãos que estes deveriam se dedicar, única e exclusivamente, aos ofícios tidos como bem supremo, que seriam: a prática da política, em sua acepção ampla e a arte da guerra, como sendo as coisas dignas do verdadeiro cidadão, deixando o restante dos trabalhos àqueles que realmente deveriam dispor dele, como os metecos e os escravos, que:

Os ofícios chamados artesanais estão desacreditados e é natural que sejam desprezados nas cidades. Arruinam o corpo dos operários que os exercem e o corpo dos que os dirigem, obrigando-os a levar uma vida caseira, sentados à sombra das suas oficinas e a passar, por vezes, todo o dia perto do fogo. Ainda por cima, esses ofícios chamados



artesanais não lhes deixam nenhum tempo livre para se ocuparem dos amigos e da cidade: de forma que quem exerce tais ofícios parece um indivíduo mesquinho quer nas relações com os amigos quer na ajuda prestada à pátria. Por isso, em algumas cidades, e em especial nas que são tidas por guerreiras, chega-se mesmo a proibir que os cidadãos exerçam os ofícios artesanais. (MOSSÉ *Apud* Xenofonte, 1992, p.30).

Portanto, objetivamos ao longo deste trabalho refletir sobre os aspectos que, de forma ideal, alimentavam a construção da cidadania ateniense. Observamos que a ideia de cidadania, na Antiguidade e, em especial, na Atenas do período Clássico, era um conceito formado por vários requisitos que vinculavam e, também, definia quem exerceria tal direito. Além disso, todas as virtudes exigidas, em sua acepção ideal, de certa forma, eram cobradas na vida cotidiana e privada destes homens e que, somente nos momentos de extrema necessidade, este direito poderia ser expandido aos outros, que não os filhos dos filhos de Atenas.

A obediência a todos estes requisitos vinculantes, na definição do que seria um cidadão, criava a ideia de um ser virtuoso e ideal que serviria de exemplo aos outros e, ao mesmo tempo, distinguia este grupo restrito dos outros habitantes da *pólis*. Criava-se, deste modo, uma superioridade de um grupo minoritário, que estava no comando das decisões políticas, frente aos outros integrantes da comunidade poliade – ou seja, os que não detinham o direito de ser cidadão.

Em suma, a *pólis* junto com seus habitantes devia formar um todo harmonioso, que garantisse o equilíbrio interno para a valorização e difusão das virtudes de um bom cidadão e, concomitantemente, de uma boa cidade. Evita-se, portanto, a desestruturação do equilíbrio da mesma.

FONTES

Aristóteles. *Ética a Nicômaco*. Trad. de Mário da Gama Kury. 2º ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, c. 1985, 1992.

_____. *Política*. Trad. de Márcio da Gama Kury. 2º Ed. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1988.



BIBLIOGRAFIA

CANFORA, Luciano. *O cidadão*. IN: VERNANT, Jean P. *O Homem Grego*. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 1º ed. Editorial Presença, Lisboa, 1994.

FINLEY, Moses I. *Democracia Antiga e Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GARLAN, Yvon. *O homem e a Guerra*. IN: VERNANT, Jean P. *O Homem Grego*. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 1º ed. Editorial Presença, Lisboa, 1994.

MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia*. Tradução de João Batista da Costa – 3º ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

_____. *O homem e a economia*. IN: VERNANT, Jean P. *O Homem Grego*. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 1º ed. Editorial Presença, Lisboa, 1994.

SÁ CODEÇO, Vanessa Ferreira de. *Modelo de cidadania e modelo de: A Paidéia idealizada pelos filósofos*. IN: www.gaialhia.kit.net/artigos/artigos003_2008_2.pdf. Acesso em 10/09/2011.

SOARES, Fábio Augusto Morales. *A Democracia Ateniense pelo Averso: Os metecos e a política nos discursos de Lísias*. IN: <http://www.teses.usp.br/teses> Acesso em 23/11/2011.

SOUZA, Maria Angélica Rodrigues de. *Mélissa: gerenciamento, complementaridade e transgressão na Atenas Clássica*. IN: www.gaia.kit.net/artigos/mariaangelica2002.pdf Acesso 02/10/2011.

TAVEIRA, Daniel Teixeira. *Um Ambiente Discursivo: Reflexões sobre a rede de relações entre cidadãos e não-cidadãos na Atenas Clássica e sua Produção Discursiva*. IN: www.gaia.kit.net/artigos_2010_2/artigo002_2010_2.pdf.

THEML, Neyde. *Público e privado na Grécia do VIIIº ao IVº séc. a.C.: O modelo Ateniense*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1988.

VEGETTI, Mario. *O Homem e os Deuses*. IN: VERNANT, Jean P. *O Homem Grego*. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 1º ed. Editorial Presença, Lisboa, 1994.

MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia*. Tradução de João Batista da Costa – 3º ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

VERNANT, J - P. (Org). *O Homem Grego*. Lisboa: Estampa, 1992

_____. *As Origens do Pensamento Grego*. Tradução de Íses Borges B. Fonseca – 18º Ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.





Plutarco e a Romanização da Grécia: Perspectivas Historiográficas

Gregory da Silva Balthazar¹

Submetido em Agosto/2012

Aceito em Novembro/2012

RESUMO:

Que Roma teve um dos maiores impérios do qual se tem notícia é um fato bem documentado, mas, como puderam, habilmente, manter um império tão vasto que durou séculos em aparente harmonia? A partir do conceito de romanização, é recorrente a defesa, por parte da historiografia moderna, de que autores gregos do período início do principado, do qual Plutarco fez parte, escreveram somente para a divulgação e a manutenção da política imperial. Contudo, alguns estudiosos passaram a empregar, recentemente, a teoria foucaultiana sobre a resistência cultural, demonstrando o quanto a análise da romanização tornou-se insuficiente no caso de Plutarco, uma vez que o intuito desse autor é demonstrar a contribuição grega na formação do Império. Nesse artigo discutiremos a respeito da trajetória dos debates sobre os escritos de Plutarco e sua relação com o Império romano.

Palavras-Chaves:

Historiografia; Plutarco; Romanização; Resistência; Roma Antiga.

ABSTRACT:

That Rome had one of the biggest empires we know of is a well-documented fact, but, how they could adroitly keep such vast empire that lasted out for centuries in apparent harmony? As from the concept of Romanization, modern historiography repeatedly argued that Greek authors of the beginning of the Empire, as Plutarch, wrote only for the dissemination and maintenance of imperial policy. However, some researchers began to employ recently the Foucault's theory of cultural resistance, showing how the analysis of Romanization became insufficient in the case of Plutarch, considering that his aim is to demonstrate the Greek contribution to the formation of the Empire. In this article, we discourse regarding the path of the debates about the Plutarch's writings and his relationship with the Roman Empire.

Key Words:

Historiography; Plutarch; Romanization; Resistance; Roman History.

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná. Membro da **Comissão de Estudos e Jornadas de História Antiga** (PUCRS) e dos Grupos de Pesquisas **Antiguidade e Modernidade: Usos do Passado** (UFPR/UNIFESP) e **Gênero, Sexualidade e Sociedades** (USC) E-mail: gsbalthazar@gmail.com



Introdução

A historiadora Joan Scott (1990, p. 14) pontuou, ao assumir uma posição teórica pós-estruturalista, a necessidade de substituir a noção de um poder socialmente unificado, coerente e centralizado, então vigente na escrita histórica, por uma postura mais próxima do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais, constituídas pelos discursos de forças sociais.

Logo, as ideias de Michel Foucault (2007, p. 179) permitiram transtornar uma ideia formal de poder, enseada em concepções de centralidade e posse, para uma noção de redes de poderes, que são exercidos de diferentes formas, lugares e direções da sociedade, ou seja, no entendimento foucaultiano, o poder não se encontra localizado em um lugar específico da estrutura social, pois existem múltiplas relações de poder em um dado corpo social, que são derivados e se estabelecem a partir de um discurso. Em sua obra *Vigiar e Punir*, Michel Foucault definiu:

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que se seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que se apodera de um domínio. Temos, em suma, de admitir que esse poder se exerce mais do que se possui, que não é ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados (2004, p. 26).

No contexto desse referencial, intelectuais de diferentes áreas passaram a problematizar a concepção se que um polo exerce poder de maneira estável sobre outro. No âmbito dos estudos clássicos, por exemplo, as últimas décadas foram marcadas por reflexões sobre as relações de poder experienciadas entre o Império romano e suas províncias, como tem sido o caso das/os comentaristas de Plutarco. Assim definido, objetivamos, no presente estudo, compreender as diferentes posições das/os estudiosas/os acerca da relação entre Plutarco e Roma, ou melhor, entre um homem grego sob o domínio imperial romano.



A Vida de um Grego no Império

Plutarco, autor de cerca de cinquenta biografias de ilustres homens gregos e romanos, não nos relegou nenhum trabalho sobre sua vida. Christopher Jones (1971, p. 13), por exemplo, observou como a história de vida desse autor pode apenas ser conhecida por pequenas pistas diluídas ao longo de sua obra, logo, devido a estes poucos registros, não foi possível ainda realizar uma reconstituição completa sobre sua vida ou mesmo uma datação precisa.

Plutarco nasceu, provavelmente, em meados dos anos quarenta a.e.c.² em Queroneia, localizada na região grega da Beócia, situada entre os golfos de Eubeia e de Corinto. Essa pequena cidade da parte oriental do território grego também ficou conhecida por ter sido o palco da batalha final entre os helenos e os exércitos do rei Filipe da Macedônia, no século quinto a.e.c. Segundo C. J. Gianakaris (1970, p. 22), Plutarco foi filho de uma rica família beócia, que por gerações ocupou posições cívicas de autoridade na região de Queroneia. Além disso, o autor definiu como este filho de Autóbulus e irmão de Lâmprias e Timom, graças à riqueza proveniente da terra, pode, por volta dos dezessete anos, ir à Atenas buscar sua formação em um rico currículo humanista, a saber, a retórica, a física, a matemática, a ciências naturais, a medicina e, principalmente, a filosofia (GIANAKARIS, 1970, p. 22-23).

A historiadora Maria Aparecida de Oliveira Silva (2006b, p. 26) expôs, nesse contexto, como Plutarco, ao se mudar para Atenas, um dos principais centros intelectuais do mundo antigo, tornou-se discípulo de Amônio de Lamptra, filósofo egípcio ligado à escola platônica; definindo assim como o biógrafo beócio teve sua produção intelectual fortemente marcada pelos ensinamentos de seu mestre, isto é, Plutarco tomou o pensamento platônico como sua principal referência. A plutarquista afirmou, ainda, que Plutarco, após seus estudos na cidade ática, realizou viagens pela Grécia, Sicília, Ásia Menor e Alexandria com o objetivo de enriquecer seus

² As terminologias *antes da era comum* (a.e.c.) e *era comum* (e.c.) vêm sendo empregadas em diversos estudos, especialmente os de língua inglesa, como uma forma de substituição das nomenclaturas *antes de Cristo* e *depois de Cristo*, uma vez que, enquanto uma ferramenta pedagógica, muitas vezes concebida como algo pré-dado, normatiza nosso olhar a partir de uma concepção religiosa, ou seja, este tipo de datação é um processo educativo que regula nossa forma de pensar o passado.



conhecimentos; no ano 68 a.e.c., entre tanto, voltou para sua terra natal onde constituiu família, escreveu suas obras, visitou inúmeras vezes Roma, assumiu cargos políticos e se dedicou por vinte anos ao sacerdócio em Delfos (SILVA, 2006b, p. 26-27). Nesse contexto, Christopher Jones apresentou uma divisão convencional da vida de Plutarco em três períodos distintos da história romana:

O período de formação, referente à sua juventude e educação, recai aproximadamente sob Nero; o de sua maturidade (o menos conhecido) sob os Flávios; e sua velhice, período em que escreveu a maioria de suas obras sobreviventes, sob Nerva e seus sucessores (1971, p. 13).

De fato, apesar de ser um homem grego, Plutarco viveu sob a égide do domínio imperial romano, sobrevivendo a vários imperadores, de Nero a Adriano. De tal modo, à época do nascimento do intelectual grego, a Grécia já havia experimentado mais de dois séculos de domínio romano. Para Maria Aparecida de Oliveira Silva (2006b, p. 27), neste contexto vivenciado por Plutarco, entre o primeiro e segundo século e.c., chamado de *felicitas temporum*, os domínios romanos gozaram de uma relativa tranquilidade militar, o que permitiu o fomento à produção intelectual tornar-se um hábito da realeza romana, ou seja, essa política pacifista experimentada no Mediterrâneo antigo oportunizou a Plutarco ministrar palestras às classes abastadas da *urbs* romana.

Nesse sentido, seu renome enquanto intelectual lhe proporcionou amizades com romanos politicamente importantes, como o cônsul Mestrio Floro que obteve a cidadania romana para Plutarco, provavelmente junto ao imperador Vespasiano. De fato, ³ a importância de Plutarco enquanto intelectual foi reconhecida pelo poder imperial, rendendo-lhe, no governo de Trajano, diferentes cargos políticos, a saber, procurador, embaixador e procônsul (JONES, 1970, p. 28-30; 43). “Em 125 d.C., Plutarco pagou um óbolo ao barqueiro Caronte e navegou tranquilo nas turvas águas do rio Aqueronte, em direção ao Hades” (SILVA, 2006b, p. 28).

Plutarco nasceu e viveu em um mundo dominado por Roma, que, ao mesmo tempo em que centrou o poder governamental para si, apoiou as classes abastadas em

³ Como Maria Aparecida de Oliveira Silva (2006, p. 27) observou, Plutarco adotou em homenagem a seu amigo o nome Mestrius Plutarco, mas não há como afirmar qual Imperador lhe concedeu o título de cidadão romano em virtude do desconhecimento das/os estudiosas/os sobre o período preciso em que Mestrio Floro foi cônsul.



suas próprias cidades (JONES, 1971, p. 43-44). De fato, segundo Christopher Jones (1971, p. 20), Plutarco manteve relações de diferentes ordens com Roma: como diplomata representante de Queroneia, como amigo de romanos pertencentes à elite e, também, enquanto filósofo.

Roma demonstrou, nessa premissa, uma importante capacidade de manter uma forte unidade política, ao mesmo tempo em que preservou um caráter multi-étnico e multi-cultural, com a absorção de parte da cultura grega pela romana (GUARINELLO, 2006, p. 17-18). Esse empreendimento da política romana contou com a cooptação de intelectuais gregos a serviço do Império, com vistas a uma manutenção e divulgação do poder imperial; por muito tempo, a historiografia entendeu Plutarco como membro pertencente a esse grupo de intelectuais que apoiaram a política imperial, mediante o seu alinhamento ideológico com o imperador (SILVA, 2007, p. 31). Assim, muitos estudiosas/os colocaram Plutarco em um grande *balaio* da historiografia laudatória romana, ideia defendida por muitas/os especialistas e não especialistas.⁴

Essa concepção esteve vinculada a uma preocupação maior de explicar como a expansão do Império romano teria levado a uma série de mudanças socioculturais nas províncias e, finalmente, à absorção da cultura e da identidade romana, a saber, a *romanização*. O arqueólogo Richard Hingley (2010, p. 33-34) evidenciou como este conceito foi um produto moderno, estando vinculado com as concepções de *progresso* e *desenvolvimento* próprios do século XIX e do início do XX.

A historiadora Renata Garraffoni (2005, p. 87) enfatizou, ao cotejar o pensamento de intelectuais pós-coloniais e pós-estruturalistas, que a romanização era, inicialmente, um conceito linear, teleológico e profundamente vinculado à visão inglesa imperialista, ou seja, na base argumentativa da ideia de romanização encontra-se um uso amplo das imagens do Império romano, que foram apropriados para definir a identidade britânica e sua missão civilizadora. Então, para a autora:

⁴ Philip Tétart (2000, p. 24), dentro dessa ideia de uma historiografia romana laudatória, colocou como: “Lacunar e às vezes imprecisa ou evasiva no plano dos fatos históricos, Clio romana não é uma ciência. (...), é um pensamento superficial enaltecendo as virtudes romanas no plano moral e político. Pois o objetivo da maioria dos historiadores é impedir o desmoronamento moral de Roma”.



Em outras palavras, há uma transposição de valores ingleses para o passado romano, isto é, acreditava-se que os ingleses herdavam dos romanos, via descendência bretã, a missão de civilizar povos bárbaros no mundo. Assim como havia uma definição binária inglês/não civilizados, historiadores modernos transpuseram para uma noção que ainda resiste na historiografia; a ideia da oposição romano/bárbaro (GARRAFFONI, 2005, p. 87).

No caso específico da Grécia, Renato Pinto (2007, p. 230) mencionou como, apesar de ser concebida como modelo, as/os historiadoras/es, defensoras/es da romanização, pautadas/os nos escritos latinos, evidenciaram como a Hélade esteve indisciplinada/incivilizada no final do período republicano, ou seja, embora a ideia de civilidade tenha sido concebida na Grécia, coube aos romanos levá-la e difundi-la ao resto do mundo, pois o papel de Roma foi o de governar para promover condições que levariam à plena realização dos povos, tornando-os civilizados.

Essas concepções sobre romanização, problematizadas pelas/os autoras/es ora citadas/os, demonstram como a ideia cristalizada, de uma cultura romana superior transmitida aos povos bárbaros com o objetivo de lhes levar a civilização, foi um fruto da política expansionista inglesa do século XIX. Logo, “essa postura em que a cultura romana é apresentada sob um prisma monolítico obscurece a heterogeneidade que envolve a negociação de poder e identidade” (GARRAFFONI, 2005, p. 88).

Richard Hingley (2010, p. 39) problematizou, nesse contexto, a concepção dos estudos romanos que argumentaram como as províncias, assim que conquistadas e pacificadas, raramente demonstraram oposições ao controle romano, uma ideia que, de maneira geral, foi furto da impressão que as fontes literárias deixaram em nossas cabeças. O autor destacou, portanto, como essa historiografia, vinculada ao conceito de romanização, considerou como, afora pontuais revoltas no início do principado, as províncias se estabeleceram pacificamente enquanto territórios pró-romanos. Ao se aproximar da concepção foucaultiana de poder, anteriormente mencionada, Richard Hingley percebeu que as formas de resistência podem ser sutis e não claramente manifestas, o que o levou ao entendimento de que:

A maioria dos indivíduos dentro de uma sociedade é capaz de dominar outros, e todos os indivíduos são, eles próprios, dominados. Por isso, a elite nativa tribal provavelmente não deve, apenas, ter adotado novos conceitos a fim de simbolizar suas relações com aqueles que



dominaram ou desejaram dominar; eles podem, além disso, ter reagido a outros pelos quais eles eram dominados.

(...)

É evidente que os indivíduos tinham a sua disposição escolhas variadas na resposta à situação imperial. A conquista ofereceu novas oportunidades para alguns membros da elite no tocante à dominação e ao controle social, mas deve ter representado uma ameaça à liberdade e à segurança de alguns produtos agrícolas. Por outro lado, alguns membros da elite podem, por vezes, ter se sentido ameaçados pelas mudanças sociais e o exército romano, sem dúvida, ter proporcionado, para alguns homens nativos, uma válvula de escape ao penoso trabalho na agricultura (HINGLEY, 2010, p. 40-41).

A concepção de resistência, então, surge como uma forma de problematizar a homogeneidade do discurso de romanização, ou seja, ao se alinharem à concepção de poder foucaultiana, passou-se a conceber que:

(...) onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) essa nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. (...) Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, *um* lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. . Mas sim resistências no plural, que são casos únicos (...). As resistências não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos; mas não é por isso que sejam ilusão, ou promessa necessariamente desrespeitada. Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irreduzível (FOUCAULT, 2009, p. 106).

Portanto, para Michel Foucault sempre há espaço para resistência, pois, caso contrário, não há uma relação de poder e, sim, de violência, ideia que vai de encontro à noção de *pax romana* presente na teoria de romanização. É nesse ensejo que estudiosas/os têm repensado a obra plutarquiana, especialmente o caráter político de sua escrita. Assim, essa historiografia destacou a existência de um caráter de resistência no discurso plutarquiano e de uma revalorização da cultura grega no Império. Tendo essas questões em mente, realizaremos um debate sobre essas duas perspectivas sobre a obra plutarquiana: a primeira, ligada à teoria de romanização, identificou o discurso do biógrafo como laudatório à política romana; no segundo, ao questionar essa visão generalizante de um discurso “comprado” pelo Império e (extremamente presente na escrita egiptológica sobre Cleópatra) e da possibilidade de resistência nas relações de



poder, primou pelo entendimento das subjetividades do próprio intelectual presente nas linhas de seus inúmeros trabalhos.

Plutarco: Passividade ou Resistência Grega no Império?

O caráter plural da vida intelectual e artística do Império romano refletiu a complexa estrutura social, política e cultural vivenciada na Roma antiga, que, segundo o historiador Norberto Luiz Guarinello (2009, p. 148), “(...) representou uma experiência histórica concreta de unificação de diferentes povos e culturas, sob a égide de um poder centralizado, mas que mantiveram durante séculos suas identidades próprias e separadas”. Inferimos, assim, como o Império romano não representou um corpo social homogêneo em si, mas, devido à sua política expansionista, circunscreveu uma pluralidade de experiências socioculturais.

Com objetivo de reprimir o potencial desagregador presente em seu caráter multifacetado, o Império investiu, com o auxílio de suas elites, na construção e valorização político-cultural das identidades grega e romana (GUARINELLO, 2009, p. 152). Deste modo, a centralidade política romana esteve principalmente vinculada a uma divisão dos territórios do Império em duas áreas linguístico-culturais, dotadas de prestígio social e de eficácia político administrativa: na parte ocidental do Império houve um amplo processo de criação de uma identidade romana, pautada na difusão do latim, na construção de uma história comum e na adoção de hábitos e costumes romanos; na parte oriental do território imperial, Roma encontrou e preservou uma difundida tradição grega que atuou por meio de um sistema cultural de intercâmbio, como uma cultura franca que permitiu o contato entre povos e pessoas com substratos culturais próprios, aos quais se sobrepunham sem anulá-los (GUARINELLO, 2009, p. 153-154).

Nesse sentido, essas duas grandes construções culturais auxiliaram a manter unido o mosaico étnico do Império, um instrumento para construir e gerenciar uma identidade imperial que legitimou a posição do imperador e a supremacia das elites nas diferentes cidades do território romano. Estes fatos evidenciaram, no entender do autor supracitado, como a criação, manutenção e afirmação de identidades foram de



importância crucial para a manutenção da política e unidade imperial (GUARINELLO, 2009, p. 152).

Desse modo, a cultura grega se tornou um instrumento eficiente para a manutenção da ordem imperial, principalmente porque esteve bastante difundida entre as elites das diferentes sociedades sobre a égide romana. Por este fato, a conservação da tradição grega foi amplamente incentivada pelo poder imperial, principalmente a partir do segundo século e.c. Como exemplo dessa política romana, a historiadora Rebecca Preston (2001, p. 86-87) demonstrou como o imperador Adriano incentivou o chamado *philhellenismo*⁵ com vistas a reforçar e promover o poder político romano, como na formação do pan-helenismo.⁶

É justamente a partir desse contexto, como já mencionado, que algumas/ns estudiosas/os reforçam a teoria de dominação cultural e política dos romanos sobre um grupo de intelectuais provenientes das elites gregas e pertencentes ao movimento literário conhecido como Segunda Sofística. A historiadora Deise Zandoná (2008) identificou essa terminologia como uma identidade arbitrária para um fenômeno cultural e intelectual que floresceu no início do Império romano, agrupando, sob uma mesma alcunha, diversos intelectuais que retomaram a tradição cultural grega por meio de artifícios retóricos, o que conferiu aos seus discursos estilo e verossimilhança. Assim, o termo serviu para denominar as atividades de um grupo de oradores gregos profissionais e foi cunhado no início do terceiro século antes da nossa era pelo sofista ateniense Filóstrato, cujo prefácio de sua *Vida dos Sofistas* trouxe como “devemos considerar a arte sofística como retórica filosófica” (Livro I, 480)⁷ e também demonstrou como a Segunda Sofística não se tratou de um repetição do primeiro movimento sofista:

⁵ O *philhellenismo*/φιλελληνισμός tem sua origem no termo grego φιλέλλην, que significa ter sentimentos amigáveis para com os helenos, uma admiração pela cultura grega. Contudo, como aponta Loukia Droulia (2007), a adição do “ismo” ocorreu no século XIX e adquire um significado de “amor pela cultura grega”. Pensamos, por meio da leitura do texto do autor acima citado, que o uso o termo *philhellenismo* foi tomado para dar significado aos usos da cultura dos gregos antigos, como a renascença e, no caso do presente estudo, a valorização da cultura grega pelo Império romano.

⁶ O pan-helenismo congregou cidades de todo o Mediterrâneo oriental em uma liga, desde que comprovassem ao imperador sua origem grega (mesmo que mitológica); contou com a instauração, em Atenas, com subvenção imperial, de escolas de filosofia grega que permaneceriam atuantes até a antiguidade tardia; e, por fim, os privilégios legais concedidos aos chamados “gregos” frente aos demais habitantes das províncias (GUARINELLO, 2009, p. 154).

⁷A tradução segue conforme proposta por Wilmer Cave France Wright, publicada pela William Heinemann e Putnam’s Sons em 1922.



A antiga sofística, mesmo quando propôs temas filosóficos, usados para discuti-los de forma difusa e prolongada; discorria sobre a coragem, discorria sobre a justiça, sobre os heróis e os deuses, e como o universo foi formado em sua presente forma. Mas a sofística que a seguiu, que não devemos chamar de nova, pois é antiga, mas de segunda, esboçou os tipos do homem pobre e rico, dos príncipes e tiranos, e manipulou argumentos que são relativos a temas definidos e especiais, para os quais a história mostra o caminho. Górgias de Leontino fundou a forma mais velha na Tessália, e Ésquines, filho de Atrometo, fundou a segunda, depois que foi exilado da vida política em Atenas e tornou-se conhecido na Cária e em Rodes; e os seguidores de Ésquines manusearam seus temas de acordo com as regras da arte, enquanto os seguidores de Górgias o fizeram como bem entenderam. (Livro I, 481).

A partir dessa definição filóstratiana, a historiografia, como já ressaltado, entendeu que a Segunda Sofística teve seu tópos na retórica. Neste cerne, Deise Zandoná (2010, p. 95-96) percebeu a Segunda Sofística como um movimento de intelectuais gregos, do qual Plutarco fez parte, que oscilaram entre a leitura e os ensinamentos da tradição cultural grega e a preservação de posições de influência nos círculos políticos no Império romano, isto é, promoveria a convivência com o poder romano. Logo, essa linha de pensamento argumentou, a partir da teoria da romanização, pelo pertencimento de Plutarco a uma elite intelectual grega que adotou e identificou-se com símbolos romanos, tendo como objetivo primeiro a manutenção de sua posição social.⁸

O autor Jan Maarten Bremer (2005, p. 257) enfatizou, dentro dessa corrente, como os gregos haviam aprendido a viver, nos dias de Plutarco, com a realidade do domínio romano, não o considerando como algo desagradável, pois lhes garantiam paz e prosperidade. Portanto, o filólogo elencou quatro pontos para Plutarco ter construído as *Vidas* dos generais romanos Caio Flaminio e Emílio Paulo quase como hagiografias (biografia de santos), ou seja, cheias de admiração por estes dois romanos: a primeira razão foi que Plutarco considerou ambos os romanos homens de elevada postura moral, pois, tendo eles conquistado a Grécia, foram generosos e justos em seu encontro com os

⁸ Richard Hingley (2010, p. 75) identificou como essa ideia - de que a política imperial romana esteve centrada na manutenção de suas numerosas elites, que ao negociarem suas próprias identidades objetivaram criar um sistema imperial que trabalharia em benefício de todos, ou, ao menos, para uma parcela mais significativa do corpo social – foi parte basilar da ideia de romanização.



gregos; o segundo ponto em que expressou grande admiração pelos conquistadores romanos esteve na demonstração de Plutarco em considerá-los portadores e promotores da cultura e língua grega, sendo dedicados aos interesses da Grécia e respeitadores de suas tradições culturais e religiosas; a terceira razão da admiração plutarquiana foi a suposta crença de que os dois romanos libertaram a Grécia das garras de um governador tirânico, o rei Filipe V da Macedônia; como última razão, uma variação do terceiro ponto, o autor sugeriu que Plutarco, membro pertencente da elite latifundiária grega, se sentiu em débito com estes libertadores da elite grega de agitações sociais experimentadas no final domínio macedônico, ou seja, aos olhos de Plutarco, o último mérito dos conquistadores romanos foi o de colocar um fim no perigo subversivo que o *dêmos* representava para as classes governantes.⁹

A partir da perspectiva da romanização, portanto, Plutarco esteve inserido dentro desse grande grupo de intelectuais gregos favoráveis à política Imperial, pois, como colocou Mária Durán López (2004, p. 37), encontramos em seus escritos uma resignação político-cultural frente ao domínio romano. Esta autora pontuou como encontramos nas biografias plutarquianas os valores gregos, uma vez que o próprio biógrafo se coloca enquanto um homem grego; mas, mesmo que Plutarco não tenha se sentido um romano, não manifestou aversão a Roma ou a enxergou como inimiga (LÓPEZ, 2004, p. 39-40). Mária López (2004, p. 38; 40) defendeu que Plutarco demonstrou em seus escritos a decadência de uma Grécia livre, devido principalmente às guerras constantes entre as cidades. Ao ver dessa linha de pensamento, os gregos se beneficiaram com o domínio romano, pois o biógrafo destacou acima de tudo a paz vivenciada pela Grécia neste período, isto é, Plutarco exaltou a *pax romana*, por perceber que ela livrou os gregos dos horrores da guerra e lhes deu oportunidade de administrar seus bens.

Deste modo, entendemos a existência de uma alegação, por parte dessa historiografia, de que as elites gregas se favoreceram de alguma maneira do domínio

⁹ Jan Bremer (2005, p. 265) evidenciou que a luta entre a minoria rica e a maioria pobre esteve presente ao longo da história das cidades-estados. O autor ainda definiu como a instauração de um governo centralizado durante o período helênico piorou este problema socioeconômico, pois reis e alguns indivíduos privados arrendaram vastas fortunas e largas porções de áreas aráveis; e, aos olhos das classes dominantes, tanto Filipe V como Perseu tomaram vantagem desse clima tenso ao se afastarem das classes latifundiária e procuraram se aproximar do *dêmos*.



romano, pois suas cidades dependiam do apoio imperial. No caso de Jan Bremer, Roma trouxe suporte contra a plebe insurrecionada, concedendo estabilidade ao poder das elites sobre suas cidades; para María López, apesar da resignação frente à falta de autonomia política, o domínio romano trouxe paz e liberdade de ação às elites gregas em seus territórios.

Essa discussão possuiu, portanto, desdobramentos significativos nas interpretações sobre a obra de Plutarco, que passou a ser compreendido como uma expressão genuína do termo cultura greco-romana. Em uma perspectiva menos normativa da romanização (em um sentido de harmonização cultural), os classicistas Delfin Leão e Maria do Céu Fialho afirmaram, na abertura do livro *Ética e Paideia em Plutarco*, como essa contingência histórica inelutável da romanização não motivou no biógrafo um sentimento de reação contra seus dominadores. Ao contrário, levou o beócio a nutrir uma profunda admiração por Roma e a produzir uma extensa obra onde operou, como nenhum outro autor antigo, uma síntese admirável entre a Grécia e o Lácio, dando um contributo decisivo para estabelecer a noção de uma *antiguidade clássica* (2008, p. 11 - grifo nosso).

Contudo, como dito anteriormente, uma historiografia recente vem problematizando essa abordagem que identificou Plutarco como favorável ao domínio romano, pois, a partir da noção de poder foucaultiano, passaram a compreender que a manutenção da unidade do Império não se deu de maneira uniforme ou harmoniosa, mas, sim, mantida por um exercício de poder, marcado por conflitos, resistências, contestações e manipulações. Nessa linha interpretativa, Maria Aparecida de Oliveira Silva (2007, p. 57) destacou a importância de perceber a narrativa plutarquiiana como uma manifestação cultural-identitária de um grego dominado pelas armas e pela política do Império romano, que encontrou em sua tradição cultural a maneira de manter-se digno diante desse quadro. Em sua tese de doutorado, a historiadora questionou as classificações generalizadoras do movimento da Segunda Sofística - que se definiu como a formação de um grupo de intelectuais pertencentes às elites gregas, que teve sua produção marcada pela retórica e glorificação do Império romano – evidenciando a importância de perceber a singularidade dos autores que são colocados sob seu jugo. Ao analisar o caso específico de Plutarco, a autora demonstrou como:



A literatura à época imperial revelou-se em muitos autores, como Plutarco, um meio de expressão cultural, não somente para exibir suas habilidades retóricas ou seus amplos conhecimentos, mas para que o mundo romano reconhecesse neles um povo diferenciado, culto e, principalmente, importante à sustentação política e cultural do Império (SILVA, 2007, p. 57).

Então, Maria Aparecida de Oliveira Silva (2006a, p. 258) percebeu a obra plutarquiana como um espaço de resistência grega à política imperial romana e não um pensamento subserviente atribuído aos participantes do movimento literário da Segunda Sofística. Assim, para a autora, os ditos plutarquianos se constituíram enquanto uma forma sutil de resistência intelectual, que, ao não primar pelo rompimento das relações de dominação, demonstrou como o poder político no Império apresentou-se mais contrabalançado em sua distribuição, ou seja, as relações de poder no Império se estabeleceram enquanto um fenômeno mais complexo do que os romanos dominando os gregos, cuja produção literária seria um fruto dessa relação, composta de discursos laudatórios ao poder Imperial (SILVA, 2007, p. 58). Nessa perspectiva, a tese central desta plutarquista brasileira consistiu na ideia de que Plutarco não compôs sua obra para exaltar ou glorificar Roma ou mesmo sua cultura, mas, sim, que o objetivo central do pensamento plutarquiano:

(...) está em **construir uma identidade grega no Império, pautada na história de seu povo e em sua tradição cultural**, como testemunho da importância dos gregos no Império e como demonstração da singularidade e da utilidade de sua cultura para o fortalecimento cultural e político do Império (SILVA, 2007, p. 207 – grifo nosso).

O trabalho de Maria Aparecida de Oliveira Silva nos permitiu pensar, nessa premissa, a importância da *paidéia* como um elemento fundamental para o entendimento da construção identitária grega como resposta ao impacto do domínio romano na Grécia, um meio de expressão para a resistência cultural. Rebecca Preston (2001, p. 89-90), apesar da diferença de abordagem proposta pela plutarquista brasileira acima citada, concordou sobre a importância da *paidéia* para a caracterização do plano



intelectual e social da literatura grega no início do principado romano, bem como para a compreensão de uma construção da identidade grega na obra de Plutarco.

A diferença de abordagem a que nos referimos se encontra no entendimento da construção da identidade grega plutarquiana, Rebecca Preston (2001, p. 115) identificou no *corpus* plutarquiano, em específico os tratados *Questões Romanas* e *Questões Gregas*, como o autor de Queroneia reproduziu as preocupações da elite grega pertencente à Segunda Sofística, evidenciando uma inexistência de oposição ao poder imperial na obra de Plutarco, ou seja, a autora defendeu o lugar do biógrafo como súdito romano, com um projeto intelectual marcado pela manutenção da identidade grega e do poder romano. Contudo, a autora se deparou com a existência de uma divergência na relação de Plutarco com Roma, ou melhor, expressando por vezes como as questões em torno desta relação foram complexas e contraditórias (PRESTON, 2001, p. 118). Nessa premissa, Rebecca Preston (2001, p. 91) constatou que Plutarco se viu enquanto grego e identificou os romanos como outros; ressaltou, também, como o biógrafo interpretou a estrutura social romana a partir de sua visão grega de mundo. Entretanto, a autora não viu essa diferenciação de gregos e romanos como uma demonstração da superioridade cultural dos helenos frente aos seus dominadores do Lácio, como identificou Maria Aparecida de Oliveira Silva, mas, tomando como referências ideias basilares do fenômeno de romanização, entendeu essa distinção como uma tentativa de Plutarco em afirmar o convívio e entrelace dessas duas culturas. Identificamos no pensamento de Rebecca Preston a necessidade de colocar o pensamento plutarquiano em um projeto literário maior, a Segunda Sofística, mesmo tendo concluído as contradições das próprias ideias plutarquianas sobre Roma.

Retornando a questão da *paidéia*, o historiador Fábio Cerqueira (2010) estudou, tendo como foco o entendimento de Plutarco sobre a influência da educação musical na formação do caráter de seus biografados, a distinção entre gregos e romanos nas *Vidas*. Assim, para este classicista:

(...) mesmo que sutilmente, Plutarco não abre mão de considerar os gregos, com sua *Paidéia* e focados nos valores morais, como superiores aos romanos, direcionados ao poder. (...) Porém, mais do que uma superioridade de erudição, de inteligência, aponta fundamentalmente para uma superioridade moral dos gregos sobre os romanos em decorrência da educação que moldava



o caráter para a *sophrosýne*¹⁰, para o que a música contribuía sobremaneira (VERGARA, 2010, 136).

Nesse mesmo sentido, Maria Aparecida de Oliveira Silva (2007b, p. 193) demonstrou, ao enumerar diferentes influências da teoria platônica no pensamento de Plutarco, a deferência plutarquiana pela noção de *paidéia* de Platão, pois “uma das finalidades da filosofia moral platônica é a formação dos cidadãos por intermédio da educação”. Assim, o discurso moralizante de Plutarco incentivou sua audiência “a práticas salutaras em seu cotidiano: o culto aos deuses, o cuidado com a saúde física e mental, o zelo com a mulher e os filhos, o bom comportamento em público” (SILVA, 2007, p. 204). Portanto, no entender dessa plutarquista, estas virtudes inerentes ao homem grego plutarquiano foram ressaltadas em seu *corpus* como um meio de educar Roma, ou seja, Plutarco acreditou que a *paidéia* grega poderia contribuir para a formação de homens virtuosos, aptos para o governo do Império e suas províncias.

Considerações Finais

Por meio desse debate, entendemos a importância de se estudar as particularidades do discurso de um/a autor/a ao invés de recorrer a estruturas analíticas generalizantes, como a necessidade de se agrupar sobre um mesmo título pensamentos de diferentes sujeitos, a Segunda Sofística. Dessa forma, ao estudarem particularmente Plutarco, as/os pensadoras/es aqui analisadas/os identificaram a existência de um projeto intelectual nos escritos do biógrafo grego: a preservação da tradição cultural grega e a identificação de suas diferentes contribuições para a manutenção política do Império, como a necessidade de uma educação grega para a formação de um governante virtuoso.

¹⁰ Poderíamos traduzir *σωφροσύνη* por moderação ou temperança. Em um pequeno estudo sobre o termo, Cristina Franciscato (2004, p. 1) discutiu como este se trata “(...) de um substantivo com a mesma raiz do verbo *sophonéo* que significa ter a mente sã; ser temperante, adquirir moderação. Daí também o adjetivo *sóphron*, prudente, moderado, aquele que tem controle sobre os apetites e desejos. Esse grupo de palavras é formado a partir do termo *sáos*, “são, salvo”, e de *phrén*, substantivo cujo significado vai desde “diafragma” até “coração” como o lugar das paixões, dos sentimentos e apetites corporais. Também designa a “mente” como sede das percepções e pensamentos. Enfim, *sophrosýne* é, literalmente, o estado de integridade e saúde da mente e pode ser traduzida como moderação, prudência, justa medida, autocontrole, temperança”. A *sophrosýne* se contrapõe à *ὑβρις* (*hýbris*) o excesso e a desmedida, mas também pode ser traduzido como arrogância ou orgulho.



Para concluir, é necessário ressaltar a importância do alinhamento dos estudos sobre Plutarco à proposta conceitual de poder foucaultiana, pois somente a partir dessa perspectiva é que foi possível conceber os escritos plutarquianos como um espaço para a manifestação da resistência grega ao domínio romano, rompendo com a concepção de uma subserviência pacífica atribuída aos intelectuais pertencentes à Segunda Sofística.

Referências Bibliográficas:

BREMER, Jan Maarten. Plutarch and the “Liberation of Greece”. In: BLOIS, Lukas de; BONS, Jerone; KESSELS, Ton; SCHENKEVELD, Dirk. *The Statesman in Plutarch’s Work: Proceedings of the Sixth International Conference of the International Plutarch Society*. Vol. II: The Statesman in Plutarch’s Greek and Roman Lives. London & Boston: Brill, 2005, pp. 257-26.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. A Educação Musical nas *Vidas* de Plutarco: Identidade e Tradição Cultural Grega no Império Romano. In: CERQUEIRA, Fábio Vergara & SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. *Ensaio sobre Plutarco: Leituras Latino-Americanas*. Pelotas: Editora da UFPel, 2010, p. 95-147.

DROULIA, Loukia. The Revival of the Greek Ideal and Philhellenism: A Perambulation. *Filhellenizm w Po/sce. Rekonesans*. Praca Zbiorowa pod redakcja M. Borowskiej, M. Kalinowskiej, J. Lawskiego, *Πανεπιστήμιο Βαρσοβίας, Βαρσοβία* 2007, σ. 25-38.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

_____. *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Vozes, 2004.

FRANCISCATO, Maria Cristina. Hýbris e Sophrosýne: Transgressões e Justa Medida entre os Gregos. *Anais do Seminário Sociedade e Valores Humanos*, SESC, 2004, Bauru-SP, 2004.

GARRAFFONI, Renata Senna. *Gladiadores na Roma Antiga: Dos Combates às Paixões Cotidianas*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005.

GIANAKARIS, C. J. *Plutarch*. New York: Twayne Publisher Inc, 1970.

GUARINELLO, Noberto Luiz. Império Romano e Identidade Grega. In: FUNARI, Pedro Paulo e SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. *Políticas e Identidades no Mundo Antigo*. São Paulo: Annablume, 2009, pp. 147-161.



_____. Plutarco e a Identidade Grega no Império. In: SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. *Plutarco Historiador: Análise das Biografias Espartanas*. São Paulo: Edusp, 2006, p. 15-22.

HERSHBELL, Jackson. Plutarch's Political Philosophy: Peripatetic and Platonic. In: BLOIS, Lukas de; BONS, Jerone; KESSELS, Ton; SCHENKEVELD, Dirk. *The Statesman in Plutarch's Work: Proceedings of the Sixth International Conference of the International Plutarch Society*. Vol. I: Plutarch's Statements and his Aftermath: Political, Philosophical, and Literary Apects. London & Boston: Brill, 2004, pp. 151-162.

HINGLEY, Richard. *O Imperialismo Romano: Novas Perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010.

LEÃO, Delfim & FIALHO, Maria do Céu. In Limine. SOARES, Carmem; FERREIRA, José Ribeiro; FIALHO, Maria do Céu. *Ética e Paideia em Plutarco*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2008, pp. 11-12.

LÓPEZ, María de los Ángeles Durán. Plutarco, Ciudadano Griego y Súbdito Romano. In: BLOIS, Lukas de; BONS, Jerone; KESSELS, Ton; SCHENKEVELD, Dirk. *The Statesman in Plutarch's Work: Proceedings of the Sixth International Conference of the International Plutarch Society*. Vol. I: Plutarch's Statements and his Aftermath: Political, Philosophical, and Literary Apects. London & Boston: Brill, 2004, pp. 33-41.

JONES, Christopher. *Plutarch and Rome*. Oxford: Clarendon Press, 1971.

Philostratus. *The Lives of the Sophists*. Transl. Wilmer Cave France Wright London & New York: William Heinemann & Putnam's Sons, 1922.

PINTO, Renato. O Impulso de Romanizar. *Revista de Estudos de Filosofia e de História da Antiguidade, Cps/Bsb*, nº 22/23, jul. 2006/jun. 2007.

PRESTON, Rebecca. Roman Questions, Greek Answers: Plutarch and the Construction of Identity. In: GOLDHILL, Simon. *Being Greek under Rome: Cultural Identity, the Second Sophistic and Development of Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 86-119.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Plutarco e a Segunda Sofística. *Clássica*, n. 19, v. 2, pp. 257-264, 2006a.

_____. *Plutarco e Roma: O Mundo Grego no Império*. São Paulo: FFLCH-USP, 2007. (Tese de Doutorado em História).

_____. *Plutarco Historiador: Análise das Biografias Espartanas*. São Paulo: Edusp, 2006b.



TÉTART, Philippe. *Pequena História dos Historiadores*. São Paulo: Edusc, 2000.

ZANDONÁ, Deise. A Segunda Sofística: Intelectuais, Historiografia e Poder Político na Era dos Antoninos. *História e-História*, 2008.



A Apropriação da Idade Média e o Neotomismo como elementos da Reação Católica às Mudanças na França do século XIX

Luciano Daniel de Souza¹

Submetido em Agosto/2012

Aceito em Novembro/2012

RESUMO:

O século XIX foi caracterizado por várias transformações ou revoluções que, partindo da Europa, espalharam-se ou tentaram espalhar-se pelo mundo. É um período particularmente diferente para o catolicismo. No século XIX, novos conceitos como tolerância religiosa, estado laico e liberdade de consciência despontaram como valores para os ideais de sociedade. Essas mudanças, na organização do estado, produziram uma reação do catolicismo na França, pautada por uma busca das origens históricas. Os intelectuais católicos procuravam colaborar para a solução dos conflitos, que se estabeleceram e apresentaram uma interpretação do período medieval, a partir das inquietações que enfrentavam. O neotomismo surge no século XIX como uma possibilidade de retomada da Idade Média.

Palavras-chave: Nacionalismo - Catolicismo na França - Neotomismo

ABSTRACT:

THE APPROPRIATION OF THE MIDDLE AGES AND NEOTOMISM AS ELEMENTS OF THE CATHOLIC REACTION TO THE CHANGES IN THE NINETEENTH CENTURY FRANCE

The nineteenth century was characterized by several transformations or revolutions that spread or tried to spread from Europe to the world. It is a particularly different period to Catholicism. In the nineteenth century, new concepts such as religious tolerance, secular state and freedom of conscience emerged as values for the ideals of society. These changes in the organization of the state produced a reaction of Catholicism in France marked by a search for historical origins. The Catholic intellectuals sought to contribute to the conflict resolution which were established and presented an interpretation of the medieval period from the anxieties they faced. Neo-Thomism arises in the nineteenth century as a possible recovery of the Middle Ages.

Keywords: Nationalism - Catholicism in France - Neotomism

¹ Doutorando em História na Universidade Estadual Paulista – Unesp – campus de Assis. Orientador Prof. Dr. Ricardo Gião Bortolotti.



O nacionalismo do século XIX e a religião

No século XIX, na Europa, houve uma interseção de fatos que interferiram no aspecto religioso: de um lado, instaurou-se pelos países tradicionalmente católicos um movimento de secularismo e, de outro, se difundiu o conceito de nação. O termo secularismo é objeto de diversas discussões e significados. No âmbito eclesiástico, no século XVII, o termo era utilizado para aqueles que se afastavam da função ministerial. Outro significado provém do próprio termo latino que significa a duração de 100 anos. No século XVIII, secularização era a apropriação de bens eclesiásticos por parte dos revolucionários franceses. Os termos secularismo e secularização foram algumas vezes tomados como sinônimos, embora alguns autores façam distinções entre os dois termos. Souza (2011) utiliza secularização para descrever o processo de mudanças que aconteceram na modernidade. Para ele, secularização não pode ser entendida simplesmente como um conceito negativo. Souza afirma que (2011, p. 45) “Não se trata mais de lamentar um passado perdido, mas de fazer da secularização uma categoria interpretativa e explicativa da modernidade”. Para Taylor (2009), secularismo seria um conceito que abarcaria a tudo, ou seja, seria de qualquer ordem: sejam movimentos de mudança, que venham de dentro, a partir dos próprios religiosos ou de elementos externos. Tomamos o termo secularismo sem o distinguir de secularização, ao tratarmos aqui do século XIX.

Entendemos o secularismo como as ações motivadas pela burguesia que buscava o poder político. Ela pretendia diminuir a influência da religião católica nas diversas áreas da vida social. Também trabalhou pela formação do que se chamava de nação. A formação da ideia de nação foi marcada no século XIX pela recusa do estrangeiro e do diferente. Este acento pelo “nacional”, ainda não bem explicitado e entendido na época, atingiu o catolicismo especialmente na França onde as decretais, as bulas e outros ordenamentos emitidos pelo papa em Roma passaram a ser considerados, em alguns momentos, uma intromissão nos assuntos da nação.

O nacionalismo e o secularismo se processaram concomitantemente no século XIX na França, mas têm reflexos na Península Itálica, na Alemanha e na Áustria. O historiador alemão Hans-Urich Wehler citado por Haupt (2008, p. 77) defendeu uma conexão causal entre o secularismo e o desenvolvimento do nacionalismo. Para ele e



para outros autores, que interpretam o nacionalismo como uma sacralização do estado, a fortificação do nacionalismo nasce do vazio aberto pela descrença no cristianismo no século XIX. Nesse contexto surgiu uma articulação para a separação entre estado e Igreja.

Haupt (2008) contesta a ideia de vazio – *vacuum* – por ser simplificadora de todo o emaranhado de relações, que se processaram nas sociedades europeias no século XIX. A ideia de vazio não explicaria a forte pressão das ideias iluministas, que impuseram uma nova posição sobre a religião. Os iluministas, em alguns momentos, expressaram posições contrárias à religião instituída.

A ideia de vazio assenta-se ainda numa aceitação da preexistência de elementos estruturadores ou estruturantes: seja da sociedade ou do indivíduo e estas possuiriam uma matriz sacra. O nacionalismo seria nessa posição nada mais que uma “religião dos homens”, ou seja, um humanismo ideário sacralizado. Não parece ser uma posição historiográfica adequada à abordagem que intencionamos, ou seja, não pretendemos partir do pressuposto que o ser humano seja sacralizante por essência. Esbarramos, assim, no que se chamou de essencialismo. Este defende que há uma essência humana imutável e que as alterações ocorrem na forma exterior das ações e ideias, sem que seja prejudicada a essência. Para o historiador esta posição é sobretudo polêmica. Para Arendt (2008, p. 32) é na política que as filosofias essencialistas ou metafísicas se mostraram incapazes de pensar a novidade conceitual e histórica.

Haupt (2008, p. 78) apresenta ainda outros motivos para contestar este suposto vazio religioso preenchido pelo nacionalismo. Para ele, após as tensões do final do século XVIII com a Revolução Francesa aconteceu um ressurgimento religioso no século XIX. Esse ressurgimento religioso se comprovaria na busca pelo ocultismo e pelo nascimento de várias congregações religiosas na França que buscam expandir o cristianismo por meio da missão na Europa e na América. Entretanto, alguns historiadores e sociólogos como Hayes (1926) e Mosse (2001) defenderam que o nacionalismo do século XIX era uma forma de religião.

Nos reinos absolutistas, a religião tinha uma tarefa unificadora, especialmente na França. O rei Luís XIV seguia o itinerário absolutista de governo sobre a fórmula “um rei, uma fé e uma lei”. É comum afirmar-se ainda que, no final da Idade Média, os



reinos se unificaram através da fé cristã, formando uma cristandade, como seria o caso da Espanha. Se antes do século XIX, o cristianismo unificava os diversos povos, na lógica do vazio que se preenche, seria a nação que se sacralizou que ocuparia o lugar do cristianismo. Haupt (2008, p. 88) defende que, no estado moderno do século XIX, acontecem uma “nacionalização da religião e a sacralização da nação”.

Haupt (2008, p. 80) defende que os estados nacionais não querem só se impor como controladores da economia, mas assumem a lei como virtude. A capacidade de impor a lei pelo domínio da força eleva o estado moderno a uma força moralizante, ou seja, uma “moralidade cívica”. Considera-se, entretanto, que esse conceito se expanda de moralidade cívica para toda e qualquer conceito de justo e justiça. A crítica de Marx ao estado moderno baseia-se no entendimento que ele estava a serviço da classe dominante, logo esse estado se esforçará por determinar o que é justo e legal.

No século XIX, os movimentos republicanos, inspirados pelas ideias iluministas, associavam republicanismo e secularismo. Declarar-se republicano era também, em vários casos, declarar-se contra o catolicismo. Parte da hierarquia católica desconfiava das ideias republicanas. O iluminismo espalhou-se por grande parte da Europa e chegou à América, o que podemos notar também nos movimentos republicanos do Brasil.

Os republicanos do século XIX, com a influência do iluminismo, colocaram-se em oposição ao catolicismo, que por tradição, participava da monarquia. A hierarquia católica se encontrava ameaçada e com suas prerrogativas sendo extintas pelos movimentos de constituição dos estados-nações. Este movimento atingiu especialmente a Península Itálica onde movimentos de unificação ameaçaram o Estado Pontifício, gerando a reação católica na forma da Encíclica papal *Syllabus* em 1864 pelo Papa Pio IX. Em várias partes da Europa, alteraram-se as leis da educação, da administração dos hospitais, do serviço militar do clero católico, do matrimônio e constituíram-se os estados laicos.

O movimento anticlerical na França foi mais forte que na Alemanha e na Itália. A Itália, após sua unificação, caminhou para certo apaziguamento de ânimos que pode ser percebido pela diminuição dos ataques à Igreja Católica e pelo surgimento de sinais de um possível acordo com o estado laico, no final do século XIX.



O nacionalismo levou o catolicismo a determinadas posições dentro da França do século XIX. Algumas dessas posições foram um novo ímpeto missionário, uma retomada da Idade Média com o neotomismo e a busca de elementos nas origens francesas que manifestassem a importância do catolicismo.

O catolicismo no século XIX na França: movimentos de reação

A análise do século XIX na França é complexa. Houve uma efervescência de ideias, posições e engajamento nas relações entre o estado e o catolicismo. Ressurgiu, no interior do catolicismo, um movimento de expansão missionária, que não mediou esforços para arregimentar novos membros para a Igreja. A França tornou-se o berço de novas congregações religiosas que se espalharam, especialmente, pelas antigas colônias francesas. Por outro lado, o movimento anticlerical, iniciado com a Revolução Francesa, continuou vivo e articulou-se, para que ações reais pudessem limitar o domínio do catolicismo nas diversas áreas da sociedade francesa.

O movimento de supressão da influência da Igreja Católica na França despertou uma reação, algo que nos leva, respeitadas as devidas proporções e a novidade do século XVI com a Reforma, a aproximar a reação católica francesa no século XIX ao dinamismo da Contrarreforma. Segundo Vicarie (1949, p. 317) “a Revolução havia cassado e dispersado aproximadamente 60.000 monges e religiosos: havia 160.000 membros de congregações em 1878 e perto de 200.000 no final do século”.

A reação do catolicismo francês foi rápida e eficiente, como se percebeu pelos números apresentados por Vicarie. Os bens confiscados durante a Revolução Francesa e os privilégios cassados não impediriam que logo fossem substituídos por outras benesses. Vicarie (1949, p. 318-19) contestou que uma análise propriamente do catolicismo na França no século XIX se possa se concentrar somente nos aspectos políticos. Para ele, os dirigentes católicos, após o fim do Antigo Regime na França, estavam desorientados e impotentes frente à novidade trazida pela Revolução Francesa. Para ele, o melhor é uma observação sobre a vida interna do próprio catolicismo. O historiador deveria se guiar pelas práticas sacramentais e devocionais, ou seja, como a religiosidade era vivida por eles. Para Vicarie não pode ser reduzida a vida católica do



século XIX às ações políticas deste período, esquecendo os atos próprios daquele que crê. Não se pode ainda confundir que o que aconteceu na capital nem sempre chegou às pequenas cidades, cometendo o erro da generalização. Vicarie que escreve em 1949, na revista *Annales*, entende que a historiografia não se reduz à política interpretada, ainda a partir de um certo psicologismo de seus autores. Por outro lado, ampliando a posição de Vicarie, Remond (2003) demonstrou que a análise política guiada por novos objetos e abordagens pode contribuir e não ser considerada dessa forma como uma continuação da metodologia da escola metódica.

Na observação da vida interna do catolicismo, sobressai-se a tentativa de avivamento por meio da missão. Ao mesmo tempo em que ressurgiu a missão no catolicismo francês, desenvolveu-se um interesse católico pela Idade Média. O interesse pelo período medieval também estava presente nos movimentos de contestação católica. O século XIX busca suas origens, sem as quais, as “nações” não podem diferencia-se umas das outras. O resgate aconteceu na história e na filosofia com o romantismo. Os modernos e os anticlericais desenvolveram uma visão pessimista sobre o período medieval, o caracterizando como uma época em que a fé tinha a supremacia e impedia uma sociedade livre. Estabeleceu-se no século XIX uma tensão sobre a interpretação do passado.

Os católicos desenvolveram um movimento de interpretação do passado que se esforçou para valorizar a fé cristã, vendo nela o elemento unificador dos povos. A fé cristã teria contribuído para constituir um corpo jurídico-moral na França. Este movimento foi amparado pela concepção, que busca, na interpretação do passado, respostas para o presente. Uma dos medievais encontrados para reabilitar o pensamento da época foi Santo Tomás de Aquino.

O Papa Leão XIII, resgatando o período medieval, elegeu Santo Tomás como o mais ilustre filósofo e teólogo. Ele escreveu a encíclica chamada *Aeterni Patris* em 1879, recomendando o aprofundamento dos estudos de Santo Tomás de Aquino. A análise da escolástica na segunda metade do século XIX, prosseguindo pelo início do século XX, visava restabelecer a importância da Idade Média com seus principais teóricos. Os temas que a escolástica tratava: a filiação desses escolásticos, o ambiente eclesiástico e social que eles representavam, constituíram uma forma de auxílio



necessário para as tensões vividas pelo catolicismo francês. A análise da escolástica serviu como colaboradora para restabelecer a importância da Idade Média e da presença da Igreja Católica. A intenção era, com os estudos de Santo Tomás de Aquino, encontrar uma fonte segura onde pudesse ser sanada a contenda entre fé e razão, que o iluminismo havia propagado. A esse movimento, chama-se de neotomismo. Os intelectuais católicos, que se destacaram, foram: Joseph Kleutgen (1811-1883), Franz Erhle (1845-1934), Clemens Baeumker (1853-1924), Pierre Mandonnet (1858-1936) e Étienne Gilson (1884-1978).

Um tema comum na análise do pensamento da Idade Média foi tratar de uma oposição entre agostinismo e aristotelismo. As obras do neotomismo procuraram demonstrar que os medievais produziram um sistema de interpretação do mundo, tendo a fé cristã como pressuposto fundamental. O filósofo Steenberghen (1951, p. 116), no auge do neotomismo, catalogou as diversas posições desse movimento.

O neotomismo no século XIX consistia numa interpretação de Santo Tomás sem a utilização das glosas que foram realizadas durante os séculos. Essa é a forma que Steenberghen (1990) utilizou para explicar o neotomismo. Próximo do período do desenvolvimento do neotomismo, firmava-se, na historiografia, a escola metódica.

Na segunda metade do século XIX, embora coexistam certas correntes ou escolas historiográficas, foi a metódica que prevaleceu na França. Bourdè (1983, p. 77) afirma sobre a historiografia do período que:

Fixar-se-ão sobretudo determinados pesos: a atracção exercida pelos problemas de importância local, o domínio persistente da Igreja sobre a historiografia e, mais amplamente, o monopólio quase total da história pelas classes dominantes.

O nacionalismo, as classes dominantes e o etnicismo no século XIX caminham juntos. O nacionalismo despertou problemas inerentes, um deles é o etnicismo. A historiografia da escola metódica tinha preferência pelos assuntos nacionais e era guiada pela crítica do documento escrito, pela neutralidade científica e pela imposição do método experimental. Essa historiografia interessava-se pela questão política e precisava lançar novas interpretações sobre a França.



A historiografia se colocou a serviço do estado procurando na Idade Média o ponto em que cada um se formou como nação e se constituiu como um corpo autônomo na Europa. Esse foi um dos temas desenvolvidos no século XIX pela historiografia. O tema das origens, necessariamente, tratava do catolicismo no contexto da formação da nação francesa.

As afirmações de Fustel de Coulanges sobre a religião no final do Império Romano no livro “A cidade Antiga” publicado em 1864 defendiam que um culto exterior e de certa forma vazio da religião antiga, foi substituído por um culto interior que dava liberdade ao indivíduo. Hartog (2003, p. 407) afirma que:

Com o cristianismo surge também, cuida Fustel, o reconhecimento e a libertação do indivíduo, que doravante pode ser separado da família. Ele passa a ter um nome, um nome que lhe é “próprio” e, por muito tempo, exclusivo: o de batismo.

Para Hartog, o cristianismo, diferente da religião antiga do Império, conseguiu viver às margens e lutar contra ele. Fustel apresenta o cristianismo como uma religião da liberdade interior, abrindo, assim, a possibilidade de uma liberdade na ordem social. Suas ideias sobre o fim da sociedade antiga serviram para os intelectuais que defendiam o cristianismo, na segunda metade do século XIX, apresentarem-na como um elogio ao catolicismo que, no momento, era duramente combatido na França. O próprio Fustel afirmou, segundo Hartog (2003, p. 48), que não se encontrava aliado à defesa do cristianismo ou do catolicismo, entretanto, sua maneira de escrever a história, que procura também a partir da religião, explicar as ações sociais e políticas, configurou-se como teoria de causalidade que se prestava às intenções de defesa.

Os defensores do catolicismo, como elemento a ser valorizado na França, procuraram nas origens os seus argumentos. A procura pelas origens do estado francês que remonta ao período anterior à dominação romana sobre a Gália, foi novamente retomada segundo a historiografia da época. Historiadores como Guizot, Thierry, Dubos e Monod esforçaram-se para descrever a origem da França. As posições desses historiadores são variadas, mas concordam em afirmar que a França herdou o espírito de liberdade e o respeito às leis, embora haja certas diferenças nas particularidades destes conceitos. A Idade Média foi por eles concebida no século XIX como a lenta formação



do feudalismo. As origens do estado francês estariam ligadas inseparavelmente ao cristianismo. O cristianismo teria na Idade Média colocado as bases da nação, assim afirmavam os que buscavam no passado uma afirmação para o momento, que vivia o catolicismo, no final do século XIX. Foi exatamente na Idade Média que os intelectuais católicos se firmaram para a defesa de suas ideias. Para eles, não se pode falar de uma França como ela se encontra no XIX, sem apontar para a constituição do reino da Gália, sobre a égide do cristianismo.

Os intelectuais católicos do século XIX insistiam que a França foi formada a partir de sua fé, ou seja, o elemento unificador deste povo assenta-se em sua religião. A Idade Média na França seria para eles a época da fé. A fé em sua forma original não a teria estagnado, mas permitido um impulso contínuo. No Romantismo, os intelectuais católicos encontraram algo em comum para suas posições, especialmente no seu culto ao medieval; no entanto, acrescentaram a esse o papel fundamental do catolicismo na constituição da França e da Europa Moderna.

A procura das origens da nação motivou uma retomada da Idade Média no século XIX. Na França, as origens medievais serviram para justificar o catolicismo. O neotomismo pode ser entendido, a partir deste contexto histórico.

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo. Ensaios (1930-1954)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Publicações Europa-América: Mem Martins Codex, 1983.
- COULANGES, Fustel. *A Cidade Antiga*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.
- GUILLAUME, Bertier de Sauvigny. *Louis Foucher. La philosophie catholique en France au XIXe siècle, avant la renaissance thomiste et dans son rapport avec elle (1800-1880)*. *Revue d'histoire de l'Église de France*, v. 42, n. 138, p. 81-83, 1956.
- HAYES, Carlton Joseph Huntley. *Essays on Nationalism*. New York: The Macmillan Company, 1926.
- HARTOG, François. *O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.
- HAUPT, Heinz-Gerhard. *Religião e nação na Europa no século XIX: algumas notas comparativas*. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 22, n. 62, abr. 2008.



- LLOBERA, Josep R. *Recent theories of Nationalism*. WP, Barcelona, n. 164, 1999.
- MOSSE, Georg. *The Nationalization of the Masses: political symbolism and mass movements in Germany, from the Napoleonic Wars through the Third Reich*. New York: Howard Fertig, 2001.
- RÉMOND, René. *O século XIX: 1815-1914*. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix, 2010.
- _____. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SOUZA, José Carlos de Aguiar. *As filosofias da história e a tese da secularização: a teologia cristã e as raízes da secularização na modernidade*. PLURA, Revista de Estudos de Religião, v. 2, n. 2, 2011, p. 43-57, 2011.
- STEENBERGHEN, Fernand van. *L'interprétation de la pensée medieval au cours du siècle écoulé*. Revue Philosophique de Louvain, Louvain, v. 49, n. 21, p. 108-119, 1951.
- TAYLOR, Charles. *The polysemy of the secular*. Social Research, v. 76, n. 4, p. 1143-1166, 2009.
- _____. *Uma era secular*. São Leopoldo: Unisinos, 2010.
- VICARIE, M.-H. *Le catholicisme français au XIXe siècle*. Annales. Économies, Sociétés, Civilizations. Paris, ano 4, n. 3, p. 316-326, 1949.



Políbio e os princípios de sua investigação histórica: algumas considerações

Polybius and the principles of his historical investigation: some remarks

Henrique Modanez de Sant'Anna¹

Submetido em Agosto/2012

Aceito em Novembro/2012

RESUMO:

Este artigo trata algumas das questões centrais na obra do historiador grego Políbio de Megalópole, feito refém pelos romanos após a destruição da Liga Aqueia, enfatizando suas concepções metahistóricas (como Roma subjugou todo o mundo conhecido por eles em cerca de 50 anos) e suas possíveis relações com a teoria da “anaciclose”, tal qual apresentada por Políbio. Tendo isto em mente, procurarei inserir o debate acerca da chamada “história pragmática” polibiana e da constituição mista dos romanos, como forma de destacar os elementos supracitados à luz do que escreveu o próprio historiador antigo.

Palavras-chave: Políbio; historiografia helenística; Roma.

ABSTRACT:

This article deals with some of the central issues in the work of the Greek historian Polybius, emphasizing its metahistorical conceptions (how did Rome conquer the known world in about 50 years) and its relations with the theory of “anacyclosis”. With that in mind, I will try to present the debate on the so-called “pragmatic history” by Polybius and the mixed constitution of the Romans, as a way to cast light on the above-mentioned elements according to Polybius himself.

Keywords: Polybius; Hellenistic historiography; Rome.

¹ Professor Adjunto de História Antiga da UnB e “Fellow in Hellenic Studies” (2012-13) do Harvard CHS. Doutor em História pela UnB. E-mail: modanez@unb.br



O historiador e sua obra

Políbio viveu num tempo de grandes transformações políticas (c. 198-117 a.C.), no momento em que os destinos de gregos e romanos foram ligados de maneira a transformar suas histórias definitivamente. Isto significa dizer que ele testemunhou o colapso do sistema helenístico, com todas as suas variações políticas (devidas, principalmente, às acomodações das tensões provocadas pelas elites políticas locais), tendo sido feito refém dos romanos após a derrota dos gregos na batalha de Pidna (168) (DEROW 2005, pp. 51-70). Em Roma, Políbio ganhou não só a simpatia de Cipião Emiliano, mas também a chance de conhecer em primeira mão os assuntos romanos e o funcionamento de suas instituições. Tendo lá vivido dezesseis anos, antes de poder retornar à Grécia, conquistou a oportunidade de conceber a sua obra e de escrevê-la parcialmente (ao menos os 15 primeiros livros) (MOMIGLIANO 1991, p. 28). O plano inicial era narrar a história da conquista romana, dos princípios da Segunda Guerra Púnica (220) à submissão da Macedônia (168), tomando a segunda guerra contra os cartagineses como ponto de partida devido à simultaneidade de três grandes conflitos: a guerra entre Roma e Cartago, a guerra das Ligas gregas (Aqueia e Etólia), que contava com a participação incessante de Filipe, e a guerra entre Antíoco e Ptolomeu Filopator. Até esse momento, diz Políbio, eventos de várias partes do mundo estavam desconectados; à época da Segunda Guerra Púnica, no entanto, os assuntos italianos e africanos passaram a ter relação direta com os assuntos gregos e asiáticos. A história havia se tornado um “todo orgânico”, como uma passagem mais adiante em Políbio deixa transparecer:

Até essa época os eventos mundiais tinham sido por assim dizer dispersos, pois não eram interligados por uma unidade de iniciativa, de resultados ou de localização; desde essa época, porém, a História passou a ser um todo orgânico, e os eventos na Itália e na Líbia interligaram-se com os da Hélade e da Ásia, todos convergindo para um único fim. Por isso a nossa História pragmática inicia-se nessa época. (POLÍBIO, Histórias, 1, 3).



Ainda que a Segunda Guerra Púnica seja reconhecidamente o ponto de partida de sua obra, Políbio não a inicia sem antes preparar uma longa introdução, em dois livros, sobre a história das relações entre Roma e Cartago, partindo da Primeira Guerra Púnica, que ele considera somente um prelúdio da seguinte, e das questões concernentes à Liga Aqueia. Como Tucídides, Políbio elaborou um tipo de introdução (*prokataskeuê*). Quanto ao seu fim, após reconsiderar a importância de eventos subsequentes, tais como a queda de Cartago e a anexação da Grécia em 146 a.C. (WALBANK 1990, pp. 16-19; MOMIGLIANO 1991, pp. 27-28), Políbio alcançou o impressionante número de 40 livros, dos quais apenas os cinco primeiros nos chegaram intactos. Dos demais temos apenas fragmentos, alguns extremamente relevantes (como aqueles do livro seis, sobre a constituição dos romanos). É possível que Políbio tenha concluído o seu trabalho em 134 a.C., a despeito de diversas inserções e correções feitas até o ano de 120 a.C. De todas as inserções posteriores, talvez as mais interessantes sejam as que sugerem a visita do historiador a Hispânia, em 133 a.C., e aquelas que fazem alusão aos irmãos Graco.

Como a história de Políbio dá continuidade, em relação ao mundo mediterrânico ocidental, àquela escrita por Timeu (FrGH 566), o sistema de organização cronológica por ele adotado é parcialmente o mesmo do historiador de Tauromênio. Isto significa dizer que Políbio reconhece a marcação dos anos pelas Olimpíadas, da mesma forma que Timeu, mas ao mesmo tempo toma a liberdade de introduzir elementos novos, a exemplo da contagem dos anos dos cônsules romanos. É digno de nota que o ano polibiano não coincide com aquele da Olimpíada (em julho), tendo início cerca de três meses depois, no primeiro dia de outubro. Esta divisão parece ter sido determinada pelo fato de o equinócio de outono e o começo dos anos oficiais dos estrategos das Ligas Aqueia e Etólia se darem ao mesmo tempo (BURY 1908, p. 193).

Políbio escreveu outros trabalhos menores. A primeira obra de Políbio parece ter sido uma biografia em tom panegírico de um estadista aqueu em três livros, da qual temos notícia na vida de Filopemene, escrita por Plutarco. Outra obra é a “Tática”, mencionada no livro nove e mais tarde por Arriano. Há ainda uma monografia mencionada por Gemino sobre a habitabilidade das regiões equatoriais. Nenhuma dessas obras, no entanto, nos ajuda na tarefa de datar precisamente todas as etapas da história escrita por Políbio (WALBANK 1991, p. 15; MEISTER 2008, p. 185).



A história pragmática

Se é bem verdade que a obra de Políbio pode ser considerada, tal qual a de Tucídides, uma “aquisição perene” (*ktema es aiei*), podemos dizer que sua importância, da mesma forma que aquela atribuída ao historiador da Guerra do Peloponeso, reside no fato de Políbio acreditar que a representação precisa dos fatos era um traço fundamental no trabalho do historiador. Três elementos podem ser listados como pré-requisitos para a execução de tarefa tão delicada: (1) o estudo e crítica das fontes, (2) a autópsia ou o conhecimento pessoal das regiões tratadas e (3) experiência política (WALBANK 1991, p. 16).

Políbio preenchia, como parece óbvio, os pré-requisitos acima enumerados: homem de ação, com experiência política e militar, estava quase sempre presente ao lado de Cipião nos eventos que narrou com mais vida (a destruição de Cartago, por exemplo, durante a qual o general romano supostamente chorava pela cidade em chamas, temendo que um dia Roma tivesse o mesmo destino), ainda que muita cor tivesse sido também dada ao relato da Guerra Mercenária (241-237), conflito que Políbio não testemunhou. Além disso, Políbio não incorporava relatos de terceiros aos seus sem a investigação apropriada e dificilmente se entregava ao argumento da autoridade. Por exemplo, contra a “autoridade equivocada” do historiador Fábio Pictor, Políbio se posicionou da seguinte maneira:

Queria alguém saber por que mencionei Fábio e sua afirmação? Não foi por temor de ver os leitores aceitarem as suas teses, considerando-as plausíveis; a ilogicidade inerente a elas é evidente a qualquer um, mesmo sem comentários meus. Mas o meu objetivo é prevenir os leitores desta obra para não darem atenção ao nome do autor e sim aos fatos, pois há pessoas que dão importância não ao que Fábio escreve e sim ao próprio escritor, e levando em conta a sua qualidade de contemporâneo dos acontecimentos e de senador romano aceitam imediatamente como digno de crédito tudo que ele diz. Na minha opinião, embora não devamos atribuir pouco valor à sua autoridade não somos obrigados todavia a aceitá-la como definitiva, e na maioria dos casos os leitores devem pôr à prova suas afirmações confrontando-as com a realidade dos fatos. (POLÍBIO, Histórias, 3, 9).



Quanto à autópsia, Políbio não se mostrou mais condescendente. Timeu e Zenão de Rodes foram alvo de suas críticas, o primeiro por “viver apenas num único lugar” e o segundo por sua suposta ignorância geográfica. As viagens de Políbio a Itália, Sicília, África e Hispânia são provas de que não há, ao menos nesse aspecto, descompasso entre suas críticas e o que por ele foi feito.

Sua visão da história, concordam os historiadores, é pragmática e universal (WALBANK 1991, p. 16). Mas o que isso significa? O termo *pragmatikos* faz referência ao “político prático”, diriam alguns, de maneira que a história pragmática seria aquela ocupada com questões políticas atuais e com a instrução de seus leitores. Porém, diferentemente de Tucídides, Políbio dizia não apenas narrar os eventos mais importantes até então existentes, mas também descrever um processo único – a unificação do *oecumene* (MARINCOLA 2007, pp. 171-179; MEISTER 2008, p. 191). Sua história teria, obrigatoriamente, um propósito pragmático, o qual seria obtido a partir da explicação de suas causas e conexões:

[...] Resolvi escrever uma História do gênero pragmático, primeiro porque há sempre uma novidade digna de tratamento novo – não seria possível aos antigos narrar eventos posteriores à sua própria época – e, em segundo lugar por ser considerável a utilidade prática de tal gênero de História, tanto no passado quanto – e principalmente – no presente, numa época em que o progresso das artes e das ciências tem sido tão rápido que as pessoas desejosas de aprender são capazes – digamos assim – de submeter a uma análise metódica quaisquer circunstâncias passíveis de exame. Sendo então o meu objetivo não tanto entreter os leitores quanto beneficiar os espíritos afeitos à reflexão [...], me dediquei a escrever este gênero de História (POLÍBIO, Histórias, 9, 2).

A “história pragmática” visava fornecer lições políticas e militares. Envolvido com os assuntos militares, Políbio demonstrou interesse especial na descrição das campanhas, com abertura para os impactos sociais da guerra. Por exemplo, a figura do mercenário é um tema sobre o qual Políbio se debruça com energia, em particular os problemas causados para o contratante. Como os *misthophoroi* (aqueles que recebem pagamento, isto é, mercenários) são comuns em governos tirânicos e democráticos, e como Políbio não os enxerga com bons olhos, parece natural que o historiador rejeite o uso dos mercenários como algo positivo, diferentemente do que fez mais tarde Diodoro da Sicília. Entusiasmado com o modelo romano (cf. digressão sobre seu exército no



livro seis), Políbio adere ao que hoje se convencionou chamar de modelo baseado no militarismo cívico (HANSON 1990). Mercenários representariam o oposto disso, tornando-se sempre uma ameaça à vida civilizada. Um exemplo bastante claro é a violência das ações durante o cerco de Région e Messana:

Não muito tempo antes dos acontecimentos de que estamos falando agora, alguns campânios a serviço de Agátocles, cujos olhos cobiçosos estavam voltados de longa data para a beleza de Messene e todas as suas demais vantagens, aproveitaram açodadamente uma ocasião para capturá-la mediante traição. Depois de terem sido admitidos como amigos e ocupado a cidade, eles primeiro expulsaram ou massacraram os cidadãos e em seguida se apossaram das mulheres e filhos de suas vítimas espoliadas, de acordo com a partilha feita ao acaso por ocasião do ultraje. Logo após eles dividiram entre si as terras e todos os outros bens. (POLÍBIO, Histórias, 1, 7).

Os mercenários serviriam, ainda, para ilustrar as diferenças fundamentais entre homens civilizados e bárbaros, como no caso da Guerra Mercenária cartaginesa (MEISTER 2008, p. 189).

Política em conceito e em propósito, a história de Políbio ilustra bem a diferença entre início, causa e pretexto, e ele o faz por meio de exemplos. No caso da expedição asiática de Alexandre, havia uma causa ou o primeiro elemento de uma cadeia de acontecimentos, um início ou o último elemento dessa cadeia de acontecimentos, e o pretexto, aquele usado para o início da referida cadeia:

[...] Pode-se dizer da mesma forma que a travessia de Alexandre para a Ásia foi a causa da Guerra Greco-Pérsica, e que a chegada de Antíoco III em Demetrias foi a causa de sua guerra com Roma, mas nenhuma das duas assertivas é plausível ou verdadeira. Ninguém pode chamar essas ações de causas dessas guerras – no primeiro caso, muitos preparativos e planos para a Guerra Greco-Pérsica tinham sido feitos anteriormente por Alexandre, e alguns deles até por seu pai, Filipe II, quando ele ainda estava vivo, e de maneira similar pelos etólios, no segundo caso, mesmo antes da chegada de Antíoco. Tal terminologia é usada por aqueles que não podem compreender quão grandiosa é a distinção entre início, causa e pretexto, e que falham em ver que a causa é o primeiro elemento numa seqüência de eventos dos quais o início é o último deles. Minha interpretação é que a palavra início deveria fazer referência à primeira tentativa de levar a cabo um plano que já tinha sido decidido, e que a palavra causa deveria fazer referência aos eventos que influenciam nossos propósitos e decisões. [...] A primeira causa verdadeira foi a marcha de retorno dos gregos sob Xenofonte através das satrapias superiores, durante a qual eles atravessaram toda a Ásia, mas nenhum dos bárbaros ousou desafiá-los, ainda que eles estivessem em território hostil. A segunda causa foi a invasão da Ásia pelo rei espartano Agesilau, durante



a qual ele não encontrou nenhuma oposição séria às suas incursões, ainda que tenha sido forçado, devido aos distúrbios na Grécia, a abandonar o seu projeto e retornar para casa. Todos esses fatores convenceram Filipe II da covardia e indolência dos persas, em oposição a sua eficiência (e dos demais macedônios) na guerra. Ele pôde ver também a magnitude e o esplendor das recompensas que poderiam ser esperadas como resultado da guerra, bem como a popularidade que ele traria diante dos gregos. Ele, portanto, inventou o pretexto de vingar as injúrias infligidas aos gregos pelos persas e canalizou suas energias para as preparações intensivas da guerra. Nós devemos, portanto, considerar os eventos mencionados como a causa da guerra contra os persas em primeiro lugar, o pretexto em segundo lugar e o início da guerra como sendo a travessia de Alexandre para a Ásia. (POLÍBIO, *Histórias*, 3, 6; tradução minha, texto com omissões).

A constituição romana

No decorrer de sua história, Políbio atribui o sucesso de Roma principalmente à natureza de sua constituição (POLÍBIO, *Histórias*, 1, 65), ainda que esse não seja o único fator a ser considerado, tampouco se possa descartar o papel da Fortuna no desenrolar de sua narrativa (WALBANK 1991, p. 84). A fortuna seria a responsável pela unificação do mundo conhecido sob Roma – “sua mais bela e benéfica realização” (POLÍBIO, *Histórias*, 6, 2; BURY 1908, pp. 205-207; WALBANK 1943, pp. 73-89; MOMIGLIANO 1991, p. 48; MEISTER 2008, p. 189). Assim, o historiador e a Fortuna estariam em situação de complementaridade, o que permitiu ao primeiro atribuir um novo significado à história universal (diferente, mas ao mesmo tempo devedora daquela de Éforo).

A teoria apresentada por Políbio para explicar a ascensão e queda das constituições políticas pode ser considerada, entre outras coisas, evidência para o seu contato com o estoicismo (FRITZ 1975). Há, no tempo do nosso autor, uma versão estoica acerca da sucessão cíclica das formas de governo, a qual Políbio incorpora numa seqüência curiosa de mudanças políticas vistas na história: da monarquia, a primeira forma de organização conhecida (para Políbio, ao menos), passando pelas revoluções e etapas intermediárias do processo (tirania, aristocracia, oligarquia e democracia), à democracia anárquica ou oclocracia, que conduz toda a sociedade novamente ao ponto de partida de sua teoria cíclica, vale dizer, *ad infinitum*.



As origens históricas da “anaciclôse” são difíceis de mapear (WALBANK 1990, p. 68). Da forma como Políbio (6.5-6) anuncia os princípios da organização social, o início ocorreria com o fato de os seres humanos tenderem “naturalmente e por instinto” a ter relações sexuais, decorrendo delas o nascimento de crianças. Ao chegarem à idade adulta, os filhos não demonstrariam gratidão por seus pais; do contrário, os maltratariam de tal forma que os vizinhos, “partilhando o ressentimento de seu vizinho maltratado e imaginando-se numa situação análoga” veriam nascer o sentimento e a noção do dever, “princípio e finalidade da justiça”. Por outro lado, o homem que se destaca na defesa de seus semelhantes, torna-se proeminente e recebe mais honrarias que os demais, afirmando-se autocrata e depois rei, tendo sempre o apoio do povo. “Assim formou-se naturalmente entre os homens a primeira noção do bem e do justo e dos sentimentos contrários a estes; eis o início e a gênese da verdadeira monarquia”, conclui Políbio. Outro fator importante nesta primeira fase é que o princípio da hereditariedade nasceria como desdobramento inevitável da instauração da monarquia; ela seria a sua filha imediata, o que lhe dá vida no tempo, a despeito da brevidade da vida do monarca.

A monarquia, contudo, não era feita só de homens justos. Em pouco tempo, tendo a sua proeminência assegurada pela tradição, os reis ou príncipes “cederam aos seus apetites por causa dessa superabundância” e passaram a se distinguir dos seus súditos “pelos trajes exclusivos”, acreditando que devia haver “um fausto e uma variedade exclusivas no preparo de suas iguarias e na maneira de servi-las, e que nada devia ser-lhes negado em seus desejos amorosos, por mais desenfreados que fossem”. A “inveja e a reprovação”, de um lado, e os “excessos de cólera e rancor insano” de outro, produziram as conspirações, o que por sua vez levou à tirania.

A etapa seguinte, como parece óbvio, é a sublevação popular. Como conseqüência, a autocracia e a monarquia foram abolidas, tendo se instaurado no lugar a aristocracia. A prerrogativa da qual os pais desfrutavam, da mesma maneira que ocorria na monarquia, afetou diretamente o espírito dos filhos (POLÍBIO, *Histórias*, 6, 9; NICOLET 1974, pp. 222-225; WALBANK 1990, pp. 131-132). Entregues à “cupidez e à ânsia desenfreada de ganhar dinheiro” ou “ao abuso da bebida e a todos os excessos inerentes ao mesmo” (como o estupro de mulheres e o abuso sexual de meninos), os aristocratas despertaram no povo sentimento similar ao que alimentavam pelos tiranos.



Com o massacre dos poucos no poder veio a democracia, pois a “única esperança que lhe resta intacta estava em si mesmos”, de modo que o governo oligárquico deveria se tornar democrático.

Pela terceira geração da democracia, no entanto, os homens já não eram capazes de valorizar a igualdade e a liberdade, alguns começando a almejar mais direitos e vantagens que os outros. Tratava-se, portanto, do fracasso do princípio de isonomia. É neste momento que a democracia é abolida, cedendo lugar para o que Políbio entende ser um verdadeiro “império da violência” (*kheirokratia*). O povo ter-se-ia acostumado a “devorar os bens alheios e a depender para a sua subsistência da propriedade de seus vizinhos”; unido, ele “massacra, exila e saqueia, até regredir para a animalidade total e achar novamente um senhor e autocrata”. Terminada a última fase, o ciclo se iniciaria novamente. Um dado importante aqui é que Políbio acredita no poder instrutivo de sua teoria, pois aquele que for capaz de distinguir o ciclo “difícilmente se equivocará quanto ao seu estágio de crescimento ou declínio e quanto à forma que resultará desse processo”.

Apesar de lidar com tipos puros de monarquia ou democracia, por exemplo, sua inclinação para a observação histórica o levou à combinação ou mistura de princípios constitucionais (WALBANK 1990, pp. 138-139). Os casos de Esparta e Roma são os maiores exemplos de como a união de tais princípios impedia a inevitável destruição das formas de governo, quando elas se encontravam separadas umas das outras. De fato, a concepção metahistórica da obra de Políbio parte “do conhecimento da maneira pela qual, e graças a que espécie de constituição, em menos de cinquenta e três anos praticamente todo o mundo foi vencido e caiu sob domínio dos romanos” (POLÍBIO, *Histórias*, 6, 8). Mais à frente, quando Políbio compara a constituição dos romanos com a dos cartagineses, torna-se emblemática a preponderância do povo nas deliberações em Cartago, o que para Políbio era sinal claro de decadência, ao passo que em Roma tal preponderância estava ainda nas mãos do Senado; essa seria a razão pela qual os romanos venceram os cartagineses, a despeito do desastre completo no início do embate entre os dois poderes imperiais. Quando o povo assume o comando dessa maneira, “a sociedade política passa a usar em relação a si mesma as palavras mais belas de todas –



liberdade e democracia -, mas será de fato a pior das formas de governo – a oclocracia” (POLÍBIO, Histórias, 6, 9).

A equidade das três fontes de autoridade na constituição romana era tamanha, diz Políbio, que “mesmo para um cidadão romano, seria impossível dizer com certeza se o sistema em seu conjunto era aristocrático, democrático ou monárquico” (POLÍBIO, Histórias, 6, 1). A naturalidade de tal esquema permitia que qualquer um enxergasse as três formas de governo em todas as esferas governamentais romanas, dos cônsules “monárquicos” ao Senado “aristocrático” e à participação popular “democrática”. Noutras passagens, no entanto, Políbio parece imprimir idéias contrárias às primeiras, isto é, de que haveria uma permanência da constituição romana devido à sua natureza mista (POLÍBIO, Histórias, 6, 57). Agora, da mesma forma que outras cidades, Roma estaria fadada ao declínio, o que também fora aceito por Cipião, quando da destruição de Cartago pelos romanos. Teríamos, com isso, a aceitação (sem reservas ou exceções) do princípio da “anaclose”.

Considerações finais

Políbio possuía a convicção de que sua história não servia para entreter, mas sim para instruir (POLÍBIO, Histórias, 6, 11). Ainda que inconsciente (pois Tucídides provavelmente não exerceu influência direta sobre Políbio), tal postura representava um retorno ao historiador ateniense Tucídides, como os trechos abaixo ilustram:

[...] a quantos desejarem observar com clareza os acontecimentos ocorridos, e também os futuros que então novamente, em conformidade com o que é humano, ocorrerão semelhantes ou análogos, julgarem tais coisas úteis, será o bastante. Constituem uma aquisição perene, antes do que uma peça para um auditório ocasional. (TUCÍDIDES, História da Guerra do Peloponeso, 1, 22).

Quanto a mim, concentrei a minha atenção exclusivamente nestes últimos assuntos, e como a minha obra não trata de qualquer outra coisa [...], ela agrada somente a uma espécie de leitores, e para o grande público posso oferecer apenas um texto sem atrativos. (POLÍBIO, Histórias, 9, 1).

Como reforço dos trechos acima destacados, permito-me lembrar as palavras de Walbank, que diz que “enquanto a tragédia encanta sua audiência por um momento, a



história traz a ela um benefício para sempre”, o que demarca um retorno à tucidideana “aquisição perene, antes do que uma peça para vencer o aplauso do momento” (WALBANK 1990, pp. 133-134). Assim, ao reconhecer que sua história não oferecerá atrativos retóricos, Políbio encaminha uma crítica à historiografia de seu tempo. De fato, Políbio parecia não gostar do que lia (MEISTER 2008, p. 190).

Contra Timeu, por exemplo, ele dirige palavras duras sobre a invenção de sentenças retiradas puramente de sua imaginação (BARON 2013, p. 58). Segundo Políbio, “devemos levantar sérias dúvidas a respeito do caráter de Timeu”, já que o mesmo fazia parte do grupo dos homens “cegos mesmo com os olhos abertos” (WALBANK 1990, p. 34). Timeu é acusado de ter apresentado algumas afirmações falsas e intencionais, o que relevaria a sua falta como historiador:

Pode algum leitor dessas manifestações deixar de notar que Timeu as reproduziu infielmente na sua obra, e que agiu dessa maneira intencionalmente? De fato, ele não apresenta as palavras efetivamente proferidas nem o sentido do que foi realmente dito; ao contrário, imaginando o que deveria ter sido dito ele mesmo compõe todos esses discursos e tudo que se segue aos eventos, como um aluno em uma escola de retórica tentando falar sobre um tema dado, e exhibe os seus próprios dons oratórios em vez de reproduzir as palavras realmente faladas. (POLÍBIO, Histórias, 12, 25a).

A severidade de suas críticas também não ignora Filarco. A suposta insistência do último em “sempre apresentar em todas as oportunidades esses horrores [isto é, elementos puramente trágicos] diante de nossos olhos” é algo condenável por Políbio, que enxerga na tarefa do historiador o contrário do que se deve esperar de uma tragédia: “o historiador não deve tentar emocionar seus leitores com tais quadros exagerados”; do contrário, insiste, deve “instruir e convencer permanentemente os estudiosos com a veracidade dos fatos e das palavras” (POLÍBIO, Histórias, 12, 24; WALBANK 2002, pp. 165-178). Outro “pecado capital” de Filarco seria apenas narrar as catástrofes e não aludir às suas causas, o que por vezes tornaria obscuro o significado correto ou injusto da ação. Assim, seria impossível sequer “sentir uma piedade justificada ou uma indignação apropriada”.

Por fim, cabe mencionar que a sistematização das críticas feitas por Políbio permitiu a divisão de parte da historiografia helenística em (1) historiografia retórica (a



exemplo de Isócrates de Atenas, Éforo de Cumas, Teopompo de Quios e Anaxímenes de Lampsaco) e (2) historiografia trágica (a exemplo de Duris de Samos e Filarco) (WALBANK 1990, pp. 34-37; MEISTER 2008, pp. 193-194).

Talvez o terceiro historiador antigo mais importante desde Heródoto e Tucídides, Políbio tornou-se fundamental no trabalho do historiador, a despeito do estado fragmentado de sua obra, por ser o único relato contínuo de seu tempo que nos chegou e por apresentar uma visão histórico-universal, além da variedade de suas reflexões teórico-metodológicas (contra as “invenções” de Timeu e a tragicidade de Filarco, por exemplo). Tendo influenciado Montesquieu fortemente, sua importância não se limitou ao século XVIII. Ainda hoje, quando pensamos em escrever história, particularmente a história republicana romana e a de sua relação com o mundo helenístico, ou ainda, em termos mais poéticos, a grande aventura imperial conduzida por Roma nos séculos III e II, Políbio se mostra fonte indispensável e, para muitos, de rigor metodológico superior.

REFERÊNCIAS

Fontes

POLÍBIO. **História**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da UnB, 1985.

_____. **The Histories** (vols. I-II). Books 1-4. Tradução de W.R. Paton. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 2010.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Universidade da UnB, 2001.

Bibliografia

BARON, C. **Timaeus of Tauromenium and Hellenistic historiography**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

BURY, J.B. **The Ancient Greek Historians**. New York: Dover, 1908.

DEROW, P. The Arrival of Rome: from the Illyrian Wars to the Fall of Macedon. In: ERSKINE, A. **A Companion to the Hellenistic World**. Malden; Oxford; Carlton: Blackwell, 2005. p. 51-70.

HANSON, V.D. **The Western way of war: infantry battle in classical Greece**. New York: Oxford University Press, 1990.



FRITZ, K. **The theory of the mixed constitution in Antiquity**. New York: Arno Press, 1975.

MARINCOLA, J. Universal History from Ephorus to Diodorus. In: _____ (org.). **A Companion to Greek and Roman Historiography**. Malden; Oxford; Carlton: Blackwell, 2007. P. 171-179.

MEISTER, K. “Políbio di Megalopoli”. In: _____. **La storiografia greca**. Roma; Bari: Laterza, 2008. Pp. 183-197.

MOMIGLIANO, A. “Políbio e Posidônio”. **Os limites da helenização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991. Pp. 27-50.

NICOLET, C. “Polybe et les institutions romaines”. In: GABBA, Emilio. **Polybe. Entretiens sur l’Antiquité Classique** (Tome XX). Vandoeuvres; Genève: Fondation Hardt, 1974. Pp. 209-266.

WALBANK, F.W. Polybius on the Roman constitution. *The Classical Quarterly*, Cambridge, Vol. 37, n. 3/4, p.73-89, jul. - oct., 1943.

_____. **Polybius**. Berkley and Los Angeles: University of California Press, 1990.

_____. **Polybius, Rome and the Hellenistic World: Essays and Reflections**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2002.

_____. Fortune (Tyché) in Polybius. In: MARINCOLA, J. (org.). **A Companion to Greek and Roman Historiography**. Malden; Oxford; Carlton: Blackwell, 2007. P. 349-355.





O que aconteceu com o *Gênero Neutro Latino*?

Mudança da Estrutura Morfossintática do Sistema Flexional Nominal durante a Dialeção do Latim ao Português Atual

Valéria Neto de Oliveira Monaretto¹

Caroline de Castro Pires²

RESUMO:

O que aconteceu com o gênero neutro latino? — Com base nesta indagação, acerca da ausência da flexão de gênero neutro no português atual, este artigo tem por objetivo prover possíveis respostas a este questionamento. Para tanto, este estudo, fundamentado na linguística histórica, pretende investigar as mudanças da estrutura morfossintática dos nomes durante a dialeção do latim às línguas românicas. Assim, realizou-se uma análise comparativa entre a flexão dos nomes em português arcaico e em português atual, sob a óptica da flexão nominal de gênero, de forma que esta análise possibilitasse uma sistematização do fenômeno da mudança.

Palavras-Chave: Mudança linguística - Latim - Língua Portuguesa - Flexão Nominal - Morfossintaxe.

ABSTRACT:

What happened to the Latin Gender Neutral? What happened to the Latin Neutral Gender? - Change of Morphosyntactic Structure of Nominal Inflection System during the transition from Latin to the Portuguese.

What it happened with the Latin neutral gender? - On the basis of this investigation, concerning the absence of the inflection of neutral gender in the current Portuguese, this article has for objective to provide possible answers to this questioning. For in such a way, this study, based on the historical linguistic, it intends to investigate the changes of the morphosyntactic structure of the names during the change of the Latin to the Romanic languages. Thus, a comparative analysis was become fulfilled enters the inflection of the names in archaic Portuguese and current Portuguese, under the optics of the nominal inflection of gender, of form that the analysis made possible a systematization of the phenomenon of the change.

Key-Words: Linguistic change - Latin – Portuguese Language - Nominal Inflection – Morphosyntax.

¹ Co-autora e orientadora, professora doutora em Linguística e Letras do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: monar@terra.com.br.

² Autora, graduada em Letras Modernas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e graduanda em Letras Clássicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: karol.de.castro@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

As línguas humanas não constituem realidades estáticas; ao contrário, sua configuração estrutural se altera continuamente no tempo. E é essa dinâmica que constitui o objeto de estudo da lingüística histórica (FARACO, 1991, p.9). Sob este pressuposto, define-se linguística histórica o ramo da linguística que estuda as mudanças da língua, sendo essas de cunho fonético-fonológico, morfológico, lexical, sintático, semântico e pragmático; ou seja, estuda as mudanças linguísticas em todas as suas instâncias. É importante ressaltar, também, que a mudança afetará sempre partes do sistema linguístico e nunca o sistema inteiro, o que acarreta, muitas vezes, na não percepção das mudanças por parte dos falantes. À linguística histórica, cabe o papel de tornar o falante consciente de que todas as línguas mudam.

Sob este prisma, é importante salientar que esta mudança é contínua, lenta, gradual e relativamente regular. Assim sendo, pode-se concluir que um fenômeno linguístico que ocorra em um determinado momento histórico de uma língua poderá ocorrer, conseqüentemente, em outro momento dessa mesma língua.

Assente o exposto acima, utilizar-se-á deste pressuposto para analisar as mudanças linguísticas de cunho morfológico — flexão de gênero — presentes nos nomes, no *português arcaico* (séculos XII-XVI), a partir das mudanças provindas da dialeção do latim para as línguas românicas. Tentar-se-á, deste modo, apontar o quanto essas mudanças ocorridas no eixo *latim - português arcaico* são refletidas no *português atual*.

Outro ponto interessante a ser levantado é o indício de que os registros em português arcaico não se submetem à presença de uma normatização vigente; isto é, na época em que os textos foram escritos, as normas e padrões prestigiados de uso da língua, hoje, ainda não haviam sido estabelecidos pelos gramáticos.

Dessa maneira, o português arcaico escrito era, em suma, uma possível representação do português falado na época e movia-se paralelamente ao português padrão ensinado para raros estudantes nas escolas da idade média. Por conta desse fato, os registros escritos da época são permeados por muita variação, não se valendo apenas



da variação gráfica (pois as primeiras propostas de adequação ortográficas só ocorreram no século XVI), como também de variação morfológica e sintática. Logo, é importante reforçar que a variação presente nos textos do período do português arcaico fornecem dados significativos para o processo histórico da mudança linguística, uma vez que esses textos parecem pender mais para os registros da oralidade que para a normatização da escrita presente nos textos mais recentes escritos em língua portuguesa.

1. A MORFOSSINTAXE DA FLEXÃO NOMINAL: Primeiros Passos

Ao considerar o período da dialeção do latim para o português arcaico como referência para este estudo, há a necessidade de esclarecimento de alguns pontos que serão observados neste trabalho. Porém, primeiramente, é importante ressaltar que a análise será de cunho morfossintático, pois os elementos serão registrados como referentes ao *sintagma nominal* (SN), que é uma categoria sintática que possui o substantivo como núcleo básico. Assim, *na morfologia do SN focalizaremos os elementos referentes à flexão nominal, partindo do classificador vogal temática (VT) para as representações mórficas do gênero* (SILVA, 2006, p.99). Utilizar-se-á das propostas de Mattos e Silva, Mattoso Câmara Jr. Said Ali, Ismael Coutinho, Paul Teyssier, Saussure, entre outros, como referência, para melhor fundamentar e sistematizar as análises levantadas neste artigo.

Assim, antes da análise propriamente dita da mudança do sistema flexional de gênero, deve-se, por ilustração, lançar um olhar para os documentos mais antigos escritos em língua portuguesa, como o *Testamento de Afonso II* (1214), a *Notícia de Torto* (1211-16), ou ainda a *Notícia de Fiadores* (1175), para constatar que, nesta época, a morfologia flexional do latim clássico, que marcava o número, o gênero e a função sintática (caso) dos nomes já não estava mais presente. Ao analisar a *Notícia de Fiadores* (1175) por alto, é possível constatar o que foi dito acima:

Texto Original

Noticia fecit pelagio romeu de fiadores Stephano pelaiz .xxi. solidos lecton .xxi. soldos pelai garcia .xxi. soldos. Gūdisaluo Menendice. xxi soldos /2 Egeas anriquici xxxta



soldos. petro cõlaco .x. soldos. Gūdisaluo anriquici .xxxxta. soldos Egeas Moníci .xxti. soldos [i l rasura] lhoane suarici .xxx.ta soldos /3 Menendo garcia .xxti. soldos. petro suarici .xxti. soldos Era Ma. CCaa xiitia Istos **fiadores** atan .v. **annos** que se partia de isto male que li avem

Fonte: Reprodução do original digitalizado pertencente ao Instituto Camões
Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/tempolingua/07.html>

Texto na grafia atual

Pelágio Romeu fez notícia de seus fiadores: para Pedro Colaço, devo dez contos; para Estevão Pais, Leitão, Paio Garcia, Gonçalo Mendes, Egas Moniz, Mendo Garcia e Pedro Soares, deve vinte contos; para João Soares, trinta contos, e para Gonçalo Henriques, quarenta contos. Agora estamos em 1175, e só daqui a cinco anos terei que pagar esses patrícios.

Tradução nossa.

Neste exemplo, as palavras *noticia*, *fiadores*, *annos*, apresentam sua morfologia flexional tal qual nos dias de hoje, diferentemente do que ocorreria em latim, onde estas palavras apresentariam a terminação morfológica flexional correspondente ao caso a que elas pertenciam. Isto prova que a complexa morfologia flexional dos nomes, em latim, passou por um processo de simplificação durante a dialeção do latim para as línguas românicas.

Este processo de mudança teve como fator principal, já retratado por Saussure (1977, p.167) em seu *Curso de Linguística Geral, motivações fônicas*. Esse fator fônico teve vultos devido à ocorrência de um grande número de variantes na época; isso foi causado pela variedade de falantes de latim de origens diversificadas. É importante dizer que este processo teve como principal consequência não somente a simplificação morfológica dos nomes em latim, mas também propiciou a reestruturação organizacional das orações latinas em sua dialeção para as línguas românicas.

Dessa forma, a função sintática não seria mais marcada pela morfologia do caso dos nomes, mas pela ordem das palavras na oração que se tornou mais rígida e fixa; a função sintática também passa a estar atrelada às relações semânticas entre os



sintagmas da frase e há um florescimento das preposições, essas últimas já existiam em latim ligadas, principalmente, aos casos ablativo e acusativo, mas que, nas línguas românicas, passaram a marcar outras funções sintáticas, com exceção da função de sujeito e de complemento direto de verbos.

Por conta deste fato, *na morfologia do nome e dos elementos do SN no primeiro período documentado do português, tal como hoje, vão remanescer, como elementos constitutivos: o classificador nominal, vogal temática (VT); a marca não geral do gênero feminino <a> e a marca geral do número plural <s>* (SILVA, 2006, p.101).

2. A MORFOSSINTAXE DA FLEXÃO NOMINAL: Análise Diacrônica

O latim era, em sua morfossintaxe e ao contrário das línguas românicas, uma língua sintética, na qual as diferentes estruturas morfológicas e funções sintáticas eram exprimidas pela flexão; logo, as informações de gênero, número e funções exercidas pelas palavras no contexto eram traduzidas pelas terminações de caso das palavras; porém, pouco restou das declinações do latim clássico no latim vulgar e, conseqüentemente, nas línguas românicas.

Este fato deve-se ao processo da dialeção do latim que produziu uma simplificação da declinação nominal desaparecendo muitas de suas formas, sobrevivendo apenas duas formas oriundas do acusativo latino (uma para o singular e outra para o plural); assim, as relações que o latim exprimia pelas desinências casuais passaram a ser expressas por preposições; os gêneros, com a supressão do neutro, reduziram-se a dois; a morfologia verbal também foi bastante simplificada nesse processo.

Por outro lado, com o surgimento das preposições a partir das quatro formas saídas do acusativo, diferenciadas em número e em gênero — *illum, illam, illos, illas* — dão origem a *lo, la, los, las*. Estes artigos ocorriam, frequentemente, antes de palavras terminadas por vogal (ex.: *vejo lo cavalo*), o que acarretou, devido às mudanças fonológicas verificadas na passagem do latim para as línguas românicas, e em especial no caso da língua portuguesa, que *o l desapareceu a semelhança de todos os l da língua*



que se achavam em posição intervocálica, com o que se chegou às formas *o, a, os, as* (TEYSSIER, 2009, p. 17); e, para compensar o empobrecimento da morfologia dos nomes, a ordem das palavras torna-se mais rígida.

Sobre as declinações existentes no latim clássico, de maneira mais resumida, pode-se dizer que houve o desaparecimento da quarta e quinta declinações que foram incorporadas pelas três primeiras, houve também o desaparecimento de todos os casos com exceção do nominativo e do acusativo. Posteriormente, com a queda do nominativo, no português arcaico, a distinção de caso se extinguiu, permanecendo apenas a flexão de número do latim clássico. Assim sendo, os substantivos e os adjetivos da língua portuguesa conservam, quase que na sua totalidade, uma forma oriunda do acusativo latino (*caso lexicogênico* do português), que passou a exercer a função de sujeito, de objeto verbal e de objeto preposicionado.

Isto posto, para uma melhor compreensão da morfologia do sistema flexional dos nomes no português arcaico, é importante versar sobre os elementos constitutivos desse sistema, sendo eles a vogal temática e o morfema responsável pela flexão de gênero dos nomes. Cabe reforçar que a flexão de número não será abordada neste artigo.

Abaixo, está um quadro que representa as formas do nominativo e acusativo de primeira e segunda declinações, singular e plural, durante a dialeção do latim, e, portanto, presentes no latim vulgar; e que, com o desaparecimento do nominativo, manteve apenas o acusativo sobrevivente às línguas românicas que originaram os gêneros masculino e feminino dos nomes do português atual:

	SINGULAR		PLURAL	
NOMINATIVO	<i>luna</i>	<i>dominus</i>	<i>lunae</i>	<i>domini</i>
ACUSATIVO	<i>lunam</i>	<i>dominum</i>	<i>lunas</i>	<i>dominos</i>

Quadro 1: Formas do Nominativo e Acusativo

2.1 Classe Mórfica dos Nomes: Vogal Temática

Assim como os verbos são subdivididos segundo sua vogal temática (VT), os nomes também podem ser classificados por este prisma. As declinações latinas, nas



gramáticas pedagógicas, tinham a organização de seus paradigmas de acordo com a VT das palavras, visando uma estruturação e compreensão por parte do estudante de latim. Classificava-se, então, as palavras em cinco paradigmas, ou seja, as cinco declinações identificadas pelas VTs <a, o/u, i/e, u, e>. Durante o processo de simplificação morfológico-flexional dos nomes, simplificou-se, também, a distribuição dos nomes em paradigmas segundo a VT, reorganizando as palavras, durante o latim imperial falado (base das línguas românicas), em três paradigmas, passando os nomes de quinta declinação aos da terceira, e os da quarta aos da segunda. Esta incorporação deu-se por meio de semelhanças fônicas e economia funcional e estrutural.

Segundo Mattoso Câmara Jr (2004, p.94-5) os nomes em língua portuguesa (substantivos e adjetivos) podem ser classificados quanto a VT que, nesse caso, apresentam VTs <a, o, e>, para os nomes temáticos e VT zero (Ø) para os nomes atemáticos, estes últimos têm radical no singular terminado por fonemas consonânticos /l, r, s, n/. Assim sendo, no período arcaico, os nomes podem ser distribuídos, segundo sua VT, da seguinte maneira:

NOMES TEMÁTICOS	NOMES ATEMÁTICOS
VT <a>: <i>guarvaia, alfaia, correa</i>	VT Ø: <i>senhor, luz, paz, animal, baron</i>
VT <o>: <i>mundo, amigo, desejo</i>	Neste caso, a VT aparece na forma plural: <i>senhores, luzes, pazes, animaes, barões.</i>
VT <e>: <i>morte, nome, saúde</i>	

Quadro 2: Divisão dos nomes quanto a vogal temática (VT).

Abaixo, seguem algumas considerações sobre a VT no período arcaico:

- No período arcaico, nomes que hoje são incluídos no grupo VT <e> eram pertencentes ao grupo VT Ø, tais como: *árvor, cárcer, mármor* (árvore, cárcere, mármore).
- São considerados atemáticos os nomes oxítonos terminado em vogal como pé, pó, cru, nu — que possuíam a grafia no português arcaico *pee, poo, cruu, nuu* — este fato permite a percepção de que a VT etimológica fundiu-se à vogal do radical por crase, o que os tornaria nomes de VT explícita.



c) Há nomes, no período arcaico, que são terminados por vogal acentuada, mas com VT Ø, como em *fê*.

d) São considerados atemáticos os nomes como *amiga, filha, monja*, por terem o *-a* como morfema de gênero acrescentado ao radical, apagando o <o, e> próprio do correspondente *amigo, filho, monge*.

A partir do exposto acima, de que os nomes em língua portuguesa são classificados conforme sua VT, pode-se concluir que, de maneira geral, os nomes do português atual conservam a mesma VT do português arcaico, salvo as diferenças já destacadas supra.

2.2 Gênero dos Nomes

Quanto ao gênero dos nomes no português atual, as palavras podem ser femininas ou masculinas. Os nomes de gênero feminino e gênero masculino também estavam presentes no latim vulgar, porém com uma peculiaridade, já que em latim havia um terceiro gênero: o *neutro*. No português atual, sabe-se que as formas neutras dos substantivos e adjetivos latinos foram absorvidas ora pelas palavras de gênero masculino ora pelas de gênero feminino, não apresentando atualmente expressão gramatical para a categoria semântica neutra.

A flexão de gênero em português é caracterizada pelo emprego do morfema *-a* para o gênero gramatical feminino e pelo morfema zero (Ø) para o gênero gramatical masculino; ou seja, não marcado por morfema algum, assim como ocorre com o plural em português, que possui o morfema *-s* para o plural e morfema zero para o singular.

Como já supracitado, os gêneros masculino e feminino do português atual têm sua origem nas desinências do caso latino acusativo, sendo o acusativo de segunda declinação (*-um*) responsável por formar os nomes masculinos e o acusativo de primeira declinação (*-am*) responsável pelos nomes femininos (COUTINHO, 1970, p. 233).

Em síntese, tem-se:



Exemplo do Latim para o Português Atual	
Templum (templo)	Rosam (rosa)
Desinência –UM do acusativo de segunda declinação	Desinência –AM do acusativo de primeira declinação
UM > U > O	AM > A > A

2.2.1 Tipos de Nomes quanto ao Gênero

Quanto ao gênero, os nomes em português atual, podem ser classificados de acordo com os seguintes tipos (CÂMARA JR, 2004, p.93),:

1. Nomes de gênero único
2. Nomes de dois gênero com flexão redundante
3. Nomes de dois gêneros sem flexão redundante

Cabe ressaltar que a classificação dada à análise do gênero no português atual também pode ser prestada ao português arcaico, salvo as diferenças próprias como as alomorfas decorrentes das regras fonológicas ainda não aplicadas que serão comentadas mais adiante.

Fernão de Oliveira, que descreveu a primeira análise da língua portuguesa em 1536, aborda a temática do gênero da seguinte maneira: *porque era longo compreender tantas variedades de terminações, ajudou-nos a natureza e uso da nossa língua com os artigos, os quais sempre das mais vezes acompanham os nomes cuja companhia declara os gêneros desses nomes.* (OLIVEIRA *apud* SILVA, 1975, p.114).

Ao analisar a afirmação de Fernão de Oliveira e considerar o latim clássico com suas terminações de caso, Silva (2006, p.114) aponta, segundo o gramático, uma mudança significativa na língua, afirmando que a introdução dos artigos “ajudou-nos a natureza e uso da nossa língua” frente as “tantas variedades de terminações”. Portanto, a introdução dos artigos não só facilitou o uso da língua como passou a indicar o gênero



dos nomes. Porém, a reflexão de Fernão de Oliveira refere-se apenas aos nomes de dois gênero com flexão redundante, em que o artigo soma-se ao morfema *-a* do gênero feminino que se oporá ao morfema zero \emptyset do gênero masculino não marcado.

Na falta do artigo, o que determinará o gênero de uma palavra será a concordância do núcleo do SN com um *determinante*, representado pelos artigos definidos, pronomes demonstrativos e pronomes possessivos; com um *quantificador*, que podem ser *indefinido* (artigos indefinidos e pronomes indefinidos) ou *definido* (numerais); com um *qualificador*, adjetivos ou sintagmas adjetivais (SADJ); ou, ainda, com *elementos não exclusivos dos nomes*, como advérbios, conjunções, etc.

Assim, o gênero é um traço semântico inerente aos substantivos e, intrinsecamente, nunca pertencerá à escolha do falante. Este fato, presente no português atual, também era vigente ao português arcaico, e este último herdou do latim, principalmente ao que se refere à concordância dos adjetivos de primeira classe (como *bonus, a, um*) com seus determinantes, estes qualificadores possuíam flexões diferentes para o masculino, feminino e neutro e isto indicava o gênero do nome. Lembre-se de que não existiam artigos no latim, esta é uma inovação das línguas românicas e que o artigo se tornaria o principal indicador do gênero dos nomes e principal determinante dos mesmos.

A seguir, no desdobramento desta seção, encontram-se considerações essenciais acerca dos tipos de nomes quanto ao gênero e que fundamentariam algumas das diferenças básicas entre o português arcaico e o atual.

2.2.1.1. Nomes de tipo 1

Sobre os nomes do tipo 1; ou seja, os nomes de gênero único, em sua maioria, o gênero coincide com o do português atual, salvo as diferenças a seguir:

1. Existiam nomes que hoje são femininos e que eram masculinos no período arcaico, por exemplo, os nomes terminados em *-agem*: como *linguagem* e *linhagem*.



2. Existiam nomes que hoje são masculinos e que no período arcaico eram femininos, por exemplo, *a mármore, a fim, a valor, a cometa, a planeta*. Estes dois últimos, entraram no latim importados do grego, onde terminavam em alfa, apesar de masculinos; logo, conservaram o *-a* final no latim, sendo incorporados pelo gênero feminino no período arcaico.

3. Existiam nomes que ocorriam tanto na forma masculina como feminina, como *dor, cor, flor, fonte*. Neste caso, estas palavras eram de gênero masculino em latim, mas passaram para o português como femininos; assim como *pez* e *vale* que etimologicamente eram femininos e passaram ao português atual como masculinos.

Essa variação presente nos nomes de gênero único, no período arcaico, praticamente não é verificada no português atual; já que, a maioria dessas palavras, em sua etimologia, eram nomes neutros no latim, nomes abstratos, ou, ainda, nomes de origem grega terminados em *-a*, como *planeta, cometa*. Estes últimos eram femininos no período arcaico da língua portuguesa por terminarem em *-a*, mas passaram a masculino no português atual. Houve, assim, um retorno, durante a dicionarização desses vocábulos, em consideração à origem grega de tais palavras, pois esses nomes apresentavam gênero masculino em sua essência.

Ao saber que o gênero, como categoria gramatical, tanto em latim quanto em português não é motivado extralinguisticamente, e, sim, linguisticamente, à exceção do subgrupo do tipo 2 — único em que há uma influência externa à língua, pois há uma correspondência entre gênero gramatical e biológico — e lembrando do fato de que o gênero neutro latino se distribuiu entre os gêneros masculino e feminino, é bem compreensível a existência de um *pêndulo oscilante* entre os nomes de gênero único num dado momento da história da língua portuguesa, principalmente em um momento em que ainda não haviam estabelecido qualquer tentativa de normatização vigente, o que só ocorreria no século XVI.



2.2.1.2. Nomes de tipo 2

No grupo dos nomes do tipo 2, inserem-se os nomes de dois gêneros com flexão redundante, cuja raiz termina em /r,l,s/ que ocorriam no português arcaico sem flexão redundante, de modo geral.

Nas cantigas medievais, é frequente a presença de *senhor*, *pastor*, etc, tanto para referir o gênero masculino quanto o feminino, acarretando a identificação do gênero correspondente pela concordância com um *determinante*, com um *quantificador*, com um *qualificador*, ou, ainda, com *elementos não exclusivos dos nomes*. Esta relação de identificação do gênero pela concordância do nome com um elemento também é verificada com os nomes do tipo 3, que serão abordados mais adiante.

Um exemplo de nomes do tipo 2 pode ser observado na cantiga de Martin Soares (primeira metade do século XIII). Na cantiga abaixo, o gênero da palavra *senhor* só é identificável pelo pronome possessivo feminino (determinante) *mia* que acompanha a palavra:

*Mal conselhado que fui, mia senhor,
quando vos fui primeiro conhecer,
ca nunc'ar pudi gran coita perder,
nen perderei ja, mentr'eu vivo for!
Nen viss'eu vos, nem quen mi-o conselhou!
Nen viss'aquel que me vos amostrou!
Nen viss'o dia 'n que vos fui veer!*

Fonte: Reprodução do original digitalizado pertencente ao Instituto Camões
Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/tempolingua/07.html>

Esta concordância com um determinante, qualificador, quantificador ou elementos não exclusivo dos nomes, presente nos nomes do tipo 2, também é percebida na primeira estrofe da *Cantiga da Garvaia*, de Pai Soares de Taveirós, considerada o texto mais antigo escrito em galego-português, provavelmente do final do século XII:

*No mundo non me sei parelha,
mentre me for' como me vay,*



ca ja moiro por vos — e ay!
mia senhor branca e vermelha,
queredes que vos retraya
quando vus eu vi en saya.
Mao dia que me levantei
que vos enton nom vi fea!
E, mia senhor, des aquel di'aya!
me foi a mi muyn mal,
e vos, filha de don Paay
Moniz, e ben vuz semelha
d'aver eu por vos guarvaya,
pois eu, mia senhor, d'alfaya
sunca de vos ouve nen ei
valia d'ũa correa.

Fonte: Reprodução do original digitalizado pertencente ao Instituto Camões
Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/tempolingua/07.html>

No exemplo da cantiga acima, a identificação do gênero da palavra *senhor* dá-se pelo pronome possessivo feminino (determinante) *mia* e pelos adjetivos (qualificativos) *branca* e *vermelha* que concordam com o pronome.

Outro exemplo é o refrão da *Cantiga de Louvor* a Santa Maria, de Afonso X, o Sábio, rei de Leão e Castela, que evidencia que também no plural é a forma masculina que era utilizada no português arcaico, fazendo com que se identifique a forma feminina pela concordância:

Rosa das rosas e Fror das frores,
Dona das donas,
Senhor das senhores.

Fonte: Reprodução do original digitalizado pertencente ao Instituto Camões
Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/tempolingua/07.html>



2.2.1.3. Nomes do Tipo 3

Sobre os nomes do tipo 3; isto é, nomes de dois gêneros sem flexão redundante, havia nomes de VT <e> que são desse tipo no português atual, mas que ocorriam como nomes do tipo 2 no período arcaico: como verificado no *Cancioneiro Medieval Português* em que ocorrem as formas *sargente/sargenta*, *servente/serventa* (servo); já no *Orto do Esposo* (final do século XIV) aparecem *servente*, *sergente* (como masculinos) e *sergenta* (como feminino) (SILVA, 2006, p. 104).

2.2.2 Alomorfa³ do Morfema de Gênero

As mudanças que as palavras sofrem, durante a sua evolução, remetem a vários fatores, sendo o principal o que os linguistas chamam de *condições favoráveis à mudança*. Assim, se tais condições são propícias, as mudanças ocorrerão em qualquer instância da língua.

No que se refere ao processo da mudança do sistema flexional, estudado neste artigo, os fonemas constituídos pelo material sonoro da língua, estão sujeitos à lei fatal das transformações. Cada geração altera, inconscientemente, segundo as suas tendências, as palavras da língua, tais alterações tornam-se perfeitamente sensíveis, depois de decorrido muito tempo. Estas alterações podem ocorrer por intermédio das leis fonéticas ou por analogia, lembrando que este último, o processo análogo, não pode ser considerado uma mudança, já que não implica a queda de uma forma pré-existente, mas possibilita que duas formas coexistam. Assim sendo, os casos em que o português arcaico distingue-se do português atual são notados justamente porque as regras fonológicas verificadas no período atual da língua portuguesa não haviam sido aplicadas no período arcaico.

³ Alternância, heteronímia, é a variação de um morfema sem alterar o significado do mesmo. Na língua portuguesa, há a alomorfa de timbre da vogal tônica como no par *avó –avô* e uma alomorfa redundante, como no par *formosa – formoso*, em que há uma alteração de timbre na forma feminina (timbre aberto) e o acréscimo do morfema *-a* do feminino à palavra. A flexão dos nomes em português apresenta comumente um *alomorfe* de alternância vocálica: para a oposição feminino – masculino e plural – singular. (Adaptado de Câmara Jr. 1999, p.47).



Segundo Silva (2006, p.104-5), ao observar-se textos do período arcaico, é possível deparar-se com as formas *irmãã*, *ermitãã*, *sãã*, *vãã*, etc, com a VT nasalizada. Isto mostra que a fusão das nasais idênticas (VT + morfema feminino) por crase não ocorria nesses nomes, pelo menos na escrita, que possuíam como correspondente masculino a terminação *-ão* (< *-anu*, do latim).

Porém, um ponto comum, tanto ao português arcaico quanto ao atual, é a presença de pares de nomes, do qual cada par é representado por uma palavra de gênero único para se referir aos gêneros biológicos masculino ou feminino. O português atual utiliza-se de processos derivacionais que apresentam semelhanças e diferenças com os processos ocorridos no período arcaico. Por exemplo, *a galiha* era o correspondente semântico e feminino de *o galo*; *judeu* ocorria com *judea*, não com *judia*; e *sandeu* ('louco') ocorria com *sandia*.

2.2.3 O Desaparecimento do Gênero Neutro

Segundo Coutinho (1970, p.229-30), deveriam somente seres inanimados pertencer ao gênero neutro, como ocorria no indo-europeu. Porém, no latim, seres inanimados também poderiam pertencer ao gênero masculino ou ao feminino, além do neutro. Este tipo de classificação latina provocava certa oscilação no agrupamento das palavras latinas quanto ao gênero neutro. Esse fato dava-se principalmente porque o gênero tem motivação externa para os nomes de tipo 2. Esses equívocos referentes ao emprego do neutro — uso da forma masculina em detrimento da neutra, por exemplo — ocorriam inclusive com escritores como Plauto (escrevia *dorsus*, não *dorsum*), Lucrécio (escrevia *caelus*, não *caelum*) e Petrônio (escrevia *balneus*, não *balneum*).

Alguns estudiosos da linguística histórica salientam que o desaparecimento do neutro deu-se pela confusão com o gênero masculino dos casos nominativo, vocativo e acusativo que possuíam terminações idênticas para ambos os gêneros. Além da confusão morfológica, também se presenciou, na época, uma confusão fonética pela queda, no latim vulgar, do *-s* e *-m* final nas palavras.

Por conta desse dado, não se podia mais distinguir as formas masculinas *cantu(s)* e *hortu(s)*, das neutras *templu(m)* e *cornu(m)*. Foi apagado, assim, a única marca



distintiva fonética existente e, por analogia, resultou na absorção dessas palavras neutras para o grupo das masculinas. Da mesma forma, as palavras terminadas em *-a*, no nominativo, vocativo e acusativo – por analogia – foram absorvidas pelo gênero feminino.

Cabe ressaltar que esta assimilação das palavras para o grupo das masculinas ou femininas, por analogia, remete ao que acredita-se que seja a regra geral para a origem da classificação relativa ao gênero nas palavras do português atual, nada impede que exceções à regra tenham ocorrido. No entanto, é importante lembrar que as mudanças linguísticas ocorrem de forma lenta, gradual, contínua e regular, dessa forma, havendo condições propícias para que a mudança ocorra o fenômeno se confirmará.

No português atual, são poucos os resquícios do gênero neutro, sendo que mantemos a noção de neutralidade apenas no grupo de pronomes como *tudo*, *isso*, *aquilo*, *algo*. Em latim, era comum a desinência neutra assumir um papel de qualificativo, se substantivada, por exemplo, *pulchrum* (o belo). Este fato perdurou até a atualidade, pois utiliza-se a forma *belo* de maneira neutra, assim como ocorria com os adjetivos substantivados no latim.

3. CONCLUSÃO

A língua está sujeita a transformações que ocorrem com o passar do tempo, uma vez que a língua é dinâmica e está sempre em constantes mudanças. Por esta razão seria impossível a língua chegar até nossos dias intacta, sem sofrer nenhuma ação do tempo. É fato, também, que estas transformações nem sempre ficam marcadas na memória dos falantes. Para tanto, é extremamente importante que se tenha conhecimento dos fenômenos linguísticos que causaram a evolução de nossa língua, desde sua origem até a atualidade.

Ao analisarmos a língua numa perspectiva diacrônica, encontramos respostas para diversos questionamentos acerca dos mecanismos linguísticos, tais como o entendimento do que leva uma língua a mudar de tempos em tempos. Este fato faz o linguista se questionar do motivo que leva uma língua passar por tais processos e não por outros; enfim, levantam questionamentos (como os deste artigo) que reflete uma



tentativa de compreensão do processo de dialeção do latim às línguas românicas sob o prisma da flexão nominal de gênero.

Laçamos um olhar, a partir do latim clássico, para as principais modificações acerca do processo da dialeção do latim para as línguas românicas, tais como: o desaparecimento das declinações, das terminações de caso, do gênero neutro; e das inovações como o surgimento dos artigos (determinantes dos nomes) e a fixação de uma estrutura rígida oracional (questão sintática). Chegamos, assim, a uma possibilidade de sistematização (um pequeno esboço da regra geral) do fenômeno da mudança que ocorre com a flexão nominal de gênero no português moderno, respondendo, com nossa análise, ao questionamento inicial deste artigo: *o que aconteceu com o gênero neutro latino?*

Assim, concluímos que o panorama da mudança da estrutura morfossintática do sistema flexional de gênero, durante a dialeção do latim, tem como principais causas para sua modificação o desaparecimento dos casos, o surgimento dos artigos como determinantes dos nomes, a redistribuições dos nomes conforme a VT para o gênero masculino ou feminino por pura e simples analogia.

Cabe ressaltar que a principal circunstância que diferencia o português arcaico do atual é o fato de que as regras fonológicas que levaram as modificações presentes hoje no português ainda não haviam atuado, o que leva a concluir que as regras existentes no português arcaico também poderão ser percebidas no português atual, uma vez que as mudanças na língua são contínuas, lentas, graduais e relativamente regulares.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

_____. *Dicionário de Linguística e Gramática*. Petrópolis: Vozes, 1999.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.

_____. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica*. São Paulo: Editora Ática, 1991.



INSTITUTO CAMÕES. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/tempo_lingua/07.html Acessado em: Março/2012.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix. 1977.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *O Português Arcaico – Uma Aproximação*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008

TEYSSIER, P. *História da Língua Portuguesa*. Trad. port. de Celso Cunha: Martins Fontes, 2009.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Latina*. São Paulo: Saraiva. 1981.

BUENO, Francisco da Silveira. *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1955.

CARDEIRA, Esperança. *O Essencial sobre a História do Português*. Lisboa: Editorial Caminho, 2006.

ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo: Ática, 1992.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Serões Grammaticaicas ou Nova Grammatica Portuguesa*. Salvador: Progresso Editora. 1956. XIV Jornada de Estudos Linguísticos do GELNE. Caderno de Resumos. Maceió. 2008.

ROBERT A. HALL, Jr. *External History of Language Change*. Nova Iorque – Londres - Amsterdão, American Elsevier Publishing Company, Inc., 1974

SAID ALI, Manuel. *Gramática Histórica*, 1931 (reúne *Lexeologia do Português Histórico*, 1921, e *Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico*, 1923).

STÖRIG, Hans Joachim. *A Aventura das Línguas: uma história dos idiomas do mundo*. São Paulo: Melhoramentos, 2006.

TARALLO, Fernando. *Tempos Linguísticos: itinerario historico da lingua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

WILLIAMS, Edwin B., 1938, *From Latin to Portuguese. Historical Phonology and Morphology of the Portuguese Language*. Trad. port. de Antônio Houaiss: *Do Latim ao Português. Fonologia e Morfologia Históricas da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.



Revista Mundo Antigo

Resenha
Review





História Antiga e Usos do Passado.

**Um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy
(1940-1944)**

Historia Antigua y Usos del Pasado.

**Un estudio de las apropiaciones de la Antigüedad bajo el régimen de
Vichy (1940-1944)**

Leonardo Soares dos Santos¹

SILVA, Glaydson José da. **História Antiga e Usos do Passado.** Um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007. 222p.

Palavras-chave:

Usos do Passado – França – Gália – História Antiga – Intelectual

Palavras clave:

Usos del pasado – Francia – Galia – Historia Antigua – Intelectual

As constantes referências de governantes a emblemas e personagens do passado demonstram o quanto ainda se mantém viva a inclinação dos homens do poder em buscar na História elementos fundamentais de legitimação de seu domínio. Vide os exemplos de Hugo Chávez com Simon Bolívar, Cristina Kirchner com Juan e Eva Perón, e de alguns segmentos da “esquerda” brasileira com Getúlio Vargas. E como não lembrar do exemplo da classe política norte-americana, contumaz na sua referência aos “Pais Fundadores”? Como não mencionar o turbulento e intrincado exemplo dos conflitos envolvendo árabes e judeus no Oriente Médio, onde a alusão aos Tempos dos Patriarcas, Reis e Profetas se faz constante?

Tais figuras buscam assim constituir – bem ou mal - uma linha de continuidade entre os personagens de hoje e de ontem. Ou seja, trata-se de uma História construída, elaborada, às vezes meticulosamente escrita. Não temos aqui uma História estática,

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, pós-doutor pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano(IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisador do Núcleo de Estudos em História Antiga e Medieval (NEHMAAT) e Professor Adjunto II do Curso de História do Polo Universitário da UFF de Campos dos Goytacazes. E-mail: leossga@yahoo.com.br



enterrada sob os escombros do passado à espera de um lance de sorte ou de um historiador/arqueólogo que a ache em suas escavações fortuitas. Esse “resgate” do passado implica, portanto, na produção de uma certa História, ou para sermos mais preciso, num certo discurso sobre a História. Temos sim um determinado enquadramento dos fatos, a apreensão seletiva de aspectos do passado.

A constituição dessa linha de continuidade por meio da História é o que motiva o historiador Glaydson José da Silva a escrever o seu belo livro intitulado “História Antiga e usos do Passado”. Ele parte de um pressuposto básico: a de que passado e presente são elaborações dos historiadores: “O saber histórico é tomado mais como um espaço de desconstruções que de construções e reconstruções”(p. 17). Com isso, o autor demonstra como o passado gaulês, romano e galo-romano é reformulado sob o Regime de Vichy (1940-1944) com vistas a justificar “a dominação alemã e o colaboracionismo do governo francês com os alemães”(p. 18). A análise desse período ganha novo contorno no Capítulo 3, no qual o foco recai sobre a atuação particular de um intelectual específico, o historiador da Antiguidade Jérôme Carcopino, que viria a ser ministro do Regime de Vichy. Aqui encontramos uma reflexão mais detida sobre o papel dos intelectuais na sua interface com o desenvolvimento de funções burocráticas junto aos governos e instituições.

Mas Glaydson não para por aí. Faz questão esse historiador de inserir o exemplo francês num contexto mais amplo, o europeu. Incluindo em sua análise a leitura do passado clássico grego e romano por parte dos regimes nazista e fascista.

Outra situação estudada, bem mais recente, é a que se refere à instrumentalização do passado indo-europeu, grego, romano e gaulês por grupos franceses da órbita da *Nouvelle Droite* francesa (*Front National*, *GRECE* e *Terre et Peuple*). Advoga o autor que “tanto nesses grupos quanto naqueles nos quais se encontra o seu gérmen, a radicalização política que propugnam, assentada na exclusão social, com base nas origens, encontra-se fortemente respaldada pela leitura que fazem do mundo antigo” (p. 21). E aqui reside um mérito importantíssimo do trabalho: a percepção das distinções entre os diferentes grupos de uma corrente política e ideológica que só na aparência é homogênea. Assim, o autor capta, com extrema argúcia, que “contrariamente ao GRECE, cuja instrumentalidade do mundo antigo, em defesa da existência de uma



Europa unida, é feita com o respaldo de sua leitura dos indo-europeus, o F.N. fundamenta suas políticas xenofóbicas e segregacionistas na ideia de uma certa individualidade das nações, especificamente, no caso, da nação francesa. Isso lhe confere uma leitura muito específica dos próprios mitos de origem franceses e, principalmente, da Gália e dos gauleses”(p.176).

Ou seja, temos aqui não um trabalho de História Antiga, ou de História Contemporânea ou do Tempo-Presente. A instigante reflexão de Glaydson se destina fundamentalmente a quem se interessa pelas “apropriações do mundo antigo e de seus usos no fabrico das construções identitárias”, tanto ontem como hoje. Como bem sublinha o autor o “saber sobre o passado, sua escrita e suas leituras é um poder e gera poderes”(p. 193). Daí o grande interesse das extremas direitas francesas pelo tema da Antiguidade, tal como se via por parte dos devotos do Nacional Socialismo da época de Hitler. Aspectos remotíssimos da História Antiga têm sido acionados e operados para legitimar propostas de segregação, recusa e exclusão de grupos étnicos.

Em pensar que num debate de fins da década de 1990, o festejado sociólogo Pierre Bourdieu, ao comparar a Sociologia e a História, destacava – com sua habitual empáfia – que enquanto a primeira lidava com processos e personagens em ação e no calor dos conflitos, a segunda tratava de objetos “mortos”. Estudar História Antiga deveria ser então – na visão distorcida desse intelectual - um exercício de erudição por si mesma, uma frugalidade indiferente a qualquer questão política do presente. Uma pena que Bourdieu não tenha vivido o bastante para ler o trabalho de Glaydson da Silva e se dar conta de como estava redondamente enganado.





Revista

Mundo Antigo

Notícias

News





NOTÍCIAS ACADÊMICAS

(enviar para o e-mail nehmaat@gmail.com)

CONGRESSOS, ENCONTROS, JORNADAS E AFINS

O II Encontro Internacional e IV Nacional de Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo – XI Fórum de Debates a ser realizado no período de 06 a 10 de maio de 2013 e terá como tema Banquetes, Rituais e Poder no Mediterrâneo Antigo. A temática nos remete para um momento muito especial para a equipe NEA/UERJ que comemora os 15 anos de atividades do grupo de pesquisa na elaboração e organização de atividades de científicas relacionadas com a área de História Antiga.

Mesas para comunicação livre de graduação, mestrados, mestres, doutorandos e doutores.

http://www.nea.uerj.br/nea_15_anos/apresentacao.html

É com grande satisfação que informamos que a nossa proposta de GT, intitulado **Gênero, corpo e sexualidades: (re)pensando aportes teóricos, metodológicos e epistemológicos nos estudos medievais** foi aprovado pela comissão científica X Encontro Internacional de Estudos Medievais, a ser realizado na Universidade de Brasília, entre 1 a 5 de julho de 2013.

Nosso GT tem como principal objetivo discutir as (des)conexões entre gênero, corpo e sexualidades no Medievo. Seu objetivo é promover o debate sobre os aportes teóricos, metodológicos, historiográficos e epistemológicos sobre esses aspectos, como também contribuir para a proposição de temas de pesquisa e a troca interdisciplinar entre diferentes áreas de conhecimento dedicadas aos estudos de gênero em Idade Média. O GT procura adensar o debate crítico sobre o assunto em diferentes perspectivas propostas por pesquisadores(as) da área.

As inscrições para apresentação de comunicações no GT estão abertas até 28 de fevereiro de 2013. Mais informações sobre o evento e sobre como realizar inscrições em <http://decimoeiem.wix.com/x-eiem>. Convidamos todos(as) a proporem trabalhos em nosso GT.



Profa. Dra. Cláudia Brochado (UnB)

Profa. Dra. Luciana Calado (UFPB)

Profa. Dra. Valéria Fernandes da Silva (CMB)

Prof. Dr. Marcelo Pereira Lima (UFBA)

O **XIX Congresso da SBEC** será realizado na cidade de Brasília, entre os dias 8 e 12 de Julho de 2013, e será sediado no Conjunto Cultural da República. Esta será a primeira vez que a Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos realizará seu encontro bienal na Capital do País e na região Centro-Oeste do Brasil.

Também pela primeira vez em sua história, a SBEC firmou no evento uma parceria científica com a sociedade-irmã **Associação Portuguesa de Estudos Clássicos (APEC)**, acrescentando assim ao seu *XIX Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos* a nomenclatura de *I Simpósio Luso-brasileiro de Estudos Clássicos*. A parceria com a APEC reforça a colaboração entre pesquisadores lusófonos e a integração dos estudos clássicos produzidos em língua portuguesa, cuja tradição e herança secular despenham no cenário cultural internacional um papel certamente inferior àquele que lhe cabe de direito.

Por sugestão da atual Diretoria e eleição do Conselho Consultivo e Deliberativo da entidade, o XIX Congresso da SBEC terá por tema central **O FUTURO DO PASSADO**.

SITE DO CONGRESSO: <http://www.sbec2013.org>

A Diretoria da SBEC estabeleceu as seguintes **taxas únicas** de inscrição para participação no Congresso:

- SÓCIO (SBEC ou APEC): R\$ 100,00
- NÃO-SÓCIO: R\$ 350,00
- SÓCIO GRADUANDO: R\$ 40,00
- GRADUANDO NÃO-SÓCIO: R\$ 120,00

Comprovação da associação à SBEC ou à APEC será requerida no ato da inscrição. Para associar-se à **SBEC** veja aqui: <http://classica.org.br/associar.asp>
Para fazer-se sócio da **APEC** veja aqui: <http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/apec/socio>



Revista Mundo Antigo

Normas de Publicação

Guidelines for publication





Normas de Publicação / Guidelines for publication

REVISTA MUNDO ANTIGO

ARTIGO - NORMAS DE PUBLICAÇÃO

EXEMPLO INICIAL DE ARTIGO

Título do Artigo

Subtítulo

Nome e Sobrenome do autor ou autores¹

RESUMO:

Em português ou idioma nativo do autor

De 5 a 15 linhas. Espaço simples, fonte Times New Roman 12

Palavra chave: Até cinco palavras separadas por traço.

ABSTRACT – Resumen – Résumé:

Título do Artigo traduzido para o idioma escolhido.

O resumo em língua estrangeira pode ser em inglês (preferencialmente), espanhol ou francês.

De 5 a 15 linhas. Espaço simples, fonte Times New Roman 12

Palavra chave em idioma diferente do nativo: Inglês preferencialmente, espanhol ou francês.

TEXTO:

¹ **Se professor colocar:** titulação, a área de atuação, instituição (particular ou pública). Informar se estiver fazendo um pós-doc ou se ligado a um núcleo de pesquisa. **Se pós-graduando:** Indicar titulação, área, instituição e orientador. Se desejar colocar e-mail de contato.



O texto deve ser enviado no formato *.DOC e não *.DOCX

Margem = 3 cm.

Limite de 10 a 25 laudas.

- Para parágrafo utilizar fonte Times New Roman 12, espaçamento 1,5;
- Para Título do Artigo, utilizar fonte Times New Roman 18, Negrito;
- Para subtítulos, fonte Times New Roman 14;
- Para Notas de Rodapé, fonte Times New Roman 10;

NOTAS:

- Citação ou indicação de autor inserida no corpo do texto usar o formato que se segue em parênteses: (SOBRENOME DO AUTOR, Ano, página).
- Citações com mais de três linhas usar recuo esquerdo = 5 cm. Fonte 10 e espaço simples.
- Passagens de textos antigos inseridas no corpo do texto usar o formato que se segue em parênteses: (AUTOR, obra, volume ou livro[se for o caso], capítulo, passagem).
- No rodapé somente informações e explicações necessárias a compreensão da passagem e que por razões próprias não foram colocadas no texto.

IMAGENS:

Inseridas no texto com legenda e referência.

As imagens também devem ser enviadas em anexo no formato JPG.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. A documentação utilizada no artigo deve vir em primeiro lugar.
 2. A bibliografia deve vir em seguida e em ordem alfabética.
- Para livro: SOBRENOME, Pré-nome do autor. *Título do livro*. Cidade: Editora, Ano.



- Para capítulo de livro: SOBRENOME, Pré-nome do autor. *Título do capítulo*. In: SOBRENOME, Pré-nome do autor. Título do livro. Cidade: Editora, Ano, p.
- Para artigo de periódico: SOBRENOME, Pré-nome do autor. *Título do artigo*. Título do Periódico. Cidade, v., n., p., mês (se tiver) Ano.

RESENHA - NORMAS DE PUBLICAÇÃO²

EXEMPLO DE RESENHA

Título da resenha³

Título da resenha em outro idioma

(Preferencialmente tradução do título para o Inglês podendo também ser para o espanhol ou francês)

Nome e Sobrenome do autor ou autores da resenha⁴

Referência do texto para a resenha⁵

Palavra chave:

Até cinco palavras separadas por traço.

Palavra chave em idioma diferente do nativo (Inglês – preferencialmente, espanhol ou francês):

Até cinco palavras separadas por traço.

TEXTO⁶

Limite de 2 a 12 laudas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA⁷

² Conforme normas para artigo.

³ Conforme normas para artigo.

⁴ **Se professor colocar:** titulação, a área de atuação, instituição (particular ou pública). Informar se estiver fazendo um pós-doc ou se ligado a um núcleo de pesquisa. **Se pós-graduando:** Indicar titulação, área, instituição e orientador. Se desejar colocar e-mail de contato.

⁵ Referência bibliográfica conforme as normas para artigo.

⁶ Conforme normas para artigo.



MUNDO ANTIGO Journal (Ancient World Journal)

PAPER – GUIDELINE FOR PUBLICATION

EXEMPLE OF PAPER

Title of Paper

Subtitle

Name and surname of author or authors⁸

ABSTRACT:

It could be author's native language

5 to 15 lines. Simple space, Times New Roman 12

Keyword: Up to five words separated by underscores

ABSTRACT – Resumen – Résumé:

It can be in English (preferably), Spanish or French.

5 to 15 lines. Simple space, Times New Roman 12

Keyword: Up to five words separated by underscores

TEXT:

The text should be submitted in the format *. DOC, (do not use DOCX, please save in DOC format)

For foreign researchers, texts should be submitted in English (preferably), Spanish or French.

⁷ Conforme normas para artigo

⁸ **Se professor colocar:** titulação, a área de atuação, instituição (particular ou pública). Informar se estiver fazendo um pós-doc ou se ligado a um núcleo de pesquisa. **Se pós-graduando:** Indicar titulação, área, instituição e orientador. Se desejar colocar e-mail de contato.



Margin = 3 cm.

Limit of 10 to 25 pages.

- For paragraph using Times New Roman 12, spacing 1.5;
- To Article Title, use Times New Roman 18, Bold;
- For captions, font Times New Roman 14;
- To Footnotes, Times New Roman 10;

NOTES:

- quote or indication of the author inserted in the text using the format below in parentheses (author surname, year, page).
- Quotations over three lines using indentation left = 5 cm. Font 10, simple space.
- Passages from ancient texts inserted in the text using the format below in parentheses: (author, work, or volume book [if applicable], chapter, passage).
- At the bottom only the information and explanations necessary to understand the passage and for their own reasons that were not placed in the text.

IMAGES:

Attach the image in the text with information and reference.

The images should also be sent as attachment in JPG format.

REFERENCES:

1. The documentation used in the article should come first.
2. The bibliography should come next in alphabetical order.

- To book: SURNAME, Pre-author's name. *Title of book*. City: Publisher, Year
- To book chapter: SURNAME, author's name. *Title of chapter*. In: SURNAME, author's name. Title of book. City: Publisher, Year, p.
- For journal article: SURNAME, author's name. *Title of the article*. Title of Periodical. City, v., n., p., month (if any) Year.



REVIEW - RULES OF PUBLICATION⁹

EXEMPLE OF REVIEW

Review title¹⁰

Review title in other language

(It can be in English (preferably), Spanish or French)

Name and surname of author or authors¹¹

Book bibliographic reference for review¹²

Keyword: Up to five words separated by underscores (native language).

Keyword: Up to five words separated by underscores (diferent from native language).

TEXT¹³

Limit 2 to 12 pages.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCE¹⁴

ANY DOUBT CONTACT US:

Prof. Dr. Julio Gralha

julio.egito@gmail.com or nehmaat@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – BRAZIL

City of Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro

<http://www.proac.uff.br/campos/>

<http://www.pucg.uff.br/>

⁹ As rules for papers.

¹⁰ As rules for papers.

¹¹ **If you are teacher** indicates your titles, research area, institution (private or public University). Inform whether you are doing a postdoc or connected to a research center. If you desire inform your e-mail for contact. **If you are graduate student** indicates titles, research area, institution (private or public University) and advisor. If you desire inform your e-mail for contact..

¹² Bibliographic reference.

¹³ As rules for papers.

¹⁴ If necessary.